

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

TIAGO LOPES SCHIFFNER

**O SOL FOI SEQUESTRADO E A RUA RESTOU NA SOMBRA:
MENTALIDADE, TRABALHO E ASCENSÃO SOCIAL EM *O CORTIÇO***

Porto Alegre

2014

TIAGO LOPES SCHIFFNER

**O SOL FOI SEQUESTRADO E A RUA RESTOU NA SOMBRA:
MENTALIDADE, TRABALHO E ASCENSÃO SOCIAL EM *O CORTIÇO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Homero Vizeu Araújo

Porto Alegre

2014

TIAGO LOPES SCHIFFNER

**O SOL FOI SEQUESTRADO E A RUA RESTOU NA SOMBRA:
MENTALIDADE, TRABALHO E ASCENSÃO SOCIAL EM *O CORTIÇO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em:..... de.....de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Homero Vizeu Araújo
Orientador

Dr. Antônio Marcos Sanseverino

Dr. Edu Teruki Otsuka

Dr. Luís Augusto Fischer

Porto Alegre

2014

A todos os escritores que modificaram meu
olhar sobre a realidade.

AGRADECIMENTO

Essa dissertação é o resultado do esforço direto e indireto de várias pessoas que ofereceram o seu tempo e o seu conhecimento para construí-la. É decorrência do entusiasmo e da orientação de Homero Vizeu Araújo, com quem as conversas sobre *O Cortiço* são sempre instigantes e reveladoras. Por isso, devo agradecimentos a ele pela generosidade com que compartilha o seu conhecimento, seja no grupo de pesquisa, seja nas aulas, seja nos encontros informais no Bar do Antônio.

Aos professores Antônio Sanseverino, Luís Augusto Fischer e Gínia Maria de Oliveira Gomes, agradeço pela interlocução e pela preocupação com meus estudos ao longo desses anos de Mestrado. Sou grato também pelas suas aulas nesses anos na UFRGS, as quais me deram muitas ideias sobre os temas que venho desenvolvendo.

Outra pessoa a quem agradeço muito é a Profa. Hilda Berengan. Ela foi essencial na constituição desse trabalho ao compartilhar, carinhosamente, várias de suas horas debatendo os argumentos e a redação de inúmeros trechos desse estudo. Oscar Berengan e ela me entusiasma a continuar desenvolvendo a minha vida acadêmica.

Nesses dois anos, Débora Berengan foi muito compreensiva e acolheu as minhas angústias e dúvidas com o andamento dessa pesquisa. Entendeu os vários dias de ausência em que fiquei pensando, (re)escrevendo e (re)lendo. Muito desse trabalho é também dela.

Ao meu irmão, Lucas, deixo uma menção especial pela seriedade e pela coerência com que leva a rotina universitária, o que é uma inspiração e motivo de orgulho. A ele devo conversas, perguntas e discussões sobre literatura, sobre sociedade e sobre o nosso contexto de vida. Minha gratidão é extensiva à minha mãe, minha avó e minha irmã, pelo convívio e pelo afeto.

Agradeço também ao meu irmão-amigo, Jefferson Jobim, pela torcida nesses momentos decisivos.

Agradeço, também, a todos os integrantes do grupo de pesquisa do qual me orgulho muito de fazer parte e com os quais debati inúmeros pontos desenvolvidos nessa dissertação. Os encontros semanais e as discussões intelectuais estão presentes em várias passagens, e cada um deles escreveu um pouco dessas páginas comigo.

Sou muito grato aos meus colegas Adriano, Éder, Guilherme, Paula, Priscila, Natália e Márcia, pelo convívio alegre, pelas conversas e pela amizade.

Sinto-me também agradecido pelo incentivo da bolsa CNPq, a qual financiou completamente a construção deste trabalho.

Por fim, sou devedor de todos aqueles que li, com quem conversei e com quem convivi nesses anos, por isso cada página registrada é a minha maneira de retribuir seus ensinamentos e a eles agradecer.

“O Brasil não é para principiantes”

(Tom Jobim)

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é investigar três aspectos constitutivos d'*O Cortiço*: a mentalidade social, as relações de trabalho e a ascensão social. Inspirado e fundamentado nas contribuições de Antonio Candido em *De Cortiço a cortiço* (1992), o estudo visa a desenvolver uma leitura complementar à do ensaio, também analisando as tensões da forma literária conjuntamente à apreciação do âmbito social. A interpretação do texto literário se produz pela conexão de *texto* e *contexto* na tentativa do entendimento *dialeticamente íntegro*. Ressalta-se que o elemento social é importante na medida em que influencia a estrutura interna da obra literária. A intenção é ampliar o debate sobre os abusos no mercado de trabalho com certa formalidade – lugar, sobretudo, das atividades masculinas – dando igual ênfase às relações constituídas nos afazeres femininos e informais, aí incluídas as lavadeiras e as prostitutas. A análise, ainda, investiga os movimentos de ascensão social ocorridos e de que modo eles podem apontar as estruturas internas, as inspirações e as particularidades literárias d'*O Cortiço*. Busca-se apresentar as tensões da transição entre a decadência do patriarcado rural e o fortalecimento do contexto urbano no final do século XIX.

Palavras-chave: Aluísio Azevedo. *O Cortiço*. Sociedade brasileira. Forma literária. Real-Naturalismo.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette recherche est d'étudier trois aspects constitutifs du roman *O Cortiço*: la mentalité sociale, les relations de travail et la mobilité sociale. Animé et soutenu par les contributions de Antonio Candido dans l'essai *De Cortiço a cortiço* (1992), cet étude prétend développer une lecture complémentaire à celle du texte de Candido et analyser les tensions de la forme littéraire avec l'appréciation du contexte sociale. L'interprétation du texte littéraire est produite en reliant le texte et le contexte dans une tentative de compréhension de principe dialectique. Il est souligné que l'élément social est important en ce qu'il influence la structure interne de l'oeuvre littéraire. L'objectif est d'élargir le débat sur les abus dans le marché du travail avec une certaine formalité - surtout un lieu des activités des hommes - en donnant une importance égale à la relation établie dans les affaires féminines et informelles, y compris ceux concernés par les lavandières et les prostituées. L'analyse examine également les mouvements de mobilité sociale et comment ils peuvent pointer les structures internes, les inspirations et les particularités de *O Cortiço*. Notre but est de présenter les contraintes de la transition entre le déclin du patriarcat rural et le renforcement du cadre urbain de la fin du XIXe siècle.

Mots-clés: Aluísio Azevedo. *O Cortiço*. La société brésilienne. Forme littéraire. Real-Naturalisme.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A JANELA AMPLA DA CASA ALTA ENQUADRA OS TELHADOS DAS PEQUENAS MORADIAS	15
2.1 A LÍNGUA DOS TRÊS PÊS: DO CAMPO À CIDADE	15
2.2 DO SOBRADO AO CORTIÇO: A CONCEPÇÃO DA IMAGEM DA MULHER POR MEIO DE CORES E SUAS SUPOSTAS FUNÇÕES	27
2.2.1 O ditado da coisificação das mulheres: arbitrariedades do pater familias	34
2.2.2 A resistência feminina aos estereótipos e a transição histórica	40
3 ENQUANTO OS HERDEIROS PENSAM SOBRE O MUNDO, O TRABALHADOR SE DESGASTA: AS CONJUNTURAS E AS RELAÇÕES LABORAIS EM <i>O CORTIÇO</i>	55
3.1 DO BOTEQUIM E DA PEDREIRA AOS BUROCRATAS.....	55
3.2 DAS MULHERES LIVRES AOS AMBULANTES: A INFORMALIDADE E A AUTONOMIA.....	76
4 DOS LUSITANOS ÀS MERETRIZES	93
4.1 OUTROS ASPECTOS SOBRE A ASCENSÃO SOCIAL DE JOÃO ROMÃO OU PORTUGUESES RICOS E ALIANÇADOS.....	93
4.2 AS PROSTITUTAS E A ASCENSÃO SOCIAL DE POMBINHA	107
5 CONCLUSÕES	120
REFERÊNCIAS	125

1 INTRODUÇÃO

O interesse em estudar *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, surgiu em 2009. Na época, escrevi um ensaio comparativo entre *O Cortiço* e *Gota d'água* a respeito da marginalização e ascensão social nessas obras – o que foi o gérmen do meu trabalho de encerramento da graduação. Entrei no Mestrado (2012) com o intuito de continuar escrevendo sobre a peça e o romance, mas, a cada leitura d'*O Cortiço*, aparecia outro viés de análise. Assim, a peça de Chico Buarque e Paulo Pontes foi perdendo espaço até deixar de ser assunto dessa dissertação.

Ao longo desses cinco anos, várias mudanças na conjuntura social do Brasil reatualizaram discussões representadas por Aluísio Azevedo em 1890. Às vésperas de competições mundiais no País – na cidade do Rio de Janeiro de maneira específica – reavivava-se o debate sobre a especulação imobiliária nos grandes centros. Agora, inclusive, os morros cariocas – as únicas opções para os desabrigados durante anos – sofrem as consequências desse interesse comercial, em função de suas posições geográficas¹. Essa demanda é efeito também das políticas públicas que – por meio da implantação de postos policiais (UPPs) – “pacificam” as favelas. Os moradores dessas comunidades passaram a ter seu cotidiano e seus costumes controlados sob o argumento de manutenção da ordem social, embora ainda sejam desassistidos no âmbito da educação e da saúde de qualidade. Em Porto Alegre, o projeto de criação de uma avenida para conectar a zona sul da capital diretamente ao estádio da Copa do Mundo desalojaria um bairro inteiro, o que apenas não ocorreu devido a protestos e à resistência popular. Nas metrópoles, esses habitantes pobres – que, na sua maioria, trabalham nas áreas centrais – recebem ser transferidos para bairros afastados, como acontece com frequência. Esses desalojamentos, a repressão policial e as construções intermináveis formam hoje a paisagem das principais capitais e regiões metropolitanas. As cidades são reformuladas para apresentarem uma aparência próspera e convidativa, embora a desigualdade social explicita as incongruências entre a modernização e o atraso. Parece que, outra vez, transforma-se o *Carapicus* em *Avenida João Romão* com o idêntico ideal mentiroso de que o novo aspecto conseguirá esconder as iniquidades e a penúria do passado-presente.

As construções faraônicas e futebolísticas são marcadas também pela relativa insegurança dos operários. Desde o início das obras, morreram cinco empregados em

¹ O tema da especulação envolvendo as habitações nos morros cariocas é abordado pela jornalista Cláudia Antunes no artigo intitulado *Os descontentes do porto*, publicado na edição 76 da revista Piauí, Janeiro de 2013.

acidentes. Como não me lembrar do imprevisto que pontua o cotidiano na pedreira de João Romão? A imagem é semelhante: inúmeros funcionários presos no alto das obras, à mercê de acidentes e quase esquecidos pela opinião pública diante da opulência dos empreendimentos. E as empreiteiras lucram como nunca.

No âmbito comportamental, assuntos abordados em *O Cortiço* continuam sendo matéria de debate. Um deles é a prostituição. Com a luta da prostituta e socióloga Gabriela Leite, um projeto de Lei que visa à regulamentação do trabalho das prostitutas tramita no Congresso brasileiro. No entanto, essa respeitável iniciativa (a exemplo de outras) é bloqueada pela bancada religiosa, a qual se “multiplica como larvas no esterco” nas casas legislativas – aspecto que assinala como caminha a mentalidade brasileira contemporânea. Por isso, o debate sobre essa atividade profissional evolui a duras penas. E, nesses mais de cem anos, a hipocrisia pontua, ainda, a marginalização dessas mulheres – as quais seguem sendo estigmatizadas para se conservar a falsa impressão de que não existem.

O outro ponto de enfrentamento contemporâneo é a desigualdade racial. A imagem é de superação do forte racismo presente em *O Cortiço*, pois existiria certa igualdade entre as etnias – uma *democracia racial*, nos termos de Gilberto Freyre. Uma pesquisa feita em 1988 apresenta a fisionomia desse quiproquó. Segundo a investigação coordenada por Lilia Moritz Schwarcz, “97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito, 98% disseram conhecer, sim, pessoas e situações que revelam a existência de discriminação racial” (SCHWARCZ, 2001, p. 76). Esses dados foram reiterados por outro estudo da *Folha de São Paulo* em 1995. Nele, 89 % dos brasileiros disseram existir preconceito com negros, mas apenas 10 % confessaram tê-lo. Mas de forma indireta, 87 % reconheceram ter algum tipo de preconceito, “ao enunciarem ou concordarem com frases e ditos de conteúdo racista” (SCHWARCZ, 2001, p. 77). Ou seja, o preconceito é, ainda, muito grande, mas não é admitido francamente. Nesse sentido, as ações afirmativas implementadas nos últimos anos visam a superar o racismo e as desigualdades, mas encontram restrições de setores da sociedade que alegam a inexistência das discriminações. Nas universidades, por exemplo, o tema das cotas é alvo, ainda, de muita rejeição por certos setores da comunidade acadêmica.

Outro episódio recente de injúria por razões de cor – e também por xenofobia – foi o desembarque dos médicos cubanos no Brasil. Vindos para participarem do *Programa mais médicos*, os profissionais foram recepcionados, no Ceará, por um grupo de doutores que os vaiaram e os chamaram de “escravos” e “incompetentes”. Além do componente racial, esse fato evidencia a luta da categoria para fazer uma reserva de mercado e que os cubanos

poderiam ameaçar. Essa gama de preconceitos e de agressividade explícita que não se está tão longe quanto se quer do racismo e da xenofobia presentes em *O Cortiço*.

Cada um desses eventos históricos – ocorridos entre os anos finais da graduação e o período do Mestrado – reforça a minha certeza da importância da análise crítica de *O Cortiço*, pois compreendo que o processo dialético de entendimento da arte em conjunção ao estudo da história (forma literária e processo social) especifica as contradições presentes tanto no enredo do romance, quanto na sociedade. Por isso, dediquei-me a examinar essa importante obra da Literatura Brasileira.

O texto da dissertação está dividido em três capítulos. No primeiro, analisa-se a mentalidade social incorporada ao romance. No segundo, examinam-se o lugar e a situação do trabalhador e, por fim, abordam-se as variáveis da ascensão social de João Romão e de Pombinha. Esquemáticamente, o trabalho se divide em: 1) o brasileiro livre beneficiado pelo ócio e que pensa a sociedade sem imparcialidade; 2) o labutador, que procura sobreviver com certa formalidade ou na informalidade completa; 3) o rico abjeto, que ascende fazendo alianças e enganando os seus empregados e inquilinos, e a *flor do cortiço*, a qual enriquece ao decidir ser livre e dominadora.

De maneira mais estendida, primeiramente se descreve o quanto da mentalidade patriarcal advinda do contexto rural se cristaliza na estrutura e nos estereótipos de *O Cortiço* (1890) e por quais aspectos é reformulada ou contradita pelas variantes históricas do âmbito citadino em formação no Rio de Janeiro do século XIX. O objetivo é apresentar as raízes do *ditado dos três pés*, o qual é um elemento extraliterário que aponta o arranjo do romance de Aluísio Azevedo e que Antônio Candido apresenta em *De cortiço a cortiço* (1992). Em parte, o crítico alude à procedência do ditado no Brasil ao referir a sua similaridade com uma máxima encontrada no texto de Antonil, escritor jesuíta que aborda as conjunturas históricas da produção fazendária no período do ciclo do açúcar. Em *Cultura e opulência do Brasil*, o italiano menciona que o trato dos escravos passa por “três P.P.P., a saber, Pau, Pão e Pano” e que, às vezes, é semelhante ou pior do que o tratamento concedido aos animais de tração (ANTONIL, 1982, p. 31). Na Corte, a fórmula abjeta é refeita para abarcar a nova conjuntura social e, ao lado do negro, passa a figurar o português, ambos nivelados ao burro. Portanto, por um lado, as diferenças entre os ditos apresentam as discrepâncias entre os momentos históricos e, por outro, as similaridades distinguem a perenidade de uma concepção desigual e brutalizada, cujo fundamento é a permanência da disparidade entre o opressor e o oprimido. Assim, argumenta-se que a razão do enunciador dos adágios não se modificou ao longo dos

anos quando o assunto é quem manda e quem obedece. Pelo contrário, ela se recrudescer pela ameaça dos arrivistas estrangeiros que, agora, disputam os privilégios e benefícios sociais.

Com o apontamento da herança rural, são estabelecidas conexões entre esse domínio social e o apresentado em *O Cortiço* para se compreender um pouco mais da armação interna da obra. Portanto, procuram-se marcas textuais internas ao romance que lhe ressaltem a manutenção de reminiscências próprias ao patriarcalismo fortalecido, o que não contraria os escritos de Antonio Candido. Pelo contrário, esse objetivo enaltece a necessidade de se perceberem as similaridades entre o extra e intraliterário, como ensina Candido. O anseio é, então, ampliar – na medida do possível – a renovação feita em *De cortiço a cortiço* na leitura da obra de Aluísio Azevedo, a fim de demonstrar o quanto os externos elementos históricos atingem a gênese da Literatura.

Na segunda parte do capítulo inicial, a finalidade é abordar o conjunto de características das personagens do romance, as quais – defende-se – não são vistas indistintamente como racialmente iguais nem mesmo dentro da estalagem de João Romão. Alega-se a existência de características – presentes na estereotipia das figuras femininas – que diferenciam as-alvas-mulheres-frágeis das mulatas-alegres-e-sensuais do sobrado ou do cortiço. E essas duas categorias destoam, por sua vez, da negra solteira e trabalhadora. Essa mentalidade antiga e patriarcal que *O Cortiço* acusa como vigente condiciona o perfil subjetivo, o espaço e o papel sociais de cada uma delas em função de sua cor. A representação literária dessas mulheres reverberaria, então, o imaginário coletivo que antagoniza três tipos: “branca para casar, mulata para fornicar, preta para trabalhar”, segundo o dito que Gilberto Freyre registra em *Casa-grande & Senzala*. Entretanto, essa tipificação sofre resistência no meio citadino de *O Cortiço*, pois elas não se resignam a essa circunstância imposta – o que é sintomático de certa autonomia financeira da esposa ou amasiada em relação aos homens.

A segunda parte da dissertação trata das condições masculinas e femininas de trabalho em *O Cortiço*. Serão abordadas as circunstâncias de exploração dos personagens, os modos de conjunção empregatícia encontrados no romance, a fim de explicitar as estruturas internas da narrativa. Na primeira parte, serão analisados os modelos de sustentabilidade assalariada disponíveis e representados no romance de Aluísio Azevedo. O intuito é analisar como se constroem as relações entre empregados e empregadores nos domínios perceptíveis do bairro de Botafogo e de que maneira esses indivíduos são descritos na narrativa.

No segundo segmento, serão abordadas as especificidades das atividades financeiras das mulheres e dos vendedores autônomos que povoam o pátio da propriedade de João Romão. O intento é apontar as causas da independência feminina nos relacionamentos

matrimoniais e afetivos nas camadas populares, os quais são vínculos pessoais moralmente menos impositivos e, por consequência, mais efêmeros e igualitários. Pretende-se apresentar a solidariedade ensejada no âmbito profissional entre as lavadeiras e o desmantelamento da concepção de sociedade regida pelo “pai” nas camadas pobres. Ao focalizar a atividade rentável das inquilinas e dos pequenos comerciantes presentes no início de *O Cortiço*, evidencia-se a configuração do trabalho e as oportunidades de ofícios remunerados para além do mercado com certa formalidade. É imperioso esmiuçar, assim, as características próprias às carências impostas ao grupo feminino e como esclarecem a arquitetura subjacente na narrativa. Para tanto, a análise do perecimento de profissões comerciais do Rio de Janeiro também é expressiva.

O terceiro capítulo inicia-se com a reflexão sobre a conjuntura de enriquecimento e ascensão social de João Romão. O objetivo é especificar os mecanismos utilizados pelo taverneiro e as variáveis sociais pelas quais é favorecido na sua transição de classe. Além disso, procuram-se as circunstâncias históricas e a inspiração literária de Aluísio Azevedo para a criação do arrivista lusitano.

A seção seguinte traça o movimento de ascensão social de Pombinha e as características das prostitutas no romance. A finalidade é perceber de que maneira essas mulheres e a sua profissão são tratadas no andamento d’*O Cortiço* e pelo narrador. É intuito, ainda, especificar outros aspectos da forma do livro a partir da análise sobre o espaço das cortesãs no enredo. As possíveis inspirações literárias serão delineadas para pontuar não apenas as continuidades, mas, principalmente, as particularidades d’*O Cortiço* quando se aborda o tema da prostituição.

2 A JANELA AMPLA DA CASA ALTA ENQUADRA OS TELHADOS DAS PEQUENAS MORADIAS

2.1 A LÍNGUA DOS TRÊS PÊS: DO CAMPO À CIDADE

Diante da chacina
 111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos
 Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão
 pobres
 E pobres são como podres e todos sabem como se
 tratam os pretos

(Haiti, Caetano Veloso e Gilberto Gil)

Antonio Candido – em *De cortiço a cortiço* – desenvolve um estudo de *O Cortiço* que, dialeticamente, mapeia as relações existentes entre as influências literárias e a fidelidade da narrativa ao contexto social e histórico da criação do romance. Segundo define o crítico, Aluísio Azevedo – no afã de apresentar os conflitos sociais de sua época e com o modelo da literatura Real-Naturalista na cabeça – extrapola os limites de seus objetivos. Desse modo, constitui uma narrativa dotada de uma “violência social” (CANDIDO, 2004, p. 113) não pretendida (percebida), que é, então, fruto de uma realidade conflitante e desigual e de inspirações literárias, sobretudo as de Émile Zola. Diante dessas perspectivas, um dos intuitos de Antonio Candido, em *De Cortiço a cortiço*, é reconfigurar as tensões sociais constitutivas e geratrizes do romance. Para tanto, utiliza, como elemento de estudo comparativo indireto, o *ditado dos três pês*, dito humorístico e corrente no Rio de Janeiro no final do século XIX. Ele o intitulará de *Mais-valia crioula* e lhe dará a forma de poesia modernista:

Mais-valia crioula
 Para
 Português negro e burro
 Três pês:
 Pão para comer
 Pano para vestir
 Pau para trabalhar (CANDIDO, 2004, p. 109).

Na sociedade dos homens livres e urbanos do final do XIX, o preconceito e a estigmatização são cultivados como forma de manutenção dos privilégios públicos² e econômicos e desmascaramento dos possíveis burladores da pretensa imobilidade social. Por isso, os adágios humorísticos condenatórios das alheias “vicissitudes” de cor e da nacionalidade se tornam corriqueiros nas esquinas do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o *ditado dos três pés* exemplifica o sentimento xenofóbico e racista dos ociosos-brasileiros-transeuntes-de-sobrecasacas-não-atingidos-pelo-escárnio. Esse ditado é, então, produto do contexto das rivalidades raciais e das rixas étnicas que se locomoviam pelas ruas.

Essas disputas germinam com o sucessivo aumento da população na cidade. A partir do inchaço populacional, a sobrevivência torna-se cada vez mais penosa devido ao desemprego. A defasagem entre a oferta de trabalho e a mão de obra agrava-se com a imigração europeia (portugueses e italianos, por exemplo) e a desassistida abolição da escravatura³. Assim, para se pensar *O Cortiço*, há que se colocar, de um lado, os estrangeiros que vêm para desenvolver atividades produtivas em zonas rurais ou urbanas e, de outro, os negros livres (ou com certa liberdade) que se mudam e encorpam a massa demográfica cidadina⁴. Nela “acirram-se, então, as rivalidades com os nacionais na disputa por uma vaga no setor produtivo” (RIBEIRO, 1990, p. 10). Esse é o caso de Jerônimo.

Descontente com o tratamento recebido na fazenda na qual trabalhava, o português a abandona. Não concordava em permanecer a labutar no campo, pois:

² A respeito das desigualdades e dos privilégios ensejados por questões raciais, Lilia Moritz Schwarcz ressalta que a identificação da cor de pele no Brasil é “muitas vezes uma questão relacional: varia de indivíduo para indivíduo, depende do lugar, do tempo e do próprio observador” (SCHWARCZ, 2001, p. 72). Segundo apresenta Thomas E. Skidmore, “o patrimônio e a posição social aparentes da pessoa observada, indicados por seus trajes ou por seu círculo social, também afetavam a reação do observador, como indicava um adágio popular brasileiro, segundo o qual o “dinheiro embranquece”” (SKIDMORE, 2012, p. 82). Essa relativização do tom de pele gera, inclusive, certa divergência entre Joaquim Nabuco e José Veríssimo. Quando Machado de Assis falece, Veríssimo escreve um artigo no qual se refere ao autor como “o mulato Macho de Assis”. Nabuco descontente com a expressão defende que seja suprimida no texto final porque, segundo ele, “‘mulato, ele foi de fato, um grego da melhor época’. Eu não teria chamado Machado de Assis de mulato e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese. Rogo-lhe que tire isso quando reduzir os artigos a páginas permanentes. A palavra não é literária e é pejorativa, basta ver-lhe a etimologia. O Machado para mim era um branco e creio que por tal se tornava; quando houvesse sangue estranho isso nada alterava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só via nele o grego” (COSTA, 2007, p. 378). Segundo se pode notar, definir a raça no Brasil é também um modo de caracterizar o status social e econômico de um determinado indivíduo. Por isso, há um adágio popular que diz “preto rico no Brasil é branco, assim com branco pobre é preto”.

³ Sobre essa abundância de mão-de-obra, Eulália M. L. Lobo escreve “a abolição da escravatura liberou mão-de-obra do campo para a cidade, formando-se um mercado de trabalho com superabundância de oferta, na medida que o fluxo de imigrantes veio reforçar o contingente de libertos e a melhoria das condições de higiene, reduzir a mortalidade.” (LOBO, apud CHALHOUB, 2008, p. 62).

⁴ Embora o período de referência de *O Cortiço* seja anterior à Lei Áurea, por volta de 1870 aos primeiros anos de 1880, o autor conhece as dificuldades geradas pela liberdade desassistida e pelo inchaço habitacional intensificado pela maior imigração do final do século, pois escreve o seu romance entre 1885 e 1890. Nesse sentido, Aluísio Azevedo parece refazer o passado procurando a suposta origem dos problemas de seu presente.

Para continuar a servir na roça tinha que sujeitar-se a emparelhar com os negros escravos e viver com eles no mesmo meio degradante, encurralado como uma besta, sem aspirações, nem futuro, trabalhando eternamente para outro. Não quis. Resolveu abandonar de vez semelhante estúpido de vida e atirar-se para a Corte, onde, diziam-lhe patrícios, todo o homem bem disposto encontrava furo. (AZEVEDO, 2011, p. 61).

Nos argumentos do covoqueiro, há nítida desilusão com o meio rural, pois este não lhe oferece perspectivas de prosperidade financeira e o coloca em pé de igualdade com os trabalhadores compulsórios. Consciente dessa situação irremediável, o lusitano não vislumbra motivos para permanecer se submetendo ao modo de vida dos cativos. Nos motivos dele, é perceptível, ainda, o preconceito racial – o qual encerra um ressentimento com o suposto rebaixamento social ao qual é submetido. Segundo é possível notar, o seu desgosto advém do fato de se perceber emparelhado com os escravos⁵. À similitude da primeira linha da *Mais-valia crioula*, o português e o negro estão confusamente postos lado a lado. E a cena citada é uma espécie de materialidade narrativa da *língua dos três pés*.

O fazendeiro que contrata Jerônimo emparelha socialmente o português e o negro, tratando-os como se fossem bestas. É interessante que – no excerto – a palavra “besta” possui a mesma ambiguidade apontada por Antonio Candido, quando se refere ao vocábulo “burro”

⁵ Embora não se saiba o regime de trabalho de Jerônimo, é interessante que o relato dele lembra o modo como se constituíram os primeiros contratos entre imigrantes e fazendeiros no Brasil sob o regime de *parceria*, experiência das décadas de 40 e 50 do XIX, ou por *contrato de enganchado*. Segundo o autor José Sacchetta Ramos Mendes, o contrato de *parceria*, implementado em São Paulo pelo senador e fazendeiro Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, “estipulava que cada agricultor e sua família deveriam cultivar uma certa extensão de cafezais na fazenda que os acolheu, recebendo em pagamento uma percentagem do lucro líquido anual da venda do café por eles colhido. [...] O contrato de parceria previa ainda a possibilidade de transferência do parceiro a outro empregador, independentemente da sua vontade, num negócio comercial que passou a ser comparado à revenda de escravos. Além dessas condições, nos latifúndios, o imigrante convivia com cativos, por vezes empregados nas mesmas funções. Na gênese da introdução do trabalho livre na cafeicultura, a mentalidade escravocrata do fazendeiro entendia que a organização dos núcleos de povoamento sob o regime de parceria deveria dispor a mão-de-obra exclusivamente segundo os seus interesses” (MENDES, 2010 p. 122). Esse tipo de organização de trabalho durou até 1857, quando há uma rebelião dos empregados estrangeiros, a qual é liderada pelo suíço-alemão Thomaz Davatz. Já, na Suíça, Thomaz relata “suas memórias sobre o tempo que trabalhou no Brasil, sob o sistema parceirista de Vergueiro”. Essas anotações lembram muito a situação vivida por Jerônimo: “os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado tornam-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade de Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância [...] que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias, ou como escravos.” (DAVATZ, apud MENDES, 2010, p. 124). No *contrato de enganchado*, por sua vez, “o imigrante comprometia-se a trabalhar por pequena remuneração, durante um tempo determinado – em geral um ou dois anos – em troca do pagamento das despesas de viagem para o Brasil. Depois disso, ficava livre para utilizar sua força de trabalho como desejasse. A estipulação de um prazo para a permanência no emprego, em cumprimento com a obrigação assumida, diferenciava o enganchado do parceiro, apesar de nas queixas da época serem ambos comparados ao elemento servil.” (MENDES, 2010, p. 132). Nessas duas formas de prestação de serviço, percebe-se que os proprietários não fazem distinção entre os estrangeiros livres e os cativos, frequentemente, tratando o imigrante contratado como trabalhador obrigado – o que denota a perenidade do modo do fazendeiro conceber o labutador, mesmo que esse estivesse regido por outro modo de relação de trabalho e fosse de outra origem.

– o que o português parece compreender. Desse modo, trabalhando feito uma “besta”, Jerônimo acabaria por ignorar as “aspirações” de melhoria de vida. E – para não ser tratado como escravo – muda-se com esperanças de enriquecer; mas acaba novamente pobre e vivendo junto aos “pretos” – pobres, no sentido exposto por Candido (CANDIDO, 2004, p. 114).

Na localidade deixada por Jerônimo, também ocorre a *equiparação sociológica* entre o português e o negro, cuja animalização é a consequência visível. O espelhamento entre a cena citada e a estrutura do romance reforça a recorrência das condições degradantes às quais estão submetidas as camadas pobres. Nesse sentido, seja na senzala abandonada por Jerônimo, seja na residência citadina, a dinâmica é a mesma, e a exploração, uma tendência intransponível. Por isso, é interessante notar que a mudança do lusitano do âmbito rural ao urbano conserva variáveis de exclusão semelhantes. O proprietário da fazenda em que o cavouqueiro presta serviço o trata como se também estivesse sob o vínculo de labuta dos empregados compulsórios, ou seja, o patrão continua pensando a relação produtiva nos termos do sistema de escravidão, embora o estrangeiro seja um homem livre. Nesse sentido, a permanência dessa mentalidade subjaz as similaridades entre o ditado “*para negro escravo, três P.P.P., a saber, pau, pão, pano*”⁶ e o dito “*para português, negro e burro, três pês: pão para comer, pano para vestir, pau para trabalhar*”⁷ – o que apresenta certa cristalização da maneira de imaginar o trabalhador no Brasil até, pelo menos, o final do XIX.

A concepção social perdura e se adapta às alterações ocorridas entre os períodos, o que afeta diretamente o discurso literário. É evidente, assim, que não só os explorados se mudam para a cidade, mas também os exploradores, os quais levam na bagagem os ensinamentos do mundo rural. Em outras palavras, as mudanças empreendidas para a criação de um mercado de trabalho livre não modificam a maneira de se ponderar sobre o lugar do labutador na sociedade, o que se arraigara durante trezentos anos de servidão.

A cena vivida por Jerônimo apresenta, ainda, elementos que definem o perfil do enunciador dos *ditados* e do *emissor latente* do romance – corroborando as impressionantes considerações de Antonio Candido. Na fazenda abonada pelo português, encontra-se um proprietário, supostamente branco, com uma “tendência [...] para o ócio” e que é “favorecido pelo regime de escravidão” (CANDIDO, 2004, p. 110). Morador da casa-grande, ele abriga os empregados na senzala. *Quais as diferenças entre o europeu e o negro na sua propriedade?* – pergunta um viajante ao patrão de Jerônimo. Ele responde: – *Nenhuma, vivem no mesmo*

⁶ Ditado citado por Antonil em *Cultura e Opulência do Brasil*.

⁷ Ditado referido por Antonio Candido em *De cortiço a cortiço*.

lugar (senzala) e são tratados sem diferenças (consoante aos animais). Desse modo, o *enfoque narrativo* – que “desempenha papel estruturador do romance” (SCHWARZ, 1999, p. 28) – mimetiza a atitude e o posicionamento do antigo patrão de Jerônimo. Nesse sentido, *O Cortiço* se arranja conforme a habitação rural, onde morou o lusitano e sua família. E os explorados são alocados, conjunta e indistintamente, num mesmo recinto. Os abrigos rústicos e horizontalizados são recriados em Botafogo, confinando os trabalhadores e o foco narrativo. Assim, as cenas fora do cortiço são escassas, como se verá, e os estrangeiros, os negros, os mulatos e os mamelucos são enquadrados indistintamente. O arranjo do livro é semelhante à arrumação da fazenda deixada pelo cavouqueiro. Nesse sentido, a senzala está para o campo, como o cortiço está para a cidade.

No entanto, há, pelo menos, uma diferença significativa no meio urbano e importante para o texto de Aluísio. Aqui, existe a possibilidade de o habitante do cortiço se tornar proprietário por meio do trabalho e de alianças, segundo se apresentará no terceiro capítulo. Isso não acontece no reduto do campo, haja vista que lá “não há aspirações, nem futuro, trabalha[-se] eternamente para outro” (AZEVEDO, 2011, p. 61). Essa oportunidade cidadina possibilita a inversão da dinâmica social, e o ex-proprietário pode ser suplantado pelo ex-empregado. O vendeiro “com o seu ventre de monstro, a sua indecorosa fortuna e a sua obscena estupidez romp[e] a marcha na ordem social” (AZEVEDO, 1954, p. 69). Essa constatação de Aluísio Azevedo, datada de 1892, reforça o momento de mudança social e econômica que o Brasil atravessa nas décadas finais do XIX – o que o autor amargurado registra no texto jornalístico e representara em *O Cortiço*. *A nossa revolução* cessava alguns dos “freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas”, tais como a origem familiar e a construção de riqueza por meio da propriedade humana (*coisa*) (HOLANDA, 2012, p. 172). Além disso, cria-se uma “dependência entre as áreas rurais e as cidades” e, por conseguinte, o centro de poder desloca-se das amplas fazendas para as metrópoles (HOLANDA, 2012, p. 175). Conseqüentemente, o detentor da posição superior e diretiva no relativamente estável mundo agrário se acotovela no inchado e oscilante meio urbano. Dessa inversão de valores surge o “ressentimento” do brasileiro livre com ares de nobreza, o qual se endivida com o dono do “empório” (CANDIDO, 2004, p. 112).

Enquanto o proprietário rural ainda pode utilizar, impunemente, a força para manter sua posição; na cidade, o homem livre recorre aos adágios humorísticos e às letras para atacar e declarar seu descontentamento. A denúncia risível e o trabalho artístico se confundem, e a

estrutura do romance espelha essa parecnça⁸. A rivalidade entre brasileiro “digno” e o *vendeiro* se presentifica na denúncia do inglório passado laborioso do comerciante. Conforme aponta Edu Otsuka, a organização d’*O Cortiço* explicita a “íntima aliança”⁹ entre os habitantes do cortiço e o proprietário contra a exterioridade invasora (OTSUKA, 2009, p. 184). O *emissor latente* enquadra nesses embates a união dos moradores, como se fossem aliados e como se não houvesse rixas, nem relação de subordinação. Explorados e explorador, brancos e negros, brasileiros e portugueses lutam, lado a lado, contra os invasores. Ainda, conforme aponta o crítico, “após o primeiro incêndio, a sequência narrativa volta-se para a solidariedade entre o dono do cortiço e os moradores, que acompanham Romão quando este é intimado a comparecer à delegacia” (OTSUKA, 2009, p. 184). Essas cenas parecem uma maneira de representar que os moradores – independentemente das controvérsias e disputas que tenham entre si – e o proprietário são uma coisa única. Nesse sentido, essa indiferenciada alocação restitui a trajetória modesta e depreciativa do taverneiro para macular a sua imagem. O passado do capitalista é relembrado pelos insatisfeitos com seu enobrecimento, no intuito de recompor o antigo *estado das coisas*, seja por meio do romance, seja por meio do dito.

O apoio dos pobres contra os adversários externos especifica, por outro lado, certa tentativa de sobrevivência dos inquilinos. Embora haja diferença econômica entre Romão e os moradores, ela não lhes é nítida. Uma das causas pode derivar da relativa semelhança existente entre os moradores e o proprietário, pelo menos, quando se trata das privações às quais estão sujeitos. Conquanto as restrições financeiras advenham da cobiça tresloucada do avarento, elas podem falsear uma aparência de igualdade. Inclusive, essa identificação talvez seja reforçada, aos olhos dos locatários, pela maneira como o taverneiro é agredido pelas autoridades estatais – os policiais. Eles o destratam com a mesma violência que os demais. Não existe respeito dos “morcegos” pelo fato de Romão ser o proprietário do lugar, pelo contrário. Porém, o ponto central é a falta de clareza sobre a conjuntura de exploração, segundo define Candido (2004, p. 114). Essa inconsciência impede a aliança entre os vizinhos contra João e, contraditoriamente, possibilita a união dos inquilinos com o capitalista. As rixas surgidas de distinções de origem e de cor bloqueiam a visão de pertencimento à

⁸ Em *O vendeiro e o poeta*, Aluísio Azevedo critica justamente a ascensão social de comerciantes, a condição de ignorância e a falta de escrúpulos dos vendeiros – os quais são, segundo o autor, possuidores de uma “consciência do comércio muito elástica quando se trata de negócios, porque faz parte dos principais requisitos do[s] seu[s] ofício[s] enganar o comprador”. Assim, Azevedo credita o atraso artístico do Rio de Janeiro ao tratamento social desigual despendido ao poeta e ao vendeiro. (AZEVEDO, 1954, p. 65-72).

⁹ Essa expressão é uma justaposição de um termo do artigo *De cortiço a cortiço*, de Candido – em que o crítico aponta a originalidade de Aluísio Azevedo ao construir uma narrativa na qual coexistem intimamente explorador e explorado – e de um termo da análise que Otsuka faz da união entre os corticeiros contra a exterioridade.

coletividade em sentido engajado – conforme ocorre, por exemplo, em *Suor*, de Jorge Amado. No romance do escritor baiano, a diferenciação racial não é traço importante para os moradores; negros, brancos, brasileiros e estrangeiros convivem no *pelourinho 68* e no *K. T. Espero* sem existirem desavenças por razões xenofóbicas ou racistas. Eles também estão em situação de penúria, mas adquirem paulatina consciência dos abusos e se insurgem contra os desmandos do senhor do cortiço-sobrado: Seu Samara. Essa diferença talvez esteja atrelada à reconfiguração do mercado de trabalho interno pela qual passa o Brasil nas primeiras décadas do século XX. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, em vinte, “o movimento sindical autônomo” e “o mercado de trabalho territorializado” acarretam clarividência da eficácia da contestação e da busca de direitos coletivamente (ALENCASTRO, 1987, p. 20). Portanto, essa percepção desanuviada é improvável no momento histórico e no ambiente conflituoso de *O Cortiço* – o que oportuniza a engajamento do mercenário e dos despossuídos. Segundo Chalhoub,

O problema das rivalidades nacionais e raciais entre os membros da classe trabalhadora remete tanto a aspectos inerentes à mentalidade popular, já há muito internalizados por brasileiros pobres e imigrantes, quanto à conjuntura específica de transição para a ordem capitalista na cidade do Rio de Janeiro. (CHALHOUB, 2008, p. 62).

Certas afinidades até existem entre os vizinhos – conforme se verá – no entanto, são esparsas. E as brigas entre Firmo e Jerônimo e, depois, entre Piedade e Rita Baiana são sintomáticas das contradições internas. As disputas individuais afloram os preconceitos latentes entre “galegos” e “cabras”. Porém, os combates não duram, pois eles rapidamente se esquecem das diferenças e se reúnem para combater a polícia ou os inimigos do outro cortiço. Os antagonismos internos se apresentam, assim, em contida pulsão à espera do momento oportuno para eclodirem, desfazendo-se no momento seguinte. Essa adesão de oponentes apresenta um caráter individualista, uma vez que cada um pelega para proteger os seus pertences e a sua moradia da destruição. De longe, todos defendem a estalagem, “onde cada um tinha a zelar por alguém ou alguma coisa querida.” (AZEVEDO, 2011, p. 138). Desse modo, a concepção da hierarquização e da superioridade racial incrustada na dicção narrativa de *O Cortiço* está sedimentada, com intensidade, no pensamento social do XIX, não só no dos ricos, mas também no dos pobres.

Embora se tenha consciência de que aos olhos do brasileiro proprietário “português, preto e burro” estão “nivelados” à condição de animal (CANDIDO, 2004, p. 109) e que a ordem de enumeração pode estar assim configurada para facilitar a memorização, talvez

também haja certo escalonamento decrescente, provindo do ideal da existência de uma pretensa “apuração” fisiológica entre os elencados. Em consonância com o narrador d’*O Cortiço* (voz social, que acredita na superioridade do “macho de raça superior europeu” (AZEVEDO, 2011, p. 193)), o adágio indicaria igual concepção ao apresentar a continuidade pretensamente decadente – “português, negro e burro”. Primeiro o elemento europeu, depois o africano ou o brasileiro e, por fim, o animal.

Esse tipo de raciocínio é compartilhado por alguns personagens da narrativa, o que acirra as dessemelhanças superficiais e impossibilita os pactos. Não obstante possa se perceber solidariedade entre trabalhadores de mesmas atividades, sobretudo entre as lavadeiras, – o que pode prenunciar certa organização grupal por afinidades profissionais – é muito presente um convencionalismo racial que denota a concepção de um indivíduo ser mais que outro por suas características pessoais e culturais. Esse pensamento gera segmentações: italianos mantêm amizade com italianos (Delporto, Pompeo, Francesco e Andréa); mulatos, com mulatos (Firmo, Porfiro); portugueses, com portugueses (Zé Carlos, Pataca). Assim, as maiores brigas dentro dos cortiços são marcadas pela bipartição de imigrantes e nacionais que, aparentemente, é coberta por razões afetivas.

Esses episódios serão o estopim que exterioriza a separação, a qual é anterior ao conflito e evidencia “as guerras travadas nas ruas com vieses nacionais e raciais, conflitos oriundos da briga pela sobrevivência” (RIBEIRO, 1990, p. 10). Firmo, ao contar suas façanhas, enaltece os “dois galegos que mandara pras minhocas, porque isso para ele não era gente!” (AZEVEDO, 2011, p. 109). Conforme reforça Sidney Chalhoub, essas rixas são “expressão das tensões provenientes da luta pela sobrevivência” (CHALHOUB, 2008, p. 102) e “revela[m] uma situação altamente competitiva no trabalho” (CHALHOUB, 2008, p. 94). Ainda, segundo menciona Gladys Sabina Ribeiro,

As brigas no âmbito do mundo do trabalho constituíam um dos pilares básicos do sentimento antilusitano na cidade do Rio de Janeiro. Um mercado de trabalho saturado e condições econômicas difíceis colocavam em cena a questão concreta da sobrevivência e geravam concorrência e a competição entre os trabalhadores. (RIBEIRO, 1990, p. 58)

Devido ao trabalho formal estar mais concentrado pela mão de obra masculina – tema a ser mais desenvolvido no próximo capítulo – o acirramento das rixas entre os inquilinos lusitanos e brasileiros pode ser um vestígio do arrojo de desempregados num contexto tímido de ocupações. E esse restrito universo das atividades remuneradas limita-se, ainda mais, devido ao compadrio que cercava as conjunturas de contratação e demissão. Em *O Cortiço*, a

ciranda-administrativo-patriótica impregna também a seleção de trabalhadores por nacionalidades: os italianos trabalham na fábrica italiana de massas; os portugueses empregam portugueses em suas bodegas, e o taverneiro da “terrinha” concede o cargo de direção da pedreira ao compatriota. Nesse sentido, embora o narrador não mencione a naturalidade de Domingos e Manuel, caixeiros da taverna de Romão, certamente a compartilham com o patrão, pois dificilmente ele aceitaria ocupar igual função ao lado de brasileiros¹⁰. Além disso, ficam protegidos o comércio e as indústrias em solo nacional dos brasileiros pobres, aos quais “eram atribuídas as virtudes negativas à lógica do bem trabalhar” (RIBEIRO, 1990, p. 57). “Os estereótipos e preconceitos existentes” diminuía as chances de bons empregos e colocavam os brasileiros sob o “mando” dos imigrantes lusos (RIBEIRO, 1990, p. 56-57). Embora a principal clivagem imperial seja dada pelo antagonismo dos escravos negros sob o comando de senhores brancos (o que está na gênese dos ditados mencionados e do romance), essa equação não representa a completude do problema. Fora dela estariam os homens livres protegidos pelos proprietários, em troca de favores, tanto no campo, quanto na cidade. Sobre isso, há um aspecto interessante em *O Cortiço*: Aluísio Azevedo não coloca em cena explicitamente o homem nascido aqui, de cor clara e pobre.

Há uma espécie de apagamento desse estrato social. Desse modo, o brasileiro, branco e humilde não figura entre os personagens. - *Mas e o Bruno e o Albino?*, poderia perguntar o leitor. O narrador não menciona a nacionalidade desses personagens e faz deles apátridas-no-romance-das-pátrias. Salvo engano, não há sinais ou inferências que lhes apontem a origem. Eles não tomam partido nas lutas e são muito laterais no enredo. No entanto, digamos que sejam brasileiros – por que se encobriam os brancos pobres do Brasil? Por que não tornar a caracterização deles evidente, a exemplo de Firmo: brasileiro, mulato e despossuído?

O intuito do apagamento parece ser o de isentar a parcela de culpa do brasileiro livre definido como branco depauperado pela degradação moral e pelo atraso econômico do País. A defesa da exclusividade da posição social do indivíduo de alta classe em decadência estaria congregada à proteção e à complacência para com o homem de classe baixa passível de certa identificação. Denuncia-se, somente, a desmoralização do negro ou mulato, brasileiros e pobres; do português imigrante dissolvido pelo Sol e do lusitano que enriquece trabalhando feito bicho. Isentam-se da responsabilidade pelo atraso nacional “as figuras costumeiras de homens de negócio, vendedores ambulantes e desocupados” (CARVALHO, 1937, p. 318) com quem se pudesse parecer.

¹⁰ Pode-se argumentar que *Domingos e Manuel* também soam como nomes de portugueses.

Ainda, num contexto de inchaço populacional de indivíduos sem eira nem beira, rebaixar o adversário em comum, beneficiando-se da sua suposta marca depreciativa, aproxima os brasileiros desempregados dos desocupados em decadência. Não parece ser à toa que, segundo menciona Gladys, o antilusitanismo e o estigma do negro improdutivo nasçam na acirrada disputa do mercado de trabalho. De um lado, o negro condena o português, do outro, o negro condena o lusitano, e, por fora, o brasileiro branco e pobre/rico condena os dois. Aliás, a popularidade urbana do *ditado dos pés* viria da larga escala de utilização em diferentes âmbitos sociais. Assim, o lugar desse sujeito escondido se assemelha à posição do *homem livre na ordem escravocrata*, o qual se conserva longe do degradante universo dos escravos e é acobertado pelos fazendeiros em troca de pequenos favores. “O ajustamento entre o proprietário e o morador baseia-se em uma afirmada cordialidade” (FRANCO, 1976, p. 93). Nessa relação, o subalterno discerne o senhor sem “indiferenciação social”, “vendo a si e a seu superior como potencialmente iguais” – o que os laços de favores mútuos reforçam (FRANCO, 1976, p. 104). O agregado fica escondido às costas do homem abastado, prestando-lhe serviços e recebendo sua proteção. Desse modo, esses indivíduos livres se encontravam “ensanduichados” entre os consumidos fisicamente e os beneficiados pelo lucro da espoliação. O parentesco afetivo entre cidadãos pretensamente parecidos se entranha na estrutura do romance e do ditado. Por isso, o enquadramento não enuncia as mazelas e os desvios morais constituídos pelos indivíduos pobres nacionais de perfil similar ao do *emissor latente*. E não condiciona os daqui à categoria de animais – à qual não eram submetidos os *homens livres pobres* nas fazendas.

A exceção fica por conta das mulheres: Ana das Dores, Nenen e, a mais importante, Pombinha. Há, aqui, um retorno ao problema de definição, pois – a exemplo do caso de Albino e Bruno – também não é afirmada a nacionalidade das filhas da portuguesa Leandra, Ana das Dores e Nenen. Visto que o narrador de rompante racista enfatiza a etnia e a origem das personagens, essa indefinição pode sugerir que também nasceram no Brasil e que não são negras ou mulatas. Mais uma vez, sonegam-se informações daqueles indivíduos que destoam do ponto de vista da obra – o qual privilegia os estrangeiros e os não-brancos. Nesse sentido, esses personagens aparecem encobertos no romance, o que talvez explique as filhas da portuguesa Machona serem muitíssimo periféricas à história, como o são Albino e Bruno. Ana das Dores é citada poucas vezes na narrativa, e Nenen aparece esporadicamente em festas e nos rebuliços.

A ressalva é Pombinha. Ela é filha do “dono de uma casa de chapéu, que quebrou e suicidou-se”, e de uma “velha portuguesa”, que com a falência se torna lavadeira e se muda para o cortiço de João Romão. Essa brasileira pura e de bom caráter é central à narrativa, o que se analisará no último capítulo. E, não por acaso, é a única fluminense alva.

A relação de favor contagia, portanto, o modo de criação do romance. À semelhança da proteção de Miranda para com Botelho, brancos, portugueses e amigos – os enunciadores citadinos do *ditado dos três pês* e o *emissor latente* de *O Cortiço* observam de cima como o proprietário da casa-grande e empinam o nariz para o preto e para o lusitano com o quais, por vezes, disputam espaço, bem como se protegem e se solidarizam.

Pode-se aduzir – pelo visto até agora – que a organização da fazenda abandonada por Jerônimo, o *ditado dos três pês* e a estrutura narrativa de *O Cortiço* possuem similaridades. São elementos reconfigurados pela passagem de um contexto de enfraquecimento do escravismo e do poder do âmbito rural e, conseqüentemente, fortalecimento do universo urbano e das relações entre homens livres. O humorístico ditado popular – cuja origem remonta a períodos mais remotos da escravidão – acrescenta o português evadido ou recém-chegado junto ao negro, a fim de conservar a hierarquização e a concepção de mundo, que privilegiava os antigos proprietários, numa espécie de compensação imaginária que o ditado concentra. Essa transição entre tempos (pós-leis libertação dos cativos e o recrudescimento da invasão de estrangeiros) e mundos (rural e urbano) está posta também em *O Cortiço*, o qual parece organizado por meio de uma forma (casa-grande e senzala) cristalizada numa visão de mundo vigente, mas em declínio. Embora o romance formalize certa ordem própria ao sistema escravista, especifica os formatos de exploração presentes no meio urbano – a exemplo da atividade informal feminina, tal qual se verá –, pois conforme escreve Gilberto Freyre,

Quando a paisagem social começou a se alterar, entre nós, no sentido das casas-grandes se urbanizarem em sobrados mais requintadamente europeus, com senzalas reduzidas quase a quartos de criado, [...] as aldeias de mucambos, “os quadros”, os cortiços crescendo ao lado dos sobrados, mas quase sem se comunicarem com eles, [...] novas relações de subordinação começaram a desenvolver-se entre ricos e o pobre, entre o branco e a gente de cor, entre a casa grande e a casa pequena. (FREYRE, 1968, p. 31).

Do mesmo modo, as casinhas geminadas construídas por João Romão e pela ex-escrava, Bertoleza, são “horizontais ao modo de uma senzala” (CANDIDO, 2011, p. 114). Feitas de sobras de materiais de construção, são o abrigo de todo tipo de trabalhadores e gente pobre, mas carregam características inerentes ao meio em que são construídas e à função para a qual são destinadas. Desse modo, são outra maneira de espoliação própria ao contexto citadino e populoso – o qual legitima os altos aluguéis. Isso se intensifica à medida que o fogo queime com gana o passado do cortiço-senzala, e a reestruturação o “aristocratize”, ressaltando-lhe o caráter urbano de avenida (AZEVEDO, 2011, p. 249) – o que levará à expulsão de alguns moradores antigos. Percebe-se, então, que o *ditado dos três pés* e o formato da narrativa de Aluísio de Azevedo carregam algo de outro tempo e adaptam-se para dar conta das novas perspectivas históricas do País.

Existe algo mais por trás do enunciado do ditado e do enfoque narrativo? Além da percepção de classe e do componente das rixas sociais da época, a *língua dos três pés* e *O Cortiço* – como explicita Antonio Candido – descrevem as relações de trabalho do Rio de Janeiro do final do século XIX. Mas em qual âmbito? No caso do ditado, o mercado de mão de obra apresentado pressupõe uma relação de subordinação, algo análogo ao emprego formal e assalariado. Embora se saiba que o modelo de pensamento que encortina o *ditado dos três pés* é muito semelhante à formulação interna à obra, parece haver alguns limites na formulação que nivela Bertoleza, Rita Baiana e Pombinha como sendo “eticamente negras” (CANDIDO, 2004, p. 112). Não obstante também se tenha ciência de que “eticamente negro” estaria ligado à situação de exploração desencadeada pelo labor estafante, o qual relembriaria o passado de escravidão, parece haver em *O Cortiço* distinções entre a concepção da mulher negra, da mulata e da branca que afetam a obra na sua estrutura. Em *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre apresenta a preferência “para o amor físico” por nacionalidades. Menciona, então, que os portugueses adoram as morenas e que os sujeitos de alta-classe adotaram “a moda de mulher loura [que] terá sido antes a repercussão de influências exteriores do que a expressão de genuíno gosto nacional” (FREYRE, 1987, p. 48). Mas qual seria, então, o *genuíno gosto* do Brasil? Responde Freyre: “Com relação ao Brasil, que diga o ditado: “Branca para casar, mulata para fuder, negra para trabalhar.”” (FREYRE, 1987, p. 48). Com qual surpresa não se percebe que esse ditado formula o universo feminino articulado no romance de Aluísio. Para o primeiro verso – Zulmira; para o segundo – Rita Baiana; para o terceiro – Bertoleza.

2.2 DO SOBRADO AO CORTIÇO: A CONCEPÇÃO DA IMAGEM DA MULHER POR MEIO DE CORES E SUAS SUPOSTAS FUNÇÕES

Branca é branca preta é preta
 Mas a mulata é a tal, é a tal!
 (*A mulata é a tal*, Braguinha)

Para os americanos, branco é branco, preto é preto (e a mulata não é a tal)
 (*Americanos*, Caetano Veloso)

Cada leitura do universo testemunhal dos estudos de *Casa-Grande & Senzala* e de *Sobrados e Mucambos* faz surgir o modelo de arranjo e de consciência da sociedade patriarcal, cuja semelhança com a formulação de *O Cortiço* ressalta a permanência da mentalidade rural no contexto urbano. Se não houvesse perto de quatro décadas separando os dois livros do autor pernambucano do romance, seria possível sugerir que o mesmo tivesse sido criado como caracterização e encenação de minúcias de “algumas das principais teses apresentadas n[os] monument[ais] livro[s] de Gilberto Freyre” (VASCONCELO, 2006, p. 219). Em *Sobrados e Mucambos*, por exemplo, Freyre analisa a contradição do sobrado e da rua, “os quais por muito tempo foram inimigos” e cuja consequência mais evidente é “a luta travada em torno da mulher por quem a rua ansiava, mas que o *pater familias* do sobrado procurou conservar o mais possível trancada” (FREYRE, 1968, p. 34). Não por acaso essa é a atitude e a disputa entre Miranda e os encantos das janelas e das portas por Zulmira, a qual é atraída, seja pelas festas dos vizinhos pobres, seja pelas convocações sussurrantes do amante condenado pelo pai. E é possível reconhecer que, ao agir desse modo, os patriarcas reproduzem conceitos do mundo rural, no qual supostamente não havia adversários que afrontassem as suas ordens. Além disso, exigem-se da mulher casada e das filhas virgens os hábitos e os valores daquela época. Espera-se da senhora “uma beleza mórbida” e da moça um “tipo franzino, quase doente” (FREYRE, 1968, p. 93), bem como respeito e sujeição de ambas. No entanto, a antiga autoridade indisputável do pai-marido rechaça os atrativos e as invasões domiciliares citadinas a duras penas. Desse modo, outro exemplo do romance é Estela, mulher de Miranda – a qual acolhe os caixeiros-viajantes de sua predileção nos lençóis da cama imaculada pelo casamento. A dificuldade de controle é o motivo da transferência da moradia do centro da Corte para um sobrado retirado.

Muda-se de bairro para que as aparências sociais e certos costumes sejam mantidos. Dessa maneira, enquanto a esposa finge sonolência e serenidade em seus aposentos, os

paladinos de irretocável moral desfrutam do prazer carnal nos quartos das empregadas, por vezes ainda escravizadas, e nas alcovas das prostitutas sumariamente condenadas pelos seus atos. Da mulher branca – à qual se delega a função de dona de casa e boa mãe – espera-se compreensão e recato. Do homem se aguarda força e incontestável domínio das relações internas ao ambiente doméstico, bem como a articulação dos contatos extradomiciliares. Em *O Cortiço*, o vizinho de João Romão é o molde do precedente argumento, ou, pelo menos, intenta sê-lo. Gere o destino da filha e lhe impõe o casamento com o odiado compatriota, ao passo que tem sérias dificuldades para se sobressair aos ímpetos da mãe dela. Para extravasar o apetite sexual e as suas frustrações de chefe de família, visita as instalações das mulatas domésticas à noite. E, quando necessário, determina as compras na venda do português ao lado – o qual esbulha a negra na cozinha. Assim, azeita as engrenagens da mulher-máquina e ajuda a enriquecer o inimigo. Nesse sentido, posiciona-se acima das brancas, mulatas e negras devido à condição de patriarca endinheirado, submetendo-as às suas vontades e, por vezes, a seu domínio. Quando João Romão adquirir a mão da filha de Estela junto a Botelho, poderá usufruir, também, de semelhante condição.

No âmbito moral, os dois capitalistas se valem de um “duplo padrão que concede ao homem todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos, [à medida que] limita as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos” (FREYRE, 1968, p. 93). Nesse modelo de conduta, a desposada alva é “doente, deformada no corpo para ser a serva do homem e a boneca de carne do marido” (FREYRE, 1968, p. 94). É assim que se apresenta de “relance Dona Estela, com a sua palidez de flor meio fanada, e Zulmira, lívida, um ar de fastio a fazê-la feia” (AZEVEDO, 2011, p. 78). Já a mulata transpira *sugestão sexual* – motivo pelo qual é “procurada pelos que desejam colher do amor físico os extremos de gozo, e não apenas o comum” (FREYRE, 1968, p. 601). Rita Baiana é a representante emblemática dessa *sugestão sexual*, a qual lhe impregna os gestos principalmente nas danças... “saltou em meio da roda, com os braços na cintura, rebolando as ilhargas e bamboleando a cabeça, ora para a esquerda, ora para a direita, como numa sofreguidão de gozo carnal, num requebrado luxurioso que a punha ofegante” (AZEVEDO, 2011, p. 83). Por fim, a negra também escrava é definida pelo trabalho ordeiro, pela condição subalterna e pacata de quem deseja ser “guiad[a] e protegid[a] paternalmente por brancos ou senhores poderosos” e é “conformad[a] com seu status” (FREYRE, 1968, p. 523). Por esse estereótipo responde Bertoleza, a qual “representava ao lado de João Romão o papel tríplice de caixeiro, de criada e de amante. Mourejava a valer, mas de cara alegre” (AZEVEDO, 2011, p. 14).

É interessante notar que esses três tipos sociais femininos estão assim distinguidos em *Casa-Grande & Senzala*. Dessa maneira, “a adaptação de capitais, concentrados em escravos, a máquinas, fábricas, animais de tração e de leite e prédios urbanos” (aspectos completamente apresentados em *O Cortiço*) afeta, segundo Freyre, a “sociedade em costumes e estilos de vida”, bem como na economia (FREYRE, 1968, p. 549); mas não parece atingir profundamente a remota mentalidade quando se trata do perfil social das mulheres. Elas continuam a ser retratadas por meio de estereótipos antigos, cuja reiteração lhes define *a priori* a personalidade pela cor e pela situação financeira e somente com muitas restrições resistem a essas normatizações prévias.

As alterações econômicas e as mudanças na conjuntura escravista por meio das sucessivas assinaturas de leis no XIX brasileiro encontram obstáculos para derrubar os preconceitos e as fórmulas cristalizadas da consciência coletiva. Conforme escreve Le Goff, “a história das mentalidades é a história da lentidão” (LE GOFF, apud MORETTI, 2008, p. 19). Essa letargia acomete os brasileiros, sobretudo os que se amparavam na anosa situação da sociedade. O que possibilita a existência de similaridade entre posicionamentos ideológicos de renovados ditos rurais e textos constituídos nas litorâneas cidades da época. Ao comparar o ditado reformulado no Rio de Janeiro com *O Cortiço*, Antonio Candido demonstra, brilhantemente, a razão que enquadra o romance ao apresentar a figura do livre-brasileiro-branco-defensor-de-seus-interesses. São esse emissor latente e os ideais estéticos que configuram o perfil das portuguesas e brasileiras brancas e negras na narrativa. Internamente à história, também os lusitanos enricados ratificam esse perfil por meio da imposição de normas de comportamento próprias ao patriarcado rural. Como escreve Sérgio Buarque de Holanda, “um dos efeitos da improvisação quase forçada de uma espécie de burguesia urbana no Brasil está em que certas atitudes peculiares, até então, ao patriciado rural, logo se tornaram comuns a todas as classes como normal ideal de conduta” (BUARQUE, 2012, p. 87). Assim, esses códigos de pensamento assimilados e reafirmados pelo enredo e pela estrutura de *O Cortiço* são sintomáticos da permanência ideológica perante a transição histórica do final do século. Tal qual argumenta Franco Moretti... “o futuro de um texto, as convenções e as visões de mundo que ele ajudará a formar e consolidar, estas também fazem parte de sua história e de sua contribuição à história” (MORETTI, 2008, p. 21). E, conforme o que escreve Antonio Candido... “o texto é uma incorporação dos elementos tomados à realidade e transformados em assunto, temas, motivos de composição” (CANDIDO, 2002, p. 51-52). A narrativa de Aluísio Azevedo se origina com continuidades – sobretudo no âmbito das ideias, advindas do real – e colabora com a sedimentação de idealizações, as quais serão apropriadas por outros

autores em outros períodos. Dessa maneira, *O Cortiço* é – como sua época – um romance que focaliza as mudanças na cidade com a percepção arraigada a outro contexto. Nesse sentido, as modernas teorias da desigualdade de cor restabeleciam a normalidade daquele andamento aparentemente em vias da obsolescência. E, para o emissor latente nem todos os habitantes da estalagem de João Romão são vistos como negros, sobretudo quando se fala das mulheres.

Por serem supostamente verdadeiras, a sabedoria popular cristalizada nos adágios e a aferição lógica da sentença pseudocientífica respaldam aquilo que se argumenta. “Não existia contestação, o “científico” tornou-se ideologia, a ideologia transformou-se em mito da superioridade branca” (MÉRIAN, 2008, p. 52). E o discurso ideológico está encharcado de oralidade. Por isso, conquanto seja um romance urbano, a mentalidade consagrada em *O Cortiço* mantém certa semelhança com a visão herdada do arranjo social e do conjunto de interações estabelecidas entre habitantes do interior do País. Esse aspecto sucede da razão própria ao recente passado histórico constituído, sobretudo pela agrafia e pelas prefiguradas posições sociais estáveis. Por isso, sugere-se o cotejo com outro ditado popular que trata apenas das mulheres para ampliar a compreensão das estruturas internas e da condição feminina em *O Cortiço*.

A intenção desse empreendimento se baseia no ensinamento de Candido, quando menciona “o objetivo maior da crítica: renovar a visão de seu objeto” (CANDIDO, 2002, p. 58-59). Essa é a finalidade com a aproximação de *O Cortiço* do dito que vincula o “genuíno gosto nacional” pelas mulheres, referido por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* (FREYRE, 1987, p. 48). Ao citá-lo, o autor pernambucano está estabelecendo uma distinção entre a preferência dos portugueses, os quais admirariam as morenas. Ele destaca, ainda, a moda das louras nas classes altas brasileiras. Como se citou... “com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”” (FREYRE, 1987, p. 48). As reticências que amenizam os vocábulos “fornicar” ou “fuder” não condizem com “as saborosas descrições dos hábitos sexuais dos senhores do engenho” feitas por Freyre (VENTURA, 2001, p. 213). O que denota certo moralismo falso próprio àqueles antepassados que procuram os supostos atrativos luxuriosos das mulatas, mas os suavizam pudicamente no discurso. Apresenta, então, o próprio brasileiro rico: tão franco em determinados costumes, porém ainda convencional, principalmente quanto aos seus posicionamentos públicos. Aliás, é justamente a explícita exposição das afinidades sexuais entre proprietários e escravos que “causou surpresa e espanto” aos leitores de *Casa-Grande & Senzala* no “lançamento em 1933” (VENTURA, 2001, p. 213).

Na escala de relações do dito, acima da mestiça está a branca com a qual se deve casar e a quem se delegam as atividades domésticas que não sejam laborais ou sexuais. O sexo com ela é burocrático apenas “toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar” (FREYRE, 1968, p. 93). Além disso, as mulheres alvas poderiam fornecer o bolso ao exercerem a função de trampolim para a vida abastada por meio do casamento. Seriam uma maneira de limpeza de sangue e aumento de economias, pois trariam família e dote. No meio e na cama, aparece a mulata, “a qual reúne peculiaridades físicas da branca e da negra, constituindo-se ela num tipo de beleza *sui generis*” (QUEIROZ, 1975, p. 29). Congregaria a graça da “mulher branca, com o acréscimo dessa pontinha de fogo, dessa lascívia atraente que lhe dá o sangue negro” (BASTIDE, apud QUEIROZ, 1975, p. 29). Além disso, essa zona intermediária ocupada pela morena é algo próprio do Brasil, em que a miscigenação adquire matiz positivo, seja devido ao ideal de embranquecimento, seja por motivos econômicos¹¹, o que o jesuíta Antonil registra em *Cultura e Opulência do Brasil* com o dito: “o Brasil é o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos e das mulatas” (ANTONIL, apud ALENCASTRO, 1992, p. 83). É claro o exagero da máxima transcrita pelo clérigo ofendido. Ela apresenta certa valorização do indivíduo de cor mais clara, o qual não está nos céus de benesses dos brancos, mas poderia escapar com mais facilidade do inferno a que estão submetidos os negros. E essa prerrogativa adviria também da sua aparência mais clara, uma vez que tornaria as relações humanas entre desiguais menos dificultadas. Abaixo das duas, está a negra condicionada ao trabalho destruidor, sem brios de beleza ou capital. É a mais estigmatizada justamente por sua cor da pele mais escura e faz as vezes de braço da sociedade. Por isso, não lhe são concedidas dignidade ou sexualidade e lhe é conferida a função de alicerce de uma pirâmide social que congrega, indissociavelmente, raça e desigualdade econômica.

É evidente que o corte mais profundo separa as tidas por brancas abastadas e as apresentadas por não-brancas pobres. No entanto, o fetiche pela mulata e a sua condição de mais branca fazem com que sua representação seja um tanto glorificada. Por isso, é importante enunciar essa distinção, pois evidencia as diferenças entre negras e mulatas em romances como *A escrava Isaura* e *O Cortiço*. Somente a mulata pelo encanto que desencadeia figura na situação de protagonista (*A escrava Isaura*) ou no centro dos dois grandes freges que são fundamentais para o desenrolar da narrativa e para a reestruturação do cortiço-personagem (*O Cortiço*). Desse modo, para questões de encenação e mesmo de

¹¹ A esse respeito ver *Continuidade Histórica do Luso-Brasileirismo*, de Luís Felipe de Alencastro, em *Novos Estudos*, n° 32, março de 1992, p. 77 - 84.

estrutura interna, é imperioso notar o tratamento destoante que as cozinheiras escravas e as dançarinas recebem.

Outro dado interessante é a possibilidade de o sujeito que enuncia o *ditado dos três pês* também poder mencionar o *ditado das três mulheres*. Por trás dele também figura o “brasileiro livre daquele tempo com tendência mais ou menos acentuada para o ócio, favorecido pelo regime de escravidão” (CANDIDO, 2004, p. 110). No entanto, o português começa a disputar a exclusividade do brasileiro, pois, sendo branco, poderia ascender socialmente casando por interesse (Miranda e João) e também, pretensamente, atrairia as mulatas fogosas (Jerônimo). A negra escrava alugada a lusitanos cessa de produzir ao antigo dono, quando é supostamente libertada. Agora, ela nutre o ideal de uma existência melhor e se coloca ao lado do comerciante avarento (Bertoleza). O absolutismo das vontades dos senhores nacionais sofre a concorrência dos estrangeiros que anseiam abandonar a pobreza e aqueles que se abrasileiram. Luta-se, então, pelo direito de se entoar a máxima e desfrutar de prerrogativas.

Num contexto no qual o patriarcalismo ordena o Brasil, a mentalidade é de que as mulheres gravitariam em torno dos desígnios do soberano. Cada qual tem sua finalidade. No *ditado dos três pês*, havia entes aos quais são concedidos objetos sob atroz punição – para português, negro e burro, três pês. Para todos é fornecido um item que manteria a existência injuriosa e a exploração: pão, pano e pau. A primeira preposição “para” direcionaria o agente “favorecido” com as finalidades, que estão marcadas pela oração reduzida de infinitivo. Embora a tríade dos seres do ditado fosse coisificada no âmbito do trabalho estafante, discursivamente eles são vivos com vontades e necessidades a serem supridas na ultrajante condição de servilismo. A situação é: (X) concede a (Y) alguma coisa (Z) com um fim (W). Por sua vez, no ditado das três mulheres, a relação é diferente por não haver concessão: (X) se vale de (Z) com uma finalidade (W). O item, a mulher, ocupa o espaço do pão, do pano e do pau, sendo, *a priori*, um elemento com determinada função: ascensão, prazer e lucro. Essa coisificação da mulher compreende a aliança de João e Bertoleza e, depois, João e Zulmira. Primeiro o lusitano se vale do trabalho da negra, fazendo dela sua *mulher-máquina*. Sugadas as finanças e a vida da escrava, ele compra, com o lucro, a filha de Miranda por intermédio de Botelho. Deixa o trabalho ao lado de Bertoleza e adquire família se casando com a jovem pálida. Mas, nesse percurso, João precisa resistir aos encantos das mulatas, tal como acontece. Se detivesse o olhar nos quadris das dançarinas, pretensamente ficaria no meio do caminho, tal qual o compatriota Jerônimo. No entanto, quando conquistar família e status de figura de importância, Romão poderá, a exemplo de Miranda, contratar mulatas para os serviços

domésticos e, à noite, invadir seus quartos. Nesse momento, estará constituída a sua fortuna e, então, ocupará de vez o assento do brasileiro.

É clara a complementaridade entre os dois ditados. Todos, de um modo ou de outro, serão explorados e se tornarão peças na mão dos indivíduos de dinheiro. A diferença é a possibilidade de o português, de mansinho, ir deixando de estar sob o domínio do brasileiro. Surge o problema: a coisa, endinheirada, se personifica. Abanca-se e principia a movimentar os joguetes de exclusividade nacional: a escrava, a mulata e a filha abastada. Com a perda dos monopólios das vontades, a grande família com o patriarca sentado na ponta da mesa e gerindo a vida dos seus subalternos é reclamada por estranhos. “O único setor onde o princípio de autoridade é indisputado” (BUARQUE, 2012, p. 82) sofre a concorrência externa e delega poder a novos ricos. Segundo Gilberto Freyre, “o absolutismo do *pater familias* na vida brasileira – *pater familias* que na sua maior pureza de traços foi o senhor de casa-grande de engenho ou de fazenda – foi se dissolvendo à medida que outras figuras de homem criaram prestígio na sociedade escravocrática” (FREYRE, 1968, p. 122).

Na verdade, não se está diante do *dito das mulheres*, mas do *dito da coisificação das mulheres*. Independentemente do estrato social ocupado, elas são concebidas como artifícios à realização de uma dada finalidade. Sendo óbvio, no entanto, que, quanto mais pobre, mais intensa será a desumanização ou a animalização. A mulher será um tipo de propriedade quando se casar e outro quando for contratada ou ainda escravizada. Atrelado a essas relações sociais está o preconceito de cor que prefigura o ideal no qual cada uma se enquadra. Bertoleza sai da condição de *coisa* – a qual figuraria na relação dos semoventes num possível testamento¹² do antigo dono – para a conjuntura de máquina – tal como sinaliza Antonio Candido. Primeiramente, Rita Baiana é para Jerônimo “os quadris”, “os braços” e “a carne que ferve fibra por fibra, tirilando” (AZEVEDO, 2011, p. 86). Define-se metonimicamente em partes cuja unidade se compõe a partir da veleidade carnal dele. E Zulmira para João é um degrau na subida de classe e nos planos de tomada da propriedade do vizinho. Na concepção do dito – a qual reverbera a da sociedade elitizada, em parte assimilada pelas classes baixas – o homem é central no relacionamento masculino-feminino. E, no caso do indivíduo de elite, é livre para desfrutar de todas elas independentemente de cor ou classe (Henriquinho). No entanto, esse mundo não se configura sem contrariedades das personagens em *O Cortiço*.

¹² A situação do negro escravo enquadrado a bens móveis – junto a “vacas paridas”, a “novilhas”, a “bois de carga”, entre outros animais produtivos – está retrata em *Dona Guidinha do Poço*, de Manuel de Oliveira Paiva. Esse romance registra o testamento de Venceslau, capitão-mor da vila e pai de Guidinha, no qual se elencam as fortunas do proprietário de terras (PAIVA, s/d., p. 10-12).

2.2.1 O ditado da coisificação das mulheres: arbitrariedades do pater familias

A *língua dos três pés* e o *ditado da coisificação das mulheres* – ambos de sentido realístico – demonstram as arbitrariedades dos *pater familias* nas frases curtas, diretas e imperativas. Não é necessário metaforizar o sentido do enunciado como normalmente acontece nos provérbios¹³. As sentenças são explícitas: paulada nos trabalhadores e alocação das subordinadas em seus lugares – “as negras no fogão; as mulatas na cama e as brancas no altar” (FREYRE, 1987, p. 98). E o romance, muitas vezes, conforma essas atitudes e estereótipos. A cor das mulheres distingue o lugar de cada uma no enredo: Bertoleza no forno, Rita nos lençóis e Zulmira na Igreja. De um lado, a mulher branca (mais acima na pirâmide social das vontades masculinas) seria a que oportunizaria a vida abastada e organizaria a família. Na zona intermediária, a mulata saciaria os desejos sexuais ardentes, cuja consumação é obstada no lar. A esposa não poderia ser instigada a exercer a plenitude de seus instintos de alcova. A mestiça, então, desempenharia essa finalidade tão nobre aos homens ilustres e, por vezes, nem tão altivos. Na zona rasteira do triângulo, surge a negra – rejeitada tanto para constituir a genealogia, quanto para estimular os fluidos de deleites. Para ela, o sexo é parte da sua labuta, mais uma função acumulada no exercício de suas obrigações. Acumula, então, “o papel tríplice” em que fuder é mais uma das suas atividades (AZEVEDO, 2011, p. 14). A sua única função é o trabalho e os seus instintos são maquinais. Sua produção sustenta a riqueza do grupo familiar e oportuniza momentos ociosos aos seus patrões, os quais poderiam ocupar os outros nichos da pirâmide na busca de prazer ou de dinheiro.

A personagem de Bertoleza margeia a trajetória de João. Enquanto ela é marginalizada pela condição financeira e racial, ele é atraído pela família de Miranda, a qual aceita o dinheiro impuro do taverneiro inculto. De um lado, o português sobe na escala ao abandonar o convívio com a negra e, do outro, o compatriota decai abrasileirando-se ao trocar a esposa lusitana pela nativa de pele morena. Por fora e anteriormente à narrativa, Miranda deixa a condição de trabalhador esforçado sem sorte por oitenta mil réis e por um casamento com a branca da terra.

Os casais denotam, além disso, a estrutura e os estereótipos preconcebidos no adágio. Desse modo, a união de Miranda e de Estela denota a ascensão social. A aliança de Firmo e

¹³ Conforme Claudia Maria Taxara e Thais Marini Succi, o ditado “difere-se especialmente [do provérbio] por não apresentar metáfora” (TAXARA; SUCCI, 2008, p. 34). O ditado é mais denotativo, e o provérbio, mais conotativo. O que são aspectos importantes na caracterização dos aforismos pois, no caso do dito, não são necessárias analogias para explicitação dos sentidos. Isso intensifica a evidência do contexto de desmandos dos senhores poderosos do Brasil patriarcal, os quais condenam os que consideravam inferiores a lugares sociais ao seu redor sem estilizações de linguagem.

Rita representa os prazeres sexuais e festivos. E a junção de Jerônimo e Piedade registra o trabalho, bem como a de João e Bertoleza. No entanto, essas posições se alteram e reconfiguram as imagens dos personagens. João e Zulmira, juntos, sinalizam a ascensão do lusitano, e o concubinato de Rita e Jerônimo apresenta a assimilação de traços distintivos dos mulatos pelo português nacionalizado, o que demonstra o conceito de brasileiro do narrador, o qual estaria concentrado no mestiço de cor ou de cultura. Longe da labuta e das ganâncias das classes altas, o luso-carioca goza preguiçosamente a vida sem angústias e se sustenta com *bicos*, pois não tem “a esperança de enriquecer” (AZEVEDO, 2011, p. 225). Conforme Renato Ortiz,

Jerônimo, ao se abasileirar, não consegue vencer a barreira de classe, e permanece “mulato”, junto à população mestiça do cortiço. Em linguagem sociológica, Simmel diria que as qualidades atribuídas à raça branca são aquelas que determinam a racionalidade do espírito capitalista. Ao se retirar do mestiço as qualidades da racionalidade, os intelectuais do século XIX estão negando, naquele momento histórico, as possibilidades de desenvolvimento real do capitalismo no Brasil. Ou melhor, eles têm dúvidas em relação a esse desenvolvimento, pois a identidade forjada é ambígua, reunindo pontos positivos e negativos das raças que se cruzam. (ORTIZ, 1985, p. 39).

É interessante notar, então, que o elemento *branco* encarnaria a “racionalidade do espírito capitalista”. O *mulato* já prefiguraria certo jeito malandro: uma feição brejeira, preguiçosa e improdutiva para a razão do capital. E o *negro* seria o indivíduo preso à labuta desgastante, produtivo para o explorador. Por isso, é o alvo predileto dos interesses do acumulador de dinheiro. Além da aparência, as atitudes dos personagens lhes definem a caracterização que recebem na narrativa. Por exemplo, no campo, Jerônimo é *negro* – trabalhador sério e pareado aos tidos como seus iguais; o que se tratou no tópico anterior. A negritude de lusitano se vincularia ao “trabalho encarado como derrogação e forma de nivelar por baixo” (CANDIDO, 2004, p. 110). Na cidade, é *mulato* ao se entregar aos encantos de Rita Baiana e ao ócio sem sobressaltos. Dessa feita, “as forças físicas” tão caras ao orquestrador da pedreira são preteridas pelos “seus sentidos apurados”, causando curiosidade até ao narrador¹⁴ (AZEVEDO, 2011, p. 104). E essa armação se explicita quando se analisam os relacionamentos afetivos e as conjunções estabelecidas entre os homens e as mulheres.

¹⁴ O trecho no qual o narrador se surpreende é “E o curioso é que, quanto mais ia ele caindo nos usos e costumes brasileiros, tanto mais os seus sentidos se apuravam, posto que em detrimento das suas forças físicas. Tinha agora o ouvido menos grosseiro para a música, compreendia até as intenções poéticas dos sertanejos, quando cantam à viola os seus amores infelizes [...]” (AZEVEDO, 2011, p. 104).

Dentro do cortiço, por sua vez, a única digna de casamento é Pombinha, a menina clara cuja violência do entorno e da francesa irá deturpar a condição genuína. Por isso, quando se trata das personagens, parece haver distinções sociais pautadas na diversidade de raças apresentada no romance – cuja ambição é o retrato da realidade. Há uma divisão entre as brasileiras de cor não comíveis (negras) – as quais, por isso, não têm descrições de cenas sexo – as comíveis (mulatas) – as quais transpiram luxúria – e as esposáveis (brancas). Como diria Affonso Romano de Sant’anna sobre outro período literário, existem “regras da endogamia e exogamia erótica-racial-econômica” (SANT’ANNA, s/d., s/p.). E elas foram herdadas do nem tão antigo mundo rural.

Outro dado interessante é a percepção de que mesmo aquele lusitano supostamente não abasileirado e ascendido (por exemplo, Miranda e João) assimila traços pessoais próprios ao contexto histórico nacional em que vive. Assim, ele concebe as companheiras de que se vale para os seus interesses sexuais ou financeiros tal qual o brasileiro abastado e onipotente de outra época. No entanto, esses hábitos são tão incorporados ao cotidiano que não sofrem denúncia de imoralidade e podem ser enunciados como sabedoria popular por meio de ditados e alcançar o patamar de estrutura do romance. Embora haja a alteração econômica e histórica que destrona o dono de terra, seus costumes são impelidos à manifestação própria do país multirracial. O narrador, no entanto, faz-se moralista para recriminar a promiscuidade dos seus desiguais: brancos estrangeiros e negros nacionais. Ainda aponta os vícios dos anônimos “gordos fazendeiros de café” e de seus herdeiros como se fossem a causa da decadência desses grupos que “vinham à Corte esbodegar o farto produto das safras do ano, trabalhadas pelos seus escravos” (AZEVEDO, 2011, p. 258). Talvez se ressinta da falta de exclusividade da propriedade humana própria ao passado, pois a negra trabalha para outro. A mulata não se deita mais com seus antigos patrões, e é necessário negociar o sexo. E, por fim, a branca sela união com novos ricos odiados, dignificando-os. Os mercenários da terrinha do além-mar, encastelados em seus sobrados, desfrutam dos privilégios antes próprios dos homens da casa-grande. E o costume anteriormente banalizado pela voz pública se converte em depravação. As figuras femininas continuam assumindo as feições antigas, mas se submetem ao inimigo. Desse modo, simultaneamente, a devassidão das atitudes de Miranda, João e Jerônimo é condenada, o modelo de conceber a mulher na conjuntura patriarcal é reproduzido. No fundo, não há diferença entre a maneira do Miranda e a do emissor latente encararem as pobres e as ricas de *O Cortiço*, mas o narrador – por compartilhar da posição ideológica do segundo – só condena a imoralidade do primeiro.

No interior patriarcal, embora os obstáculos morais à realização das vontades do senhor branco existissem, ele “soube recorrer ao argumento da irresistibilidade e à amoralidade da mulher de cor como eficazes elementos justificadores de impulsões masculinas, sem maiores riscos morais por parte do conquistador” (JÚNIOR, 1975, p. 26). Na cidade d’*O Cortiço*, o narrador enfatiza justamente os riscos dos costumes ao reafirmar a “amoralidade” degradante da mulata. Faz dos rompantes carnais e da liberdade de união entre sujeitos de origens distintas – sobretudo quando o homem é branco e a mulher, de cor – o fundamento da decadência da terra e do aventureiro de fora. “O cavouqueiro [...] enfarava a esposa, sua congênere, e queria a mulata, porque a mulata era o prazer, era o fruto dourado e acre dos sertões americanos” (AZEVEDO, 2011, p. 193). São preferíveis as investidas nos quartos das empregadas mulatinhas, empreendidas pelo dono do sobrado, ao concubinato entre o estrangeiro casado e a baiana. O que reforça a concepção preconceituosa de que a mestiça serviria somente como válvula de escape para os desejos reprimidos do sujeito rico, aspectos provenientes da herança ideológica do ambiente patriarcal forte e arbitrário.

O abasileiramento, como se viu, está ligado à apropriação de trejeitos do indivíduo pobre de hereditariedade ou costumes miscigenados. Dessa maneira, é interessante que tanto João quanto Miranda – os quais apresentam traços próprios ao perfil do senhor de casa-grande, sobretudo no exercício autocentrado da autoridade econômica e sexual – não recebem o diagnóstico de abasileirados. Conquanto o taverneiro nunca tenha se deitado com as inquilinas, nutria uma cobiça voluptuosa quase irreprimível pelas de tez parda. O que fica claro quando João está apresentando a estalagem ao sério Jerônimo...

O vendeiro, ao passar por detrás de Florinda, que no momento apanhava roupa do chão, ferrou-lhe uma palmada na parte do corpo então mais em evidência.
 - Não bula, hein?! gritou ela, rápido, erguendo-se tesa. E, dando com João Romão:
 - Eu logo vi. Leva implicando aqui com a gente e depois, vai-se comprar na venda, o safado rouba no peso! Diabo do galego. Eu não te quero, sabe?
 O vendeiro soltou-lhe nova palmada com mais força e fugiu, porque ela se armara com um regador cheio de água. (AZEVEDO, 2011, p. 68).

Dessa maneira, ainda que tenha a ambição de transar com a filha de Marciana, não possui o tempo ocioso para desfrutar dos prazeres da posição da alta classe nacional. Trabalhando de sol a sol, de domingo a domingo – João divide seus dias e noites com Bertoleza, a labutadora irrepreensível. Ele não frui momentos de descontração preguiçosa, no quais possa externar o seu “insuportável estado de lubricidade” “com alguma criada que lhe pudesse valer” (AZEVEDO, 2011, p. 17), a exemplo do vizinho. O sexo com a companheira

de serviço é tão irrelevante (ou reprovável) que nem é enunciado. O avaro abdica de “ficar [tal qual Miranda] estendido numa preguiçosa” ou “à janela [recebendo] no rosto aquele bafô, quente e sensual, que o embebedava com o seu fartum de bestas no coito” (AZEVEDO, 2011, p. 27). Ele difere da “vida do senhor do engenho”, “ociosa, mas alagada de preocupações sexuais”, a qual se torna “uma vida de rede. Rede parada, com o senhor descansando, dormindo, cochilando. Rede andando, com o senhor em viagem ou a passeio debaixo de tapetes ou cortinas. Rede rangendo, senhor copulando dentro dela.” (FREYRE, 1987, p. 445). O acumulador de finanças não desvia a atenção do objetivo inerente ao imigrante português; não se entrega às necessidades do corpo, aos encantos da mulata.

A condição de nacionalidade se filiará à fruição dos sentidos corporais, sobretudo os do sexo livre dos mulatos, em detrimento da violência inerente aos desmandos dos patrões – traço característico do Brasil escravocrata e naturalizado na narrativa. Os dois tapas do taverneiro na inquilina e a negativa dela – “eu não te quero, sabe?” – apresentam a humilhação e a agressividade a qual ainda estão submetidas as mulheres à época. Mesmo gritando contra o desrespeito, Florinda leva outro safanão e mais forte. A atitude de Romão denota o descaso com as vontades da jovem e, até mesmo, revolta com a negativa. Para ele, são irrelevantes o querer dela e as injúrias contra a sua atitude. O estalajadeiro está defendendo os seus caprichos. E a moça deve se sujeitar a seus desígnios nem que precise apanhar. O tabefe concentra, então, a pulsão sexual e a sujeição pela força. Não por acaso, é desse modo que se organiza o ditado citado por Freyre, o qual apresenta as relações entre sexos opostos no contexto patriarcal fortalecido.

A depravação é, paradoxalmente, imposta pelo proprietário, o qual também é supostamente vítima das veleidades da negra “da senzala [que] facilita a depravação com a sua docilidade de escrava, abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo, não: ordem.” (FREYRE, 1987, p. 390). Pela circunstância de propriedade ou de rebaixamento social, as não-brancas são usadas sem consideração pelos de cima. Servem-lhes “como quem se serve de uma escarradeira” (AZEVEDO, 2011, p. 34) – nem que seja necessário violência. No caso de *O Cortiço*, nem mesmo a matriarca pretensamente imaculada e impreterivelmente destinada a gestar filhos resiste a essa lógica. Na falta das serviçais e com os nervos à flor da pele, Miranda não se controla e se utiliza da esposa. Porém, esse perfil tão genuíno do brasileiro livre ocioso e de finanças não é acusado nem mesmo ao ser assumido pelo português rico.

Essa feição do homem enriquecido compõe o seu cotidiano de imunes impunidades. No entanto, deve ser renegada pelo pobre com rompantes de endinheiramento. “O português

do tipo João Romão precisa despir o sexo de qualquer atrativo, recusar os atrativos das Ritas Baianas e ligar-se com a pobre Bertoleza, meio gente, meio bicho.” (CANDIDO, 2004, p. 122). E é o que faz. Alimenta os seus sonhos carnais no pátio e os expele na alcova da mulher-máquina. Isso perdura até enricar. Depois, com bolsos cheios, abandona a companheira de cama e busca os encantos corporais das cortesãs. O vendeiro sujo passa, então, a rescender “o cheiro de outras mulheres, perfumes de cocotes estrangeiras” (AZEVEDO, 2011, p. 221), as quais não figuram no dito, mas também dominam a arte de amar.

Por trás do ditado da coisificação feminina está a realização do homem, seja procriativa, seja corporal, seja financeira. N’*O Cortiço*, não parece ao acaso a divisão de estereótipos interna ao cortiço de João Romão. A mulher fértil da estalagem é Augusta Carne-Mole, brasileira branca e casada com Alexandre. Ela assume a posição de matriarca da família do policial mulato. A enfeitiçadora do corpo é a baiana, mulata e solteira, cujas decisões sentimentais estariam condicionadas a motivos externos. E Bertoleza é a geradora de grande parte dos primeiros lucros de João.

É importante notar que a relação sexual com a negra ou com a mulata não prevê a procriação. Somente com a passível de casório, é viável a constituição da genealogia, o ensejo de uma linhagem. A fertilidade do relacionamento entre os pobres claros e as pardas pobres é nula. E essa infecundidade se deve, em parte, às habilidades de Paula com as ervas. “Ainda bem que não tinham filhos! [pensa João Romão] Abençoadas drogas que a Bruxa dera à Bertoleza nas duas vezes em que esta se sentiu grávida!” (AZEVEDO, 2011, p. 175). Durante o romance, também não há sinais de que Rita Baiana tenha se importado em engravidar mesmo sendo regulares suas visitas a Firmo e, depois, seus encontros com Jerônimo. É interessante que os mulatos da narrativa de mãe escura são anteriores ao período do romance. São eles: Rita, cuja “mãe era uma cafuza dura, capaz de arrancar as tripas ao Manduca da Praia” (AZEVEDO, 2011, p. 74); Valentim, “filho de uma escrava que foi de d. Estela e a quem esta havia alforriado” (AZEVEDO, 2011, p. 31); Florinda, cuja matriarca “é mulata antiga, muito séria e asseada em exagero” (AZEVEDO, 2011, p. 42). Sendo mais enfático: as mulatas e as negras do cortiço são estéreis durante o percurso de tempo do romance. A exceção fica por conta da própria Florinda, que engravida de Domingos. Porém, a filha de Marciana não terá o filho, pois “tivera um aborto” (AZEVEDO, 2011, p. 88). E, embora tenha outras três sucessivas uniões: com um vendeiro; um marceneiro; e um despachante de estrada de ferro – não gestará novamente. Essa conjuntura narrativa tem, no mínimo, duas possibilidades de leitura.

Por um viés machista – o qual encontra acolhimento no *ditado da coisificação das mulheres* – essa situação pode prefigurar a relação sexual predominantemente prazerosa. Não haveria, assim, a necessidade de preocupação com a fertilidade da mulher e, por consequência, não haveria inquietude com a possibilidade do nascimento do rebento bastardo. A mulher de cor concederia – como as prostitutas – gozo livre de sobressaltos¹⁵. Mas, o romance de Aluísio não explicita somente as doutrinas do mundo do *pater familias*.

2.2.2 A resistência feminina aos estereótipos e a transição histórica

Num contexto de transição histórica – a qual se acirra no meio social mais desprovido financeiramente – a enquadradora mentalidade patriarcal se choca com a realidade, na qual não se controlam, sem violência ou recriminação, os supostos objetos do sexo e do lar. No caso das classes baixas urbanas com a possibilidade de sustento independente, mesmo que com lucro minguado – as mulheres trabalhadoras resistem a se sujeitarem à anêmica obrigação de “conceber, parir, ter filho, criar menino” (FREYRE, 1968, p. 93). E já controlam o direito “de impedir a concepção” e de se deitarem na cama que escolherem (BANDEIRA, 2007, p. 146) – invertendo sentenças de pretensa verdade ou compartilhando delas. O que não é exclusividade dos menos abastados. Isso se deve justamente ao anseio do autor de focalizar as circunstâncias de marginalização à qual estão submetidos os indivíduos nas localidades pobres do Rio. Ao retratar essa situação, Aluísio representa – como já foi tocado – a autonomia feminina nos estratos desprovidos de recursos. Sidney Chalhoub, ao tratar desse período, menciona justamente os problemas da independência das trabalhadoras, às quais são agredidas e, por vezes, até mortas por antigos namorados ou “amigos”¹⁶. Diferentemente das classes altas, nas quais a cômputo é social e pretensamente submissa, as lavadeiras e outras labutadoras empobrecidas não interpretam tais papéis e decidem sobre seus rumos sem o aval dos companheiros. Elas contrariam a mentalidade de época e, por isso, são condenadas pela

¹⁵ Em *O Mulato*, a temática do aborto também está presente. Após fugir do Pará, onde é ameaçado de morte, José da Silva, pai de Raimundo, corta o sertão com o único pertence restante dos “seus haveres”, Domingas. Já em São Brás, compra uma pequena fazenda, na qual convive prazerosamente com a escrava. E “depois de vários abortos, Domingas d[á] à luz um filho” do patrão (AZEVEDO, 1994, p. 44). Essas recorrências de interrupções naturais de gravidez talvez deem conta da hipótese fantasiosa de incompatibilidade conceptiva na conjunção carnal entre brancos e negros ou mulatos. Julgava-se, até mesmo, que os mestiços fossem inerentemente “estéreis”... “Num ensaio sobre o Brasil, [...] Gobineau afirmou que os mulatos eram irremediavelmente estéreis e previu o desaparecimento completo dos brasileiros “até o último homem, no final de um período de 270 anos”” (ALENCASTRO, 1992, p. 84). Talvez haja algo dessas sandices científicas no reverso desses abortos involuntários, as quais são – paradoxalmente – desmentidas em *O Cortiço* pela fertilidade descomunal de Augusta Carne-Mole e Alexandre.

¹⁶ Sidney Chalhoub aborda esse tema em *Trabalho, Lar e Botequim*, no capítulo *Amando*, no qual trata das relações afetivas e conflitivas entre homens e mulheres pobres do Rio de Janeiro. Ver também nota 12.

voz popular. Todavia, essa opinião pública lhes parece irrelevante, a exemplo da condição financeira do parceiro. Assim, uma vez que têm liberdade sobre seus corpos e sobre as diretrizes de suas vidas, relacionam-se, em nível amoroso, desinteressadamente. Segundo Augusta Carne-Mole, “filha minha só se casará com quem ela bem quiser; que isto de casamentos empurrados à força acaba sempre desgraçando tanto a mulher como o homem!” (AZEVEDO, 2011, p. 55). O caso mais notório de “desgraça” é o de Pombinha, a qual se casa e se separa por não gostar do marido arranjado.

Desse modo, a diferença entre as mulheres grávidas e as estéreis não está ligada somente a questões de matiz de pele, mas também ao fato de poderem decidir pela aliança duradoura ou efêmera. Por isso, ao mesmo tempo, a mulher mais fértil do romance é branca e casada: Augusta Carne-Mole. Essa personagem reforça a ideologia, embora a estabilidade do casamento possa se dever à sua falta de vitalidade. O que é o oposto de Leocádia, por exemplo. Conquanto desposada por Bruno, a portuguesa se abre aos laivos carnais do vizinho Henriquinho. E, no matagal dos fundos da estalagem, é encontrada pelo marido com o rapaz entre as pernas. O principal desejo dela é o de engravidar para se sustentar sendo ama-de-leite de famílias ricas. Já que o marido não consegue germiná-la, resolve se deitar com o rapaz do sobrado. E, depois de um tempo, Rita Baiana menciona a gravidez de quatro meses da amiga e refere que o pai é possivelmente o próprio ex-esposo.

Para o *emissor latente* e para o enunciador do dito (junto ao narrador e a Henriquinho), Leocádia é encarada pejorativamente como *mulata* na qual se procura prazer, como as jovens moradoras, à exceção de Pombinha. No reverso dessa condenação, saltam aos olhos a atitude transgressora e o descaso dela com os padrões morais instituídos e cerceadores da liberdade feminina, os quais estereotipam os atos da esposa de Bruno. Dessa maneira, enquanto o enquadramento limita as mulheres à posição de *comíveis* com uma ressalva, as personagens contestam esses valores condicionantes exercendo a sua sexualidade e defendendo os seus interesses. Com esse intuito, utilizam meios contraceptivos e abortivos, quando acham justo, e sem dilemas. No entanto, essas escolhas são deturpadas de forma a legitimarem os interesses dos ávidos pelo deleite sexual sem responsabilidades. Elas são tipificadas ambigualmente de diabólicas deusas-de-escura-pele-clara, admiradas e reprovadas como as prostitutas.

O tema da interrupção da gravidez da morena não é exclusivo de Aluísio Azevedo nesse período. Em 1889, Figueiredo Pimentel redige seu folhetim intitulado *O artigo 200 à Província do Rio*, jornal regular de Niterói. Fruto de um desafio, o romance é criado em “dez dias, quando o literato ainda não contava com vinte anos”. E recebe esse título por fazer referência à lei do “Código Criminal do Império que proibia o aborto” (EL FAR, 2004, p.

254). Após inúmeras cartas ao periódico que condenam a temática e passagens da história, a direção do *Província do Rio* julga prudente “suprimir cenas e descrições, e, mais tarde, suspender-lhe a publicação” (EL FAR, 2004, p. 254). Anos depois, precisamente em 1893, Pimentel refaz a narrativa e a publica com um título explícito de *O aborto*.

O enredo do livro gira em torno do relacionamento descompromissado entre os primos: Mário e Maricota. A jovem é ““tipo genuíno de mulher brasileira”, cabelos negros, pele morena, meio amulatada “talvez com uma sexta parte de sangue africano”. E aceita ser amante do rapaz, embora soubesse que ele não a queria para esposa. Mário é “loiro de olhos azuis, com feições de “estrangeiro”, que viera ao Rio de Janeiro estudar farmacologia”. O rapaz é pacato e tem seus instintos sexuais acordados pela mulatinha, a qual desejava se tornar “a mulher pública mais requisitada de seu tempo”. Ela é livre e desempenha sua solteirice sem temer nada. No entanto, engravida do primo e falece após consumir uma dose do abortivo fabricado por ele. (EL FAR, 2004, p. 257-263). Para continuar a ser independente, corre o risco de consumir o medicamento e não resiste aos seus efeitos. Assim, como aponta Alessandra El Far, o final do romance tem uma fundamentação moral ao condenar à morte a transgressora (EL FAR, 2004, p. 262).

Em *O aborto*, parece haver, em certos momentos, a contestação do padrão de comportamento instituído à jovem da época, a qual deveria temer o celibato e as uniões ilegítimas. No entanto, esse modelo de conduta é reforçado com a finitude trágica da protagonista que o infringe; o que não ocorre em *O Cortiço*. As moradoras da estalagem não morrem devido a problemas com as doses dos chás de Paula, ou seja, não têm suas trajetórias interrompidas por motivos moralistas. A diferença entre os romances talvez advenha do fato de a narrativa de Aluísio Azevedo estar mais presa à representação da desigualdade social. O que explica com maior realismo os motivos de falecimento dos pobres. Dessa maneira, esse foco nas diferenças econômicas atinge mais profundamente o enredo e a realidade do que os costumes éticos, próprios às classes altas sem dificuldades para sobreviver. Ao mesmo tempo, no entanto, as duas narrativas centralizam a voluptuosidade na figura da mulata, símbolo nacional, por meio de um imaginário de maior ou de menor conservadorismo. Fazem delas sinais de contradição dos princípios do período: seja para somente conquistar leitores ávidos por páginas de cunho erótico-pornográfico, seja, também, para caracterizar as relações afetivas e familiares dos indivíduos pobres do final do século XIX.

Aluísio Azevedo não deixa de expor os reveses sofridos pela ideologia centralizadora do homem nas camadas despossuídas, nas quais as lavadeiras possuem certa autonomia afetiva e financeira, por vezes, sendo solteiras, separadas ou viúvas. O narrador, porém,

desmente a realidade e ameniza essa independência feminina com argumentos raciais: “o sangue da mestiça reclamou os seus direitos de apuração, e Rita preferiu no europeu o macho de raça superior.” (AZEVEDO, 2011, p. 193). Ele restabelece a ordem dos elementos por meio do argumento racista, embora seja evidente a sujeição afetuosa do cavouqueiro à mulata. Essa modulação posiciona a dançarina sob o estrangeiro devido à sua suposta necessidade instintiva de elevação racial. Entretanto, essa reclamação enunciada somente ocorre após Jerônimo cortejar muitíssimo a brasileira e lhe matar o antigo amante, ou seja, ela não demonstra essa preferência com atitudes práticas a fim de se unir ao suposto sujeito cuja “apuração” a fascinaria. E, uma vez que o narrador se mantém preconceituosamente distante dos pensamentos e anseios dos personagens, estabelecendo-os a partir de concepções teórico-sociais, é necessário duvidar de sentenças tão categóricas como a citada. Por vezes, elas são desmentidas pelo próprio enredo do romance. O caso de Rita é elucidativo e não é uma exceção, conforme se verá.

A lavadeira é livre, a ponto de permanecer oito dias sem aparecer em casa e decidir sobre os seus relacionamentos, os quais não são duradouros. Assim, quando retorna à estalagem, após o período de ausência, Rita é interpelada por uma vizinha que lhe pergunta do seu paradeiro e da sua companhia:

- Com quem?
 - Com o Firmo...
 - Oh! Ainda dura isso?
 - Cala a boca! A coisa agora é séria!
 - Qual! Quem mesmo? Tu? Passa fora!
 - Paixões da Rita! exclamou o Bruno com uma risada. Uma por ano! Não contando as miúdas!
 - Não! Isso é que não! Quando estou com um homem não olho pra outro!
- (AZEVEDO, 2011, p. 67-68)

A baiana é fiel às suas palavras de que *quando está com um homem não olha para outro*. E – embora tenha sido flertada pelo lusitano – não aceita se deitar com ele antes do anúncio da morte de Firmo. Ela “respeitava o capoeira; tinha-lhe medo. Amara-o por afinidade de temperamento, pela irresistível conexão do instinto luxurioso e canalha que predominava em ambos” (AZEVEDO, 2011, p. 193). Nesse excerto, as considerações preconceituosas corrompem a proximidade do pretense discurso indireto livre ao lhe fazer julgamentos do perfil sexual, adjetivando-o de *luxurioso* e *canalha*. O trecho apresenta a perspectiva dela de maneira aparentemente adjunta, mas guarda a distância que estereotipa os motivos dos seus pensamentos e atitudes. A técnica de narração é impossibilitada pelas

restrições preconceituosas e pelo modo convencional de caracterização da mulata. Passa-se da intimidade do sentimento da personagem às críticas públicas ao seu relacionamento amoroso com o mestiço. Isso se torna mais evidente no correr dessa cena, pois a voz do romance abandona a visão da lavadeira. E, por meio da razão científica, descreve diretamente as causas que supostamente causaram a troca: “[...] desde que Jerônimo propendeu para ela, fascinando-a com a sua tranquila seriedade de animal bom e forte, o sangue da mestiça reclamou os direitos de apuração, e Rita preferiu o macho de raça superior” (AZEVEDO, 2011, p. 193). O universo pessoal da baiana é esquecido e – por meio do discurso direto – fica estabelecida a explicação para as mudanças: “o sangue da mestiça”. O estrago não é tão profundo porque o enredo desmente a mentalidade do enunciador coalhada de pseudociência e herança rural.

O relacionamento de Jerônimo e Rita é marcado pela rejeição dela, pois todas as iniciativas de traição partem dele. O português agarra a vizinha quando está doente; aproxima-se perigosamente nas festas e a segue doentamente, sem que suas iniciativas obtenham sucesso. Embora se compadeça do marido de Piedade, cujos bofes ornem o pátio da estalagem depois da navalhada de Firmo, a desencadeadora da desavença não abandona os encontros com o capoeirista. Conquanto o convívio perdure, em parte, pelo “medo”¹⁷ da atitude do mulato com a recusa, ela não nutre sentimento tão forte pelo estrangeiro – como se explicita – que lhe faça abandonar tudo de imediato pela suposta nova paixão. Não aceita brigar, matar ou morrer pelo amor que lhe acarretaria supostos benefícios pessoais. Ao contrário, mantém-se inerte diante da disputa pelos seus encantos. O que deixa claro, então, que o único *fascinado* é o sujeito supostamente de superior compleição, que arrisca a vida pelos atrativos da baiana. Desse modo, justamente a possibilidade da inquilina de agir conforme a própria vontade acarreta que o Hércules de outras bandas lhe persiga insistentemente.

Os rasgos retóricos de romantismo tardio do narrador fazem dos dois amantes seres treloucados e se lê... “amavam-se brutalmente, e ambos sabiam disso. Esse amor irracional e empírico carregara-se muito mais” (AZEVEDO, 2011, 193). A pergunta é “carregara-se muito mais” para quem? Mesmo após o lusitano se estrebuchar, a amante-amada não se desfaz dos momentos junto ao brasileiro. O enunciador se refere a esse fato como... “hábito, por uma espécie de vício que amaldiçoamos sem poder largá-lo” (AZEVEDO, 2011, p. 193).

¹⁷ Sidney Chalhoub analisa as desavenças geradas pela independência feminina no início do século XX em *Amando*, capítulo já citado na nota 11. Nele, o autor analisa casos jurídicos de violência contra mulheres pobres as quais têm autonomia econômica e são insubmissas aos desmandos dos companheiros, que se vingam por não aceitarem ser preteridos. Esse vínculo instável entre homem-mulher das camadas baixas explica o *medo* de Rita Baiana das atitudes de Firmo.

Pensa pela personagem novamente, a tal ponto de se personificar nos seus ajuizamentos: “amaldiçoamos”. De que paragem intelectual provém essa *primeira pessoa do plural*? Talvez advenha da preconceção do pseudocientista romântico que observa a realidade, a fim de comprovar hipóteses e reiterar convenções: *é evidente que uma mulata prefere o branco, mesmo europeu, ao mulato brasileiro*. Ele desconsidera o personagem e o fato de que, por vezes, a trajetória da narrativa o desminta. Desse modo, se fosse necessário estabelecer a conjuntura de superioridade e inferioridade, não haveria dúvida de que a baiana estaria invertendo a lógica.

Essa oposição se origina da dissonância entre o registrado e o enunciado no romance. O paradoxo se funda no curto circuito entre o ideal da força da terra incorporada positivamente pela dançarina e as ideias intransponíveis de superioridade do imigrante europeu. O narrador sofre do mesmo dilema do intelectual “que aceitava e rejeitava a sua terra, dela se orgulhava e se envergonhava, nela confiava e dela desesperava, oscilando entre o otimismo idiota das visões oficiais e o sombrio pessimismo devido à consciência do atraso” (CANDIDO, 2004, p. 118). No cabo de guerra, de um lado, puxa o nacionalismo de louvação da cultura do nativo; e, do outro, o laço é tensionado pelos ideais racistas de inferioridade física e moral do descendente afro. Na disputa, de um lado, está o Romantismo e, do outro, o Naturalismo. Como menciona Antonio Candido, “há em *O cortiço* um pouco de *Iracema* coada pelo Naturalismo” (CANDIDO, 2004, p. 121).

Rita Baiana é uma espécie de parente distante de Iracema, não apenas pelo cheiro de baunilha com resquícios de manjerição, mas também por ser a “Terra” – a qual é disputada pelo nativo e pelo estrangeiro. Martim está para Jerônimo, assim como Firmo está para Irapuã. No entanto, a transição não é simples, ainda que a estrutura seja semelhante: o guerreiro tabajara, apaixonado por Iracema, possui o direito de casar com ela. Iracema e Irapuã estão ligados pela promessa de união. No entanto, Martim se materializa na mata e a índia se apaixona por ele. N’*O Cortiço*, Firmo está amasiado com Rita; mas, após o avizinhamento do Jerônimo, precisa brigar por ela. O que retira do esquadro as formas de concepção da trajetória amorosa de Iracema-Irapuã-Martim e de Rita-Firmo-Jerônimo é justamente o modo de agir da brasileira e do estrangeiro.

Em *Iracema*, o lusitano não perde o ideal de explorador ao conhecer a nativa e se mantém fiel a seus objetivos. Tanto é assim que Iracema usa o filtro de jurema para conseguir se deitar com ele. Diferentemente de Rita, a personagem romântica sinaliza com atitudes o seu desejo e sua paixão pelo imigrante. Utiliza os seus conhecimentos da terra para submeter o amante. A baiana, por sua vez, não precisa enfeitiçar Jerônimo com poções. O simples

rebolando de seus quadris, quando ainda nem conhecia direito o novo inquilino, é o bastante para amalucá-lo. Embora o café seja – como menciona Candido – o correlato do filtro de jurema, não é o estímulo decisivo para afrouxar o tocador de fados. A bebida termina por intensificar o estrago feito no primeiro momento em que seus olhos se fixaram no rebolado da mulata... “e Jerônimo via e escutava, sentindo ir-se-lhe toda alma pelos olhos enamorados”. (AZEVEDO, 2011, p.86). A amiga de Firmo não necessita de líquidos mágicos para lhe retirar a consciência; basta exteriorizar a sua alegria na roda de música. Aliás, quem utiliza feitiços é Piedade para tentar recobrar a sanidade do quase ex-marido. Antes de embriagado pelo parati, Jerônimo já está “tonto” “não de vinho, mas de mel chuchureado no cálice de flores americanas” (AZEVEDO, 2011, p. 87). No entanto, para sorver o mel, o imigrante precisa se atracar com o capoeira e – depois de arquitetar um plano – matá-lo. Nessas cenas dos festejos, é evidente a imponência descomunal da mestiça, que é a síntese do admirado potencial da natureza e da cultura nacionais. É a geratriz da desavença entre o Irapuã do samba e o Martim de músculos mortiços sem pender para nenhum dos lados. Além disso, a condição esperta da mulata, as dificuldades financeiras combinadas com o trabalho diário e a felicidade própria às festas das quais é símbolo são entrave à melancolia inerente ao rompante desmedido do amor impossível, parte importante do sentimento romântico. E, em *O Cortiço*, quem assume esse sentimento é o trabalhador lusitano.

A praticidade da mulata, que soluciona problemas particulares até mesmo dos vizinhos, impossibilita a inação do remoer mental dos sujeitos apaixonados, tal como Iracema. Não parece que sofra por amor; tampouco coloca a vida à prova por uma suposta inclinação pelo estrangeiro, mesmo que assim esteja escrito. O perfil de Rita é o oposto do de Piedade e do de Iracema, as quais se entregam ao desgosto da vida por não conseguirem superar a traição e a fuga do marido ou do amante. No entanto, ela é inferiorizada ao lado do amante branco pela mentalidade que enquadra o feminino como frágil e submisso também por motivos raciais. Ainda bem que Pombinha entende a falsidade dessa concepção.

“Ela compreendeu e avaliou a fraqueza dos homens, a fragilidade desses animais fortes, de músculos valentes, de patas esmagadoras, mas que se deixavam encabrestar e conduzir humildes pela soberana e delicada mão da fêmea.” (AZEVEDO, 2011, p. 163). Conforme se percebe, o discurso masculinizado do narrador contraria o da personagem, a qual parece muito mais lúcida. A idealização de outro tempo com relativa precisão para configurar o convívio entre sexos opostos contradiz o verificável no cotidiano por Pombinha. Se *O Cortiço* fosse um relato de memórias escrito ou enunciado pela *flor do cortiço*, a dependência dos “machos” ficaria mais evidente, pois o ponto de referência dela são suas avizinhadas. Por

isso, essa percepção é mais justa à estrutura do romance e à da sociedade descrita em *O Cortiço*. Ao rememorar, ela:

[...] viu o Firmo e o Jerônimo atassalharem-se, como dois cães que disputam uma cadela da rua; e viu o Miranda, ali defronte, subalterno ao lado da esposa infiel, que se divertia a fazê-lo dançar a seus pés seguro pelos chifres; e viu o Domingos, que fora da venda, furtando horas ao sono, depois de um trabalho de barro, e perdendo o seu emprego e as economias ajuntadas com sacrifício, para ter um instante de luxúria entre as pernas de uma desgraçadinha irresponsável e tola; e tornou a ver o Bruno a soluçar pela mulher. [...] (AZEVEDO, 2011, p. 163)

Nesse excerto, o leitor se acerca das lembranças da jovem sob as considerações degradantes e moralistas de quem narra. Dificilmente, a filha da Dona Isabel se referiria a Rita como “cadela” e acusaria Florinda de “irresponsável e tola”. Se assim o fizesse, transpareceria princípios éticos completamente incompatíveis com as suas posteriores escolhas: separar-se e trabalhar como prostituta. No momento de iluminação, repudiaria a indecência, ficaria conformada aos ideais sociais e se faria pudica, ou seja, faria tudo o que não faz. No entanto, os atos de Pombinha serão tratados com maior detalhamento no último capítulo. Por ora, cabe analisar mais um pouco suas furtadas reminiscências. Nelas, além de evidente a fragilidade dos homens, é notável a centralidade das vizinhas nos relacionamentos. Rita é disputada. Estela, Florinda e Leocádia se valem dos homens e cometem atitudes “irresponsáveis”. Com o agravante de que o traído, Bruno, por fim, implora o retorno da companheira. Essa copiosa fraqueza do ferreiro e a revoltosa indignação de Firmo são sintomas do “desequilíbrio numérico entre os sexos, com a existência de um número bem menor de mulheres, [o que] tornava o ato de amar bastante competitivo para os homens, ao mesmo tempo que ampliava as possibilidades da mulher de escolher seletivamente seu companheiro.” (CHALHOUB, 2008, p. 212-213). Se no rural universo do patriarca as escravizadas “bonecas” estavam ao alcance do braço, é imperioso disputar e/ou relevar as afrontas delas para não ficar solteiro no contexto citadino. Embora se tenha alguma clareza disso em *O Cortiço*, ela é obnubilada pela ideologia presente de modo manifesto em *dito da coisificação das mulheres* que reafirma e persuade a inferioridade das mesmas, as quais são meras serviçais. Assim, os interesses dos antigos dirigentes do mundo rural conformam a maneira como o narrador percebe a realidade. E o preconceito e os estereótipos advindos daquele outro lugar se digladiam com a percepção factível da relação entre homem-mulher nos cortiços. Por um lado, então, o romance congrega estereótipos prefiguradores das ações e do lugar das personagens por meio de uma razão elitista e patriarcal, transparente no adágio. E, por outro, reproduz uma incipiente resistência

feminina à sujeição social, ao poder dos homens. Essa é a circunstância de inúmeras mães-solteiras as quais se sustentam diante das dificuldades inerentes à pobreza sem a necessidade de maridos ou de pais. No entanto, essa conjuntura de insubordinação do *sexo frágil* não se restringe às propriedades de João Romão.

No sobrado ao lado, Estela também distorce o ideal de mãe recatada e sujeita à autoridade do marido. Miranda se muda do centro do Rio justamente pelo desrespeito da esposa, a qual recebia a visita indecorosa de caixeiros, e duvida da paternidade de Zulmira da qual, por consequência, desgosta. Porém, a troca de bairro não é suficiente para amenizar os ímpetos de Estela. Sem pudor e sem os funcionários do esposo, ela seduz Henriquinho e gasta o tempo livre com divertimentos no jardim. Além disso, ultraja o marido com sua desenvoltura sexual, quando ele lhe invade o quarto. Faz do sexo uma maneira de diminuí-lo, e ele, mesmo a contragosto, cede-lhe aos encantos. Desse modo, abusa da fragilidade instintiva para lhe espezinhar o orgulho. O que denotaria o unilateral gozo masculino e enfadonho à esposa – a qual socialmente é assexuada – torna-se uma relação de prazer mútuo e de protagonismo feminino; Estela, pois, não assume sem restrições o papel passivo:

A mulher percebeu a situação [de tentativa de fuga de Miranda] e não lhe deu tempo para fugir; passou lhe rápido as pernas por cima e, grudando-se-lhe ao corpo, cegou-o com uma metralhadora de beijos. [...] E gozou-a, gozou-a loucamente, com delírio, com verdadeira satisfação de animal no cio. E ela também, ela também gozou, [...] sufocando-o nos seus braços nus, metendo-lhe pela boca a língua úmida e em brasa. (AZEVEDO, 2011, p. 19)

Mesmo com as traições e com o ressentimento de ambos, não há possibilidade de divórcio, pois a condenação da opinião pública poderia ser severa e as perdas financeiras se fariam graves a Miranda. Essa situação difere bastante do tipo de união dos estratos de poucas posses. Na camada pobre, a infidelidade motiva a irremediável separação, pois não há entraves financeiros e a desunião não gera sérias consequências sociais. Conforme Eni Mesquita Samara, “enquanto prevalecesse o estímulo inicial, existem razões para preservar a união, já que, no plano social, a separação ou um novo concubinato não teriam graves repercussões.” (SAMARA, 1986, p. 53). Esse é o caso de Leocádia e Bruno. O casal se separa depois de a lavadeira ser pega com Henriquinho. Em desforra, o ferreiro destrói os pertences dela no pátio do cortiço. Além de se vingar causando prejuízos à lavadeira, a raiva do traído não é velada ou reprimida, pelo contrário. Ele participa aos vizinhos a atitude dela e compartilha com eles a insatisfação com o aviltamento, sanando-o com violência. E Leocádia também não aceita calmamente a ofensa. Após ver seus objetos partidos, entra na casa e

arremessa os do ferreiro. Depois de prejuízos, gritos e insultos de ambos, cada um segue o seu caminho, pois não há dependência financeira ou obstáculos morais que impeçam a desunião, o que difere do casamento do sobrado. Há, inclusive, um paralelo entre as infidelidades dos de baixo e as dos de cima, cujo elo é o jovem estudante da corte e agregado do lusitano. Na ciranda sexual, Estela atraiçoa Miranda com o aspirante a médico, com quem Leocádia desonra Bruno. Todavia, somente no segundo caso, o enganado descobre, e existem consequências aos atos. Mas – mesmo que soubesse dos encontros extraconjugais no jardim, tal qual teve ciência na antiga moradia – o aspirante a Barão dificilmente tomaria alguma atitude. De um lado, está o filho de “um fazendeiro importantíssimo que dava belos lucros à casa comercial” (AZEVEDO, 2011, p. 30) e, de outro, a esposa, que lhe garantia “a sua casa comercial com o dote que ela trouxera, uns oitenta contos em prédios e ações da dívida pública, de que se utilizava o desgraçado tanto quanto lhe permitia o regime dotal.” (AZEVEDO, 2011, p. 27). Um alvoroço poderia colocar os negócios do empresário a perder, pois, “segundo a sua opinião, qualquer escândalo doméstico ficava muito mal a um negociante de certa ordem. Prezava, acima de tudo, a sua posição social e tremia só com a idéia de ver-se novamente pobre, sem recursos e sem coragem para recomeçar a vida” (AZEVEDO, 2011, p. 27)¹⁸. Assim, a instabilidade das transações econômicas urbanas e a insegurança da posição social amenizam a autoridade do patriarca que se sujeita aos arbítrios da esposa por não ter escolha. E ela, por sua vez, parece “buscar uma compensação para os desejos e sentimentos não passíveis de manifestação dentro dos limites da família” (SAFFIOTI, apud SAMARA, 1986, p. 65).

Esses fatos, no entanto, são o reverso do que a sociedade percebe, uma vez que a família encena união e harmonia. Em contraposição a essa conjuntura, vige o julgamento de que a figura do administrador da residência é onipotente e de que sua autoridade é incontestada. E também é incontroversa a convicção da fidelidade e da submissão da senhora esposada, bem como dos filhos e dos empregados. Desse modo, mesmo sendo humilhado dentro do âmbito do seu espaço de poder, Miranda mantém a aparência de homem honesto e retilíneo,

¹⁸ É interessante perceber a diferença entre as atitudes do patriarca do interior do Brasil, figurado por José Dias, fazendeiro em São Brás (em *O Mulato*), e as do chefe de família, empresário na Corte (em *O Cortiço*). Os dois são traídos nas narrativas, mas têm reações totalmente distintas. Miranda releva as traições da esposa sem escândalos, pois tem receio da opinião dos negociantes e dos amigos. Já José Dias estrangula Quitéria quando lhe pega na cama com o Padre Diogo. A dessemelhança dos atos se origina claramente da impunidade vigente nas fazendas remotas e da irrefreável autoridade do proprietário. Na cidade, por sua vez, os ímpetos necessitam ser mais velados e dissimulados para não chamar a atenção. Enquanto o português rico citadino troca de bairro para esconder os instintos da mãe de Zulmira, o lusitano do interior não pensa duas vezes e se pendura no pescoço da mulher. Assim, tanto em *O Mulato* quanto em *O Cortiço* se defende a honra e se imagina o feminino como objeto, no entanto, o contexto histórico reforma as ações dos homens.

cujas qualidades seriam partilhadas com seus parentes, assim como nos passeios à Rua do Ouvidor:

A família do Barão surgiu afinal. Zulmira vinha na frente, com vestido cor de palha justo ao corpo, muito elegante no seu tipo de fluminense pálida e nervosa; logo depois Dona Estela, grave, toda de negro, passo firme e ar severo de quem se orgulha das suas virtudes e do bom cumprimento dos seus deveres. Miranda acompanhava-as de sobrecasaca, fitinha no peito, o colarinho até o queixo, botas de verniz, chapéu alto e bigode cuidadosamente raspado. (AZEVEDO, 2011, p. 261).

A figuração é exemplar do modelo estandarizado de grupo caseiro. Mãe e filha – que não podiam andar sozinhas pelas avenidas da cidade – são conduzidas pelo ilustre e respeitado marido-pai. “O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico” (BUARQUE, 2012, p. 82). Cada um ocupa espaços, assume costumes e compõe ajuizamentos éticos por meio do arranjo da vida particular. E esses aspectos serão reafirmados pela sociedade que condena os desvios. No entanto, as irregularidades parecem ser o sintoma de contraposição à idéia de anulação das individualidades pelo suposto bem-comum do lar e da coletividade. Na rua, Dona Estela é comparada a “um modelo de seriedade” por “um companheiro do amigo da das Dores”, que não vivia no cortiço (AZEVEDO, 2011, p. 83). Em casa, compensa seus anseios sexuais a serem frustrados no imaginário social com menosprezo por Miranda. Além disso, a brasileira provê a ascensão de classe – que aprisiona o português – e gera uma hereditariedade com suspeitas de impureza. O polo passivo na ideologia de época que confirmaria o verso “branca para casar” evidencia a falsidade da sentença com insubordinação, por vezes, às claras. E, ao mesmo tempo, transveste-se de pessoa séria e compromissada no âmbito do convívio público.

O narrador, por sua vez, não faz nenhum esforço para dissimular a falta de caráter da personagem. Primeiramente, não o faz – pois concebe o real por meio da “redução biológica do Naturalismo [que] vê todos, brancos e negros, como animais” (CANDIDO, 2004, p. 114). Desse modo, ela seria qualificada à semelhança de uma besta no “cio”. Todavia, o principal motivo da abdicação é o regozijo aparente com a desgraça do estrangeiro. Assim, chega a desmenti-lo. Miranda alega que “Dona Estela, senhora pretensiosa e com fumaças de nobreza, já não podia suportar a residência no centro da cidade” (AZEVEDO, 2011, p. 16). E, no romance, também é registrado... “isso foi o que disse o Miranda aos colegas, porém a verdadeira causa da mudança estava na necessidade, que ele reconhecia urgente, de afastar Dona Estela do alcance de seus caixeiros.” (AZEVEDO, 2011, p. 16). Alegando-se demonstrar a “verdade”, o que se apresenta é a parcialidade e o interesse em desmascarar o

falso casamento harmônico entre o forasteiro pobretão e a nativa caprichosa. Ainda, chama-a de “mulherzinha levada da breca” e diz que – nos treze anos de casada – ela “dera ao marido toda sorte de desgostos” (AZEVEDO, 2011, p. 16). Ou seja, não contente em expor a verdadeira motivação da mudança, recupera o passado do casório – anterior ao período compreendido pelo romance – para enfatizar que a causa da desavença não era um fato isolado. A satisfação advém da diferença entre feitiço de sociedade defendida e a que se reproduz na criação do relato. As injúrias de Estela rebaixam o inimigo público dos alvos brasileiros livres, às vezes, preteridos pelos “mais brancos” de outras bandas¹⁹ (CANDIDO, 2004, p. 113). O pensamento talvez seja de que o verdadeiro patriarca colocaria cabrestos à “ vaidade” (AZEVEDO, 2011, p. 20) da concessora do dote. Não é necessário mencionar qual seria a nacionalidade desse *verdadeiro patriarca*.

Por fim, Bertoleza é, então, a personagem que melhor se enquadra na concepção de perfil submisso supostamente pacífico, seja no *ditado dos três pês*, seja no *ditado da coisificação das mulheres*. O que uniria o *modus* de raciocínio dos dois adágios seria – além da posição privilegiada de quem os enuncia – a caracterização do mundo do trabalho composto pelos negros. Os adágios denotam o sistema escravista entranhado no discurso de quem tinha legitimidade para falar, rir e escrever. Para o senhor enriquecido sorver descansadamente os ociosos instantes de deleite ao lado das negrinhas violentadas, alguém precisaria trabalhar. Segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, no contexto do mundo rural:

A formulação ideológica dessa dimensão da realidade social postula a desigualdade inata entre os seres humanos, mistificando as diversidades das situações de existência, que condicionam as probabilidades de destino, com o simulacro de diferenças individuais de ordem psicológica, intelectual ou biológica, apontadas como fatores decisivos para a definição do curso da vida de cada sujeito.” (FRANCO, p. 86)²⁰

Franco descreve a própria ideologia refratada pelos ditados e encontrada no romance de Aluísio Azevedo, sobretudo no exame da figura de Bertoleza, não por acaso a escrava.

¹⁹ Em *O mulato*, O preterimento dos brasileiros brancos pelos portugueses pretensamente mais alvos também explica o aceite do pedido de casamento de José Dias a “Sra. D. Quitéria Inocência de Freitas Santiago, viúva, brasileira, rica, de muita religião e escrúpulos de sangue, e para quem um escravo não era um homem, e o fato de não ser branco, constituía só por si um crime”. Ela “casara com ele por dois motivos simplesmente: porque precisava de um homem, e ali não havia muito onde escolher, e porque lhe diziam que os portugueses são brancos de primeira água” (AZEVEDO, 1994, p. 44).

²⁰ Esse viés também é compreendido em *O Cortiço* pelas modernas teorias importadas pelos intelectuais urbanos, as quais “têm a função legitimadora e cognoscível da realidade” (ORTIZ, 1985, p. 30), ratificam as desigualdades encontradas nas propriedades rurais com argumentos científicos fornecidos pela “desenvolvida razão europeia”. A disparidade social é encoberta, então, pelo discurso pretensamente lógico. Desse modo, reiteram-se destinos e perfis a partir de tipificações motivadas por distinções inerentes a grupos de indivíduos, as quais soam falsas ao descreverem a realidade de pobreza e espoliação da estalagem.

Assim, de um lado, Rita Baiana se desfaz parcialmente do estereótipo da devassa insaciável ao apresentar fidelidade, inteligência e bondade. Do outro, Estela renega o modelo de dona do lar serena para saciar seus desejos independentemente de desagradar o marido, ensaiando, com dificuldade, o papel de mãe-esposa nos momentos necessários. E, por fim, Pombinha abandona o semblante angelical para dominar os homens. Já Bertoleza não tem outro lado. É a incansável labutadora do despertar do dia à hora de dormir: sem festa, sem gastos, sem sexo, até a morte. Ela não possui outros vieses; é, sem dúvida, a personagem mais plana dos personagens planos d’*O Cortiço*. Inicia, passa toda a narrativa e morre na cozinha. O “curso da vida” da quitandeira se faz no mesmo cômodo e com o ideal de descansar no futuro.

No âmbito feminino, a companheira de João Romão é o modelo “da própria redução do homem à condição de besta de carga, explorada para formar o capital dos outros” (CANDIDO, 2004, p. 114). Enquanto as companheiras de habitação têm problemas dos mais diversos: gravidez indesejada²¹; troca de relacionamentos; brigas com o marido; urgência por casamento; menstruação atrasada; virgindade; além, é claro, da árdua luta pela sobrevivência e, por consequência, por uma tina – Bertoleza se preocupa somente com a produção da taverna. É a única a receber literalmente *pão*, *pao* para se ater exclusivamente aos seus afazeres culinários. Ela nunca desfrutou de nenhum tostão angariado com a sua produção. Inicialmente o dinheiro lhe escorria para o pagamento do “jornal a seu dono no valor de vinte mil-réis por mês” e para a quantia “necessária para a alforria” (AZEVEDO, 2011, p. 11). Depois cai nas garras do lusitano e nunca mais vê a cor do pecúlio. Enquanto João Romão faz qualquer negócio para enriquecer, Bertoleza só faz trabalhar forte para se tornar livre: primeiro formalmente, depois da condição de labutadora. Conforme ela mesma, “não! Com quitanda principiei; não hei de ser quitandeira até morrer! Preciso de um descanso! Para isso mourejei junto de você enquanto Deus Nosso Senhor me deu força e saúde!” (AZEVEDO, 2011, p. 251). Infelizmente não estava certa. Em certo sentido, a personagem reflete o imaginário do negro escravizado pacato e com dificuldades de agir de maneira autônoma. É como se a sua personalidade reproduzisse a imagem de “utensílio-vivo”. E a antiga condição de escrava emparelhada à situação de animal de carga – da qual falsamente João a emancipa – parece inerente à sua subjetividade. Aliás, a irracionalidade do cativo é hipótese histórica.

Essa conjectura é reproduzida por Perdigão Malheiro em 1860. O estudioso estimava “que o próprio cativo podia acreditar que era “um pouco mais do que um irracional”” –

²¹ Bertoleza passa por episódios de gravidez indesejada, os quais foram referidos anteriormente. No entanto, esses acontecimentos não se tornam dilemas para a personagem nem têm desdobramentos narrativos. São casos facilmente resolvidos pela Bruxa e rememorados com alívio por João Romão.

posicionamento recorrente, segundo Sidney Chalhoub, nos estudos históricos sobre a escravidão até pouco tempo (CHALHOUB, 2011, p. 44), o que é correlato do pensamento de Bertoleza, cujo questionamento é: “o que custava aquele homem consentir que ela, uma vez por outra, se chegasse para junto dele? Todo dono, nos momentos de bom humor, afaga o seu cão...” (AZEVEDO, 2011, p. 233). Embora a utilização do pronome pessoal marque a distância segura daquele que teme ser confundido com “ela” – a consciência é mesmo da empregada²². Bertoleza se coloca no mesmo patamar do animal doméstico, tal qual um “cão” que necessitaria do mínimo de consideração afetiva do seu proprietário. Segundo a lógica do argumento examinado e repelido por Chalhoub, “os negros se comparavam aos animais, e se contentavam ao perceber sua superioridade sobre as bestas” (CHALHOUB, 2011, p. 45), concebendo “sua autorrepresentação como não homem” (CARDOSO, apud CHALHOUB, 2011, p. 45). Ao se colocar no mesmo nível de um animalzinho tranquilo e caseiro, a cozinheira “assume como própria e natural sua condição de animal possuído” (GORENDER, apud CHALHOUB, 2011, p. 45), o qual não pode abandonar o dono.

O narrador arremata referindo que, mesmo rejeitada, “contentava-se em suspirar no meio de grandes silêncios durante o serviço de todo o dia, covarde e resignada, como seus pais que a deixaram nascer e crescer no cativeiro.” (AZEVEDO, 2011, p. 256). Tal qual imaginam os intelectuais os quais julgavam que a violência tornaria os negros seres inábeis de “ação autonômica” e “passivos receptores de valores senhoriais” (CHALHOUB, 2011, p. 49), a voz do romance credita a inércia de Bertoleza ao cativeiro no qual se criou. O *destino* dela estaria ligado à sua origem racial a qual lhe determinaria a situação social que, por sua vez, lhe (de)formará a personalidade. Um raciocínio próprio àquela sociedade e bem mais complexo do que o Sol deformando nervos ou abasileirando costumes. No entanto, ele também soa falso em *O Cortiço*.

A resignação de Bertoleza não é, todavia, somente uma questão de determinismo de nascimento; não é apenas a situação de um indivíduo oprimido que se submete a um opressor porque assim percebe as relações naturais entre indivíduos. E – quando fala – compreende-se o real motivo que lhe fez ficar. A quitandeira investira as suas economias e as suas energias na construção da estalagem. Sacrificara-se sem medir esforços para proteger a propriedade do patrão, e, por isso, também a julga sua. Acredita que João lhe deve respeito e reconhecimento pelo que “os dois ganharam juntos!” (AZEVEDO, 2011, p. 251). Conforme diz, “quero a minha parte no que fizemos com o nosso trabalho! Quero o meu regalo, como você quer o

²² Essa passagem lembra muito algumas cenas de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, em que Baleia é enxotada por Fabiano, mas sempre retorna fielmente para perto da família.

seu!” (AZEVEDO, 2011, p. 251). Nesse momento, não é afável nem abre mão da sua “parte” em razão do apreço pelo lusitano. Entretanto, João Romão lhe suplanta os argumentos com um... “mas não vês que isso é um disparate?... Tu não te conheces?” (AZEVEDO, 2011, p. 251). Diminui a companheira e as suas alegações ao lhe imputar a consciência de que nunca se colocaria em pé de igualdade com ele, pois é negra, pobre e ex-escrava. Ele lhe cobra aquele entendimento supostamente natural aos advindos do cativo. E Bertoleza entende a insinuação, “ah! Agora eu não me enxergo! [...] Então a negra servia para um tudo; agora não presta mais para nada, e atira-se com ela no monturo do cisco! Não!” (AZEVEDO, 2011, p. 251). No entanto, a tentativa de resistência não se sustenta. No fundo e infelizmente, Romão tinha razão: dificilmente ela conseguiria numa sociedade desigual e preconceituosa – como é até hoje – reaver seu prejuízo e comprar seus direitos. Assim, a imobilidade da quitandeira no enredo tem relação com o imaginário cuja percepção é a de que o papel da negra é no batente do “fogão”. Todavia, está ligada também ao fato de Bertoleza enredar-se na esperança de conquistar a alforria e a vida digna, o que foi o destino de muitos ex-escravos. Por fim, desmentindo completamente o ideal de sujeição passiva do escravo, ela se suicida, pois não aceita retornar à antiga condição.

3 ENQUANTO OS HERDEIROS PENSAM SOBRE O MUNDO, O TRABALHADOR SE DESGASTA: AS CONJUNTURAS E AS RELAÇÕES LABORAIS EM *O CORTIÇO*

3.1 DO BOTEQUIM E DA PEDREIRA AOS BUROCRATAS

O Cortiço inicia com o espelhamento entre duas trajetórias biográficas – as quais se inter-relacionaram. De um lado, João Romão labuta na bodega de um patrício com o objetivo de conquistar a sua propriedade e a sua “liberdade”. E, do outro, Bertoleza – escrava de um “velho cego residente em Juiz de Fora” (AZEVEDO, 2011, p. 11) – desgasta-se para contrair a quantia necessária para sustentar a locação da própria mão de obra e adquirir a alforria. Aluísio Azevedo põe, em paralelo, duas personagens cujos decursos individuais representam variações do paradigma de espoliação reproduzido pelo sistema escravista. O ajudante do comércio simboliza os imigrantes europeus aportados, os quais se submetem aos alvedrios dos patrícios já instalados na corte a fim de contraírem suas finanças redentoras. A quitandeira descreve o escravo que lida com perseverança no intuito de gerir sua existência sem prestar tributo a outro cidadão. A diferença entre os dois personagens e os cativos rurais é a aparente liberdade dos primeiros. Embora Bertoleza seja perseguida pela peja da escravidão, acredita na mudança dessa conjuntura. Nesse mesmo viés, Sidney Chalhoub afirma que “conseguir autorização para morar fora da casa do senhor, portanto, era algo que os escravos valorizavam – era um passo, pelo menos simbólico, no sentido da liberdade” (CHALHOUB, 2011, p. 300). Se, por um lado, ela tem relativa autonomia longe dos domínios de seu dono, por outro, João se põe na qualidade de trabalhador compulsório a fim de servir a seu patrão. Num vínculo de favores, o lusitano jovem e pobre se sujeita aos desmandos do compatriota para conservar sua moradia e umas parcas ninharias financeiras. O que rege a aliança é a confiança e a falsa impressão de que não há descompasso de interesses entre os indivíduos – ambos portugueses e colaboradores mútuos. Segundo Cristiana Schettini e Fabiane Popinigi, “o empregado experienciava uma rotina de trabalho extenuante, insalubre e mal paga, quando remunerada, ou seja, sem contrato de trabalho formal e muito próxima, a relação entre patrão e empregado nas pequenas casas comerciais, ao longo do século XIX, era pautada pelos limites de autonomia que a exploração permitia.” (SCHETTINI; POPINIGIS, 2009, p. 62). E esse hábito de privações é parte da juventude de Romão, o qual não tem recursos para sobreviver sozinho. Desse modo, Bertoleza é escravizada pelas diretrizes jurídicas, as quais a enquadram como um objeto alienável no qual se investem pecúlios. João está aprisionado à pobreza e às

diminutas oportunidades de emprego na cidade. Se – no caso da cozinheira – o Estado se presentifica para ratificar o caráter de utensílio dela, no de João Romão, o desapareço pelo fado dos imigrados institui um princípio de labor semelhante ao do trabalho compulsório – mas, agora, entre dois sujeitos aparentemente livres. Oportunamente, o avarento também se amparará nesse descaso quando se sobrepujar a seus funcionários ao converter-se em proprietário depois de receber de pagamento (carta de alforria) a venda do antigo chefe. No início do romance, figuram-se os modelos de esbulho no vínculo de trabalho entre patrão e empregado: coexistem a escravidão, com certo ar de liberdade, e o emprego ausente de direitos.

Aluísio Azevedo redige *O Cortiço* após a abolição da escravatura e, por isso, obviamente já tem ciência dos problemas a serem enfrentados pelos governantes no momento posterior ao descrito na sua narrativa. Fica claro que a situação profissional extenuante do trabalhador não diz respeito ao rol de prioridades dos dirigentes do País. Pelo contrário, a labutação – independentemente de sua natureza – é elevada ao patamar fundamental para a redenção do atraso nacional. Temendo as consequências do citadino inchaço de indivíduos ociosos, os homens de sobrecasaca colocam em causa a questão do batente independentemente das suas condições de salubridade. Conforme escreve Sidney Chalhoub:

No mundo de outrora, ordenado pela presença do escravo, a questão do trabalho era escassamente problematizada na esfera das mentalidades: o trabalhador escravo era propriedade do senhor e, sendo assim, o mundo do trabalho estava obviamente circunscrito à esfera mais ampla do mundo da ordem, que consagrava o princípio da propriedade (CHALHOUB, 2008, p. 65).

O ócio – elemento social distintivo – é condenado veementemente quando praticado pelo sujeito pobre – o qual é reprimido caso escolha a prática do labor disperso e ocasional. Como fica difícil persuadir os egressos ou herdeiros do regime escravocrata a se submeterem ao esforço produtivo “livre” com os traços de disparidade social semelhantes aos de outrora, são necessários o discurso moral e a persuasão da polícia. Pelos dados de detenção de 1875, são presas 7.266 pessoas por crime contra a ordem pública. Desse montante, 29,5% respondem pela infração de embriaguez, 18,5%, pela de desordem, e 3,9%, pela de vadiagem (HOLLOWAY, 1997, p. 236). Nota-se pelos motivos das detenções – as quais incluem ainda a prática da capoeira e a mendicância – que a maioria das contravenções diz respeito a desvios morais de caráter individual, ou seja, são condutas tidas como reprováveis devido à imperiosidade da manutenção de certa compostura em público. O poder constituído intervém nas decisões pessoais no intuito de conformá-las à expectativa social – como se a sociedade

fosse uma ampla instituição doméstica, cuja obrigação é acomodar os atos de todos. Obviamente, o caso tem pouco de filantropia e de moralismo – pendendo mais para o lucro e autodefesa. Os políticos receiam as atitudes dos sujeitos ociosos, embriagados, pobres e, por vezes, adeptos da capoeira. Na luta pela sobrevivência, eles poderiam se decidir pelo roubo e – frustrados com a sua condição de miserabilidade – poderiam se vingar. Por isso, a principal chaga para os difusores-da-ordem-e-do-bom-comportamento eram as maltas – conjunto de capoeiras que se uniam em festas e procissões para praticarem crimes.

Essa repulsa pelo grupo citado talvez esclareça a negligência com a elucidação da morte de Firmo em *O Cortiço* – impunemente assassinado na Praia Vermelha por seu rival lusitano. Uma vez certificada a condição de lutador do rapaz, o episódio brutal parecerá irrelevante e autoexplicativo. Aliás, Firmo é o perfil do sujeito indesejado por essa sociedade com a ideia fixa da arrumação. Além de lutador-dançarino-modista, é imprevidente com suas economias, “vadio” e hábil multiplicador de dinheiro com o seu destreza nos dados e nas roletas (AZEVEDO, 2011, p. 73). Seria fácil enquadrá-lo em vários dos crimes contrários ao bem-estar da ordem, mesmo que, quando conveniente, fosse utilizado por partidos políticos na decisão de eleições. Ele “militara, dos doze aos vinte anos em diversas maltas” as quais chegaram a “decidir eleições nos tempos de voto indireto” (AZEVEDO, 2011, p. 73). Enquanto o jovem Romão suava nos afazeres cotidianos da taverna, o amigo de Rita Baiana subsistia com a sua navalha, convencendo eleitores indecisos sobre o melhor candidato dos pleitos. Assim – durante o tempo de utilidade – esteve próximo aos governantes elegíveis e sonhou com “o lugar de contínuo numa repartição pública” (AZEVEDO, 2011, p. 73). No entanto – com a conversão do modo seletivo dos representantes estatais e com as frustrações sucessivas com o emprego almejado, para o qual nunca era indicado – abandonou as maltas e o ideal de entrar para o funcionalismo público.

Por ser mulato e ter o estigma de capoeirista, as promessas feitas a Firmo dificilmente seriam cumpridas pelos senhores. No entanto, é interessante a caracterização do serviço de repartição como o “ideal” do rapaz. Além da jornada de seis horas de trabalho, a remuneração é de “setenta mil-réis”, um valor aparentemente alto. Apenas a título de comparação de valores, Bertoleza trabalha intensamente, fornece comida a um bairro e obtém com dificuldade os “vinte-mil réis” do seu jornal. De alguma forma, a escolha do carioca sinaliza certa consciência das dificuldades de recondução da conjuntura de miserabilidade por meio dos afazeres braçais. Por isso, conquanto seja *oficial de torneiro* e *oficial perito*, supre suas necessidades por meio dos lances de sorte e da perícia nos dados e na roleta, festejando o lucro. Longe de esse modo de sobrevivência ser caracterizado como sinônimo de *uma vida*

fácil, esse arranjo expõe a descrença do indivíduo nas possibilidades reais fornecidas pelos postos empregatícios fixos. Além disso, os lances de preconceito racial notórios no mercado de trabalho não são minimizáveis na escolha de Firmo. Como recompõe Gladys Sabina Ribeiro, o sujeito de cor normalmente desempenha as funções mais subalternas e quase sem nenhum ganho (RIBEIRO, 1990, p. 47).

Claramente a visão do mulato é distinta da de João e da de Bertoleza. O europeu e a brasileira têm certeza da possibilidade da alteração da trajetória de vida por meio do emprego da força física. O português pode se espelhar no vizinho ou no antigo patrão e antever a luz dourada resultante das horas de suor e artimanhas escusas. E a mulher espera alcançar a sua liberdade, o que imaginariamente atinge. Desse momento em diante, o objetivo dela é mourejar ao lado de seu patrão-amante para desfrutar momentos de descanso e prazer ao envelhecer, pensamento não partilhado pelo torneiro e não alcançado por ela. A projeção de futuro do mulato é obstada ao ser mitigada a alternativa de inserção na máquina pública. O que explica a maneira distinta como Firmo encara o tempo. Enquanto João e Bertoleza são previdentes e escravos dos horários e dos ofícios, o torneiro frui os instantes de descanso oportunizados pelo dinheiro. Essa atitude denota a sua descrença nos supostos efeitos benéficos do exercício profissional. Para Firmo e outros personagens de *O Cortiço*, “viver pode não significar necessariamente venerar o trabalho, agir sob determinados parâmetros de certa índole e assiduidade, ou poupar, enriquecer e ascender pela boa moralidade de ser um exemplar cidadão trabalhador.” (RIBEIRO, 1990, p. 47). Aliás, os personagens mais proficientemente enformados a esse falacioso ideal são portugueses e possuem circunscrita relevância para a desenvoltura narrativa²³. Não é à toa, portanto, que a representação dos lusitanos fosse majoritariamente professada pela elite exploradora e não seguida por Firmo.

A fim de reprimir os *odiados vagabundos*, o Estado assume o papel de fiscalizador da assiduidade e de difusor das virtudes da atividade produtiva, pois apenas com cidadãos coerentes do valor da labuta haveria progresso e ordem nacionais. Junto à louvação do labor, exige-se respeito pela propriedade privada e pelos seus detentores. E, para essa sociedade, “quanto mais dedicação e abnegação o indivíduo tiver em seu trabalho, maiores serão seus atributos morais” (CHALHOUB, 2008, p. 70). No ideal de moralidade dos descansados legisladores, a ociosidade é a praga a ser combatida na lavoura de empregados. As sementes

²³ O português narrativamente significativo e representante desse modelo é João Romão. Ao contrário dele, Jerônimo torna-se relevante após se entregar aos gostos nacionais, ausentar-se dos hábitos bem comportados e das jornadas diárias na pedreira. Domingos e Manuel são personagens pequenos e descritos como labutadores corretos. No caso do primeiro, ele adquire algum relevo na história após também romper com o ideal ao serem descobertos os seus encontros amorosos com Florinda e ao ser demitido. Já Bruno deixa de ser apenas ferreiro escondido nos afazeres contíguos aos fundos da estalagem, quando se descobre traído pela esposa, Leocádia.

importadas da Europa, sobretudo de Portugal, deviam dar o exemplo de como resistir às agruras do esforço cotidiano e assumiam “o protótipo do trabalhador ideal na ordem capitalista que se anuncia” (CHALOUB, 2008, p. 77). Nesse sentido, o paradigma é João Romão – conquanto seja necessário ignorar os seus roubos e as suas burlas da lei para enquadrá-lo nesse perfil. Enquanto essas contravenções não afetarem as posses e os interesses de nenhum-filho-de-algo, serão encerradas como irrelevantes. Todavia – se o estrangeiro for pego na vadiagem ou se contrapuser às vontades-da-gente-de-bem, será denunciado também de forma exemplar. No caso da ociosidade, alguns Jerônimos sucumbiram à supervisão e foram até mesmo extraditados. Antes de incidir sobre o decurso do emprego fixo à desocupação do marido de Piedade, retome-se a aversão do mulato pelo âmbito metódico da lida estafante.

Além de descrever do potencial reformador das insignificâncias adquiridas com o esforço diário tributado a um patrão, Firmo talvez também não estivesse disposto a ser emparelhado e comparado aos estrangeiros, os quais odeia e são apresentados como os mais assíduos, preparados e disciplinados. Essas confrontações entre o perfil estigmatizado do brasileiro (não próprio ao trabalho) e o ideal do português (adepto incontestemente do ânimo produtivo) acirram as rivalidades entre nacionais e imigrantes e restringem os meios de sobrevivência. Desse modo, essas variáveis talvez expliquem o fato de o “capadócio” possuir profissão e manter a sua subsistência com atividades esporádicas e incertas, frequentando uma *oficina* onde trabalha sem muita rotina. Procura, inconscientemente, escapar à conjuntura de espoliação à qual os portugueses “burros”²⁴ e alguns conhecidos se sujeitam. Foge do condicionamento imposto entre empregado e patrão e exerce a sua liberdade sem submeter-se a outrem. É levado, assim, a optar pela vida difícil na qual imprecação e acaso dão o tom. De certa forma, a atitude desse personagem representa a recusa do trabalhador pobre de alienar a sua liberdade em contrapartida de meia-dúzia de cobres. O fato de a ter comercializado durante os sete anos de cabo eleitoral (dos treze aos vinte) sem o retorno prometido intensifica a desilusão. Nesse sentido, o capoeirista acreditou na hipótese da permuta da condição social por meio da ocupação fixa – uma vez que fosse satisfatoriamente recompensadora e não fosse duramente explorado. Essas exigências – pelas quais lutam muitos – soam (até hoje) como “desculpa para não trabalhar”, o que não é diferente em *O Cortiço*.

²⁴ Conforme Gladys Sabina Ribeiro, os lusitanos “eram considerados “burros” pelos nacionais quando estes percebiam as atitudes dos lusos vinculadas à ideologia do trabalho, fossem elas “atitudes éticas” do bem trabalhar ou explorações geradas pela excessiva labuta” (RIBEIRO, 1990, p. 49-50).

O tratamento depreciativo concedido pelo narrador na apresentação de Firmo já denuncia a mentalidade da época. O vocábulo escolhido é *vadio*, o qual contrasta com os ofícios (*oficial de torneiro* e *oficial perito*) que o mulato dominava. A feição desse antagonismo pisca apologeticamente para a atividade compulsória alheia às aspirações do empregado, pois pinta o amante de Rita como aparelhado para encarar duas atividades lucrativas e – ao mesmo tempo – decidido pela *vadiagem*, ou seja, a inabilidade e a ausência de conhecimento não lhe seriam os limitadores da prática profissional – como também não são no caso de Jerônimo. Para o enunciador racista, essa repugnância pelo trabalho é componente dos contornos do brasileiro de cor ou do europeu de hábitos amulados – preguiçoso, imprevidente e distante da projeção extenuante de enriquecimento. Essa opinião é peculiar ao intelectual de elite e indolente, cuja análise da rotina brutalizada do subalterno é feita de longe. E, no fundo, ambiciona a conservação do limiar distintivo entre os sujos do labor e os isentos de transpiração. Assim, valoriza a prática produtiva de sol a sol como mecanismo de conservação dos antagonismos inerentes às disposições desiguais e ao exercício da liberdade, embora defenda o contrário nos pronunciamentos públicos. Novamente, os despossuídos estão presos ao mercado de trabalho independentemente das particularidades abjetas dele. “A vida honesta e independente não está ao alcance do pobre, que aos olhos dos abastados é presunçoso quando a procura, e desprezível quando desiste” (SCHWARZ, 2000, p. 107). No jargão do narrador de *O Cortiço*, o termo *desprezível* é substituído por *vadio*. Embora o capoeirista não seja totalmente desocupado, pois presta serviços a uma oficina – não se furta de faltar ao expediente: e, se tem de escolher entre as festas e o batente, não titubeia em acompanhar Rita aos pagodes de Jacarepaguá.

Como todos os personagens de *O Cortiço*, Firmo é construído sobre um dado estereótipo e encarna as feições do mulato, violonista e desmesurado na fruição de suas sensações, as quais supostamente regem sua vida. Assim, o narrador nos apresenta o rapaz desse modo e seleciona instantes da existência do brasileiro que comprovem a preconceção social. As consequências dessa descrição míope são pelo menos duas: 1) percebe-se a preferência do enunciador pela biografia festiva do personagem, em detrimento da sua rotina dura na oficina; e 2) nota-se a aderência da intrometida voz narrativa à convicção da intrínseca preguiça e da vagabundagem do brasileiro de cor. Essa feição seletiva com fundamentação ideológica pode ser estendida à completude do romance. Uma vez que o narrador (e em parte o autor) não está interessado em demonstrar o vínculo entre o despreendimento do sujeito pobre e a vida difícil do trabalho pouco remunerado, recortes são feitos nas descrições para dificultar o nexo entre esses dois pontos. A consequência da

continuidade entre os retalhos é a celeridade do romance e a aparência singela do esforço físico mencionado de modo oblíquo. Ao se fazer a divisão entre os trabalhadores de serviço fixo – indivíduos submissos diretamente a certo contratante – e os autônomos, pouquíssimas exposições dos serviços masculinos são percebidas no miolo da narrativa, embora essas descrições estejam presentes no entorno do romance. A ressalva fica por conta da menção reiterada do serviço da bodega e algumas cenas das atividades da pedreira no capítulo IV. Nessas partes, os brancos estrangeiros surgem com o perfil difundido de trabalhador inveterado, e o brasileiro é representado como molenga e desajeitado no ofício. As posições constantes do livro são, portanto, a dos brasileiros – de quem se delineia a rotina de festas – e a dos portugueses, dos quais se intensifica o perfil de árduo labutador. O representante fundamental da “terrinha” é o taverneiro – que aparentemente adquire seus bens com suas mãos – e o membro do Brasil é o capoeirista, rapaz que troca tudo pelo carnaval. Por sua vez, Jerônimo permuta de time e de aparência.

Uma das primeiras cenas com os cortes mencionados está no primeiro capítulo. Esse e o segundo capítulo possuem um andamento mais célere, pois se referem à edificação do eixo do romance: o cortiço *versus* o sobrado. Nela lê-se:

[João] pôs lá [na pedreira] seis homens a quebrarem pedra e outros seis a fazerem lajedos e paralelepípedos, e então principiou a ganhar em grosso, tão grosso que, dentro de ano e meio, arrematava já todo o espaço compreendido entre as suas casinhas e a pedreira, isto é, umas oitentas braças de fundos sobre vinte de frente em plano enxuto e magnífico para construir. (AZEVEDO, 2011, p. 16).

Como se nota, as referências nesse episódio são sumárias e pouco imagéticas²⁵ – o que é o oposto das longas descrições do realismo europeu com seus preenchimentos narrativos. Distingue-se, assim, apenas que doze trabalhadores são contratados por João, o qual os divide em dois grupos e começa a ter lucros impressionantes com o serviço competente dos homens. Não é relevante dimensionar as características étnicas e a origem dos habilidosos contratados nem as condições do improvisado ofício da dúzia de anônimos. Eles são um número gerador de cifras. O liame feito por “e então” dos dois primeiros períodos sublinha uma consequência aparentemente eventual entre o esforço dos labutadores e as conquistas do taverneiro.

²⁵ Nesse sentido, *O Cortiço* não é pontuado pelo “excesso de descrições na busca pela realidade integral” e, mesmo quando há o traço minucioso da cena, dificilmente o texto se caracteriza por “momentos desligados e autônomos” (LUKÁCS, 2010, p. 170) da totalidade do romance. Afastando-se das deficiências acusadas por Machado de Assis na obra de Eça de Queirós, Aluísio Azevedo não incorre no detalhamento enfadonho na escritura, o que se alia também ao ritmo acelerado de acumulação financeira do personagem central do livro, como aponta Antonio Candido.

Os doze homens assemelham-se a mudas plantadas no solo árido da pedreira *e que então*, sem expectativas, começaram a frutificar dinheiro. Claramente, o enquadramento do trecho é a rentabilidade pretensamente improvável. De onde se antevia pedra, milagrosamente brota riqueza. Por isso, o cerne da passagem é o deslumbramento do enunciador com o caráter empreendedor do taverneiro, que se aproveita de alguns *fulanos* para dilapidar o morro aparentemente sem valia. Quem se mantém irrelevante é a dúzia de obreiros. Eles são substituídos no restante do trecho pela reprodução dos níqueis do lusitano. Convertem-se em lucro integral, pois não existe alusão a pagamentos. Embora certamente haja remuneração, ela é de tamanha insignificância que figura como ganho. Esses abusos são obviamente acobertados no excerto, uma vez que o narrador não defende o reembolso, quanto mais um reembolso justo.

Conforme se percebe, o narrador decide enfocar o intermediário entre o produtor (os mineradores) e os consumidores (interessados no pavimento). Se o enfoque privilegiasse os labutadores, talvez o ideal do indivíduo de cor como ocioso, indolente e sem habilidade se perdesse. Outra consequência poderia ser a valorização das mudanças estruturais da cidade do Rio de Janeiro, que passa por uma modernização e tem as suas antigas-ruas-sem-calçamento reformuladas. Ele centraliza o argumento no dono da pedreira e no sucesso da sua iniciativa, a qual não demanda nenhum esforço do avaro. O que salta aos olhos é a relativa admiração da voz narrativa pelo modo de agir do lusitano, semelhante à maneira vil como agem os proprietários rurais e escravistas. Primeiro, o taverneiro *acquire* alguns homens por umas migalhas e os coloca na labuta diária de quebrar e modelar pedras. Depois, acerta o preço dos paralelepípedos com um comprador, manda carregar uma carroça e entregar a mercadoria num dado lugar. O rendimento lhe cai nas algibeiras sem precisar se emporcalhar na poeira fina dos seixos. O enunciador, por isso, não adjectiva de modo negativo a atitude do lusitano, tampouco denuncia o contexto de penúria e espoliação dos servidores – os quais não teriam razão caso se insubordinassem a essa conjuntura.

O efeito das lacunas na apresentação da completude dos trâmites entre a fabricação das peças de calçamento e os ganhos do mercenário produz certo feitio orgânico e autônomo às abastanças de João. Além de dispor dos labutadores tais quais outras *peças* de quem é natural se abusar, o aparente jorro de moedas é incontrollável, de difícil mensuração e expansivo – saldo, segundo o ponto de vista, não do empenho dos funcionários, mas da mente calculista do patrão. O surgimento dessa efervescência lucrativa é de tamanha presteza e de incerta exatidão que acomete o próprio enunciado o qual se alonga, a fim de representar a pujança e a rapidez da constituição dos lucros do personagem. Aluísio Azevedo constrói um parágrafo de sessenta e duas palavras num único período, cuja abrangência temporal é de um

ano e meio. Numa obra constituída – por exemplo – de três capítulos (do VI ao IX) que narram os acontecimentos tão somente de um dia, esse salto acelerado é significativo dos avanços financeiros do portuga-servidor-sem-salário-até-outro-dia. Desse modo, o trecho citado ilustra o texto de Antonio Candido, quando menciona que “o ritmo da narrativa acaba se ajustando ao ritmo da sua acumulação” (2004, p. 111).

Essa intimidade entre o decurso financeiro do estalajadeiro e o correr do livro parece atrelada à vontade de combinar de modo irrestrito o mundo da faina e a biografia paradigmática do estrangeiro. Portanto, na extração dos pedregulhos, o português não desfere sequer uma martelada contra a parede rochosa, todavia a sua centralidade é tal, que gera a enganosa aparência de ser o *motor* das edificações. Assim, na parte: “arrematava já todo o espaço compreendido entre as suas casinhas e a pedreira [...] plano enxuto e magnífico para construir” – evidentemente o arrematante não edificará aquele espaço com suas mãos, embora o verbo “construir” o mantenha como sujeito. Nesse momento, *o agente real* é novamente omitido.

Esse arranjo oblíquo reforça o estereótipo do estrangeiro trabalhador, cujo enriquecimento seria consequência do seu esmero, uma vez que encobre a realidade de que nem todos os êxitos de Romão decorrem dele. Além disso, escurece as infelicidades e dificuldades dos doze personagens, os quais tiveram suas existências limitadas a duas linhas e muita espoliação. Após o estabelecimento produtivo da pedreira, outro contingente de obreiros permanece inominado nas suas dependências. Alguns deles são demitidos com a chegada de Jerônimo, cujo inicial-perfil-ordeiro-e-retilíneo se incompatibiliza com o descaso-e-a-imperícia-dos-que-não-dão-a-vida-em-troca-de-alguns-réis. Certamente, também, poderia existir algum ranço de preconceito étnico-racial na eleição dos preteridos. No entanto, não se certifica tal intuição, pois o foco narrativo se contenta com os motivos ajuizados pelo lusitano e ignora a identidade e o futuro dos desempregados. N’*O Cortiço*, privilegia-se a existência de personagens improdutivos, mas com profissão, conforme as diretrizes da elite: Firmo e, depois, Jerônimo. Descontentes com a condição de empregados mal remunerados, esses dois se submetem apenas o bastante para continuarem aproveitados e atingirem suas aspirações festivas – as quais são outro jeito de suportá-la e, por vezes, subvertê-la²⁶. Portanto, embora possuam uma atitude relapsa, não estão fora do mercado de trabalho.

²⁶ Além disso, as comemorações para os sujeitos subjugados pela autoridade do proprietário e da sociedade controladora são um modo de externar os desejos e as atitudes reprimidas de forma a “aprender ser “alguém”, a tornar-se uma *pessoa*” (DAMATTA, 1997, p. 123). Sendo a sociedade brasileira uma espécie de grande família, hierarquizada de tal maneira, a esses indivíduos é concedida a posição subalterna à qual se contrapõem exercendo a liberdade de desfrutar instantes alegres em celebrações nas quais “as leis são mínimas” e não há autoridades lhes condicionando movimento, já que a festa não tem dono.

Essa percepção dissimulada minimiza o descompasso entre procura e oferta de ocupações no inchado mercado de trabalho, pois não se interessa pelos excluídos. A consequência é impressão de existência suficiente de ocupações, as quais estariam disponíveis até para os que trabalham “mal”. Além disso, intensifica a noção de sujeito empenhado e enriquecido. Esse ideal fajuto é reforçado pelas palavras de Jerônimo, o qual assevera: “rua [aos que fazem cera], que não falta por aí quem queira ganhar dinheiro”. Enfim, é possível enriquecer, contanto que se tenha firmeza nas mãos e no caráter. Por isso, a condição dos desempregados é depreciada na narrativa, uma vez que apenas os “vadios” não angariam certa atividade fixa e remunerada. É imperioso reforçar que se menciona nessa laboral conjuntura a atividade desempenhada pelos homens e inserida no arranjo bipolar *patrão-empregado*.

A finalidade ilusória da narrativa aponta para a solução dos males do pobre por meio do suor e da estafa, pretensamente redentores. No entanto, Aluísio Azevedo não era ingênuo a fim de acreditar na possibilidade de *vida honesta e independente* obtida por meio do indignificante exercício de produção de domingo-a-domingo. Como também não o são os legisladores da época. O que procuram com essas afirmações desenraizadas é a manutenção de certa ordem social ameaçada pelas mudanças pós-Lei Áurea e pela chegada dos aventos de além-mar. Por isso, esbraveja certa esperança infundada para os de baixo e, caso um deles se insurja, explicita o lado inculto do adversário – a sua trajetória de *burro*. Dessa forma, a vida de esforço indigno e diário do inimigo público é destacada, ao passo que a rotina de espoliação dos sujeitos consumidos pelas máquinas (operários italianos) e pelas dinamites e escombros (cavouqueiros lusitanos e brasileiros) é amenizada na superficialidade discursiva, o que, paradoxalmente, reforça o efeito denunciativo da obra, pois cristaliza no não-dito o descaso dos ricos e/ou nobres para com os labutadores.

Voltando à citação de páginas atrás, dois adjetivos chamam a atenção: *enxuto* e *magnífico* – os quais se referem ao terreno dos fundos do cortiço. Estabelecendo uma pergunta à James Wood, no seu *Como funciona a ficção* – pode-se questionar de quem sejam os adjetivos citados. Assevera-se, quase com certeza, que são próprios ao feitio do narrador. Dificilmente, um homem prático como João Romão utilizaria coloquialmente os vocábulos citados. Talvez qualificasse a extensão do pátio pelo seu aspecto *plano* e *lucrativo*, usando termos mais óbvios e recorrentes na oralidade, mais condizentes com a primeira parte do romance, na qual o lusitano não pensa em reformulação cultural. Com isso, o discurso indireto-livre aparente nessa passagem desequilibra-se. A causa do descompasso advém da rejeição de raciocinar como personagem, de confundir-se com ele. Além disso, essa passagem carrega também uma ironia corrosiva e revoltada, visto que representa dada maneira de

raciocinar do novo rico ignorante. Um intelectual aristocrata dificilmente usaria *enxuto* e, sobretudo, *magnífico* para designar um solo amarelo e barrento, no qual a natureza esculpiu suas vontades erosivas. Um romance, uma tela, um artigo, um ensaio, uma peça, podem ser *enxutos* e *magníficos*, mas dificilmente um terreno baldio num bairro retirado. O enunciador que renuncia a parecença com o empreendedor antecipa e evidencia o disparate e as limitações estéticas e intelectuais dos novos ricos – supostamente – restringidos pela visão prática atrofiada pela realidade. Assim, nessa cena, o ponto de vista é de João Romão, mas os termos qualificantes são próprios do vocabulário de outro estrato social e estão colocados em contexto indevido. Esse desvio enaltece a pretensa ignorância dos insurgentes já abastados, por meio da qual outros ricos talvez fossem identificados. Aliás, um dos medos do estalajadeiro, quando decide se tornar um magnata reconhecido da alta classe, é de falar com o público estranho: “como se arranjar para conversar, sem dizer barbaridades” (AZEVEDO, 2011, p. 131). A educação, o comportamento e o vocabulário decoroso são formas de diminuir os forasteiros socialmente impuros, independentemente de nacionalidade²⁷.

É necessário que o assalariado subsista indignamente conformado a sua condição e camada social, mais ou menos como nos tempos idos e sempre lembrados, nos quais *coisa* era *coisa*, *cidadão* era *cidadão* e a esperança de mudanças individuais era vendida a preços módicos. Nesse tempo, “Antonil não deixa de recomendar ao senhor de engenho que dê [ao escravo] também, no fim da safra, algum *mimo*, “para que a esperança deste limitado prêmio o alente novamente para o trabalho”” (BOSI, 1996, p. 162). No contexto urbano corticeiro, o alento é, agora, também travestido de balizamento ético-moral: *um bom funcionário é um bom cidadão*. Conforme Gladys Sabina Ribeiro menciona: “[Seria cidadão agora] o trabalhador que, com seu esforço e dedicação, galgasse a riqueza e a nobreza de caráter.” (RIBEIRO, 1990, p. 16). Há poucas definições tão vagas sobre as circunstâncias humanas quanto *riqueza e nobreza de caráter*. Esse conceito de parca concretude – bem ao gosto juridiquês – certamente beneficiou interesses e finalidades dos mais diversos – por exemplo, interferindo em condenações e absolvições penais, consoante aponta a historiadora. No entanto, a pujança e a distinção de caráter dos pobres de ofício fixo não tematizam páginas de jornal nem

²⁷ Num momento de indignação por ser enganado numa compra, Aluísio Azevedo condena a zona intermediária enriquecida dos comerciantes e escreve: “não queiram que o parasita ignorante e sem escrúpulo venha colocar-se ao lado do artista de talento, do escritor de espírito, do homem de ciência ou do soldado de honra” (AZEVEDO, 1954, p. 68-69). Ainda, acrescenta, “não! Definitivamente o Brasil poderá ser um país civilizado, enquanto a grande revolução, a verdadeira, a única, não o tomar pelas duas extremidades e sacudi-lo violentamente, até deslocar todas as camadas sociais e obrigá-las a tomar o lugar que lhes compete” (AZEVEDO, 1954, p. 69). Como se percebe, o escritor, com revolta, rebaixa o homem rico pela sua suposta ignorância e defende uma revolução no Brasil que reorganizaria a sociedade nos antigos moldes, nos quais o negociante não tinha visibilidade social.

adquirem muito relevo em romances do século XIX brasileiro. Na maioria das vezes, essas pessoas “diferenciadas” apenas contraem reconhecimento quando abandonam o jeito de ser “correto”. Esse é o caso dos escravos das fazendas analisadas por Antonil e dos inquilinos de João Romão. Segundo examina Alfredo Bosi na obra do jesuíta:

Os escravos são os pés e as mãos dos senhores, e esta figura redutora lhes tira a integridade de atores. São construções verbais passivas e impessoais que Antonil enfileira para descrever o plantio da cana: a terra roça-se (quem a roça?), queima-se (quem o faz?), alimpa-se (quem?). Que a cana não se abafe; que se plantem os olhos da cana em pé, ou que se deite em pedaços; deita-se também inteira, uma junto à outra, ponta com pé; e cobrem-se com terra moderadamente... Dirá a gramática tradicional que em todos esses casos o sujeito é a terra ou a cana; e aqui a razão formal do gramático coincide com a do economista da era mercantil. O objeto exterior ganha foros de sujeito na linguagem de Antonil (BOSI, 1996, p. 165).

A mercadoria e os elementos alheios ao humano laborioso revestem-se de imperiosa consideração por parte do fazendeiro e do escritor. Os sujeitos explorados (também mercadorias) obtêm notoriedade pública e tornam-se assunto jurídico-narrativo principalmente quando fogem ou se discute a sua liberdade²⁸. No caso d’*O Cortiço*, os espoliados urbanos se tornam mote narrativo quando desistem de acreditar no dinheiro adquirido com “empenho”, ou no momento em que são explorados por terceiro não legitimado.

Outra semelhança entre textos e mentalidades de *Cultura e opulência do Brasil* e de *O Cortiço* é o apagamento dos agentes reais das descrições. Essa especificidade no romance intensifica o caráter orgânico da parte inicial, o que pode ser percebido na passagem abaixo:

[A revolta de Miranda] aliás não impediu que as casinhas continuassem a surgir, uma após outra, e fossem logo se enchendo, a estenderem-se unidas por ali a fora, desde a venda até quase ao morro, e depois dobrassem para o lado do Miranda e avançassem sobre o quintal deste, que parecia ameaçado por aquela serpente de pedra e cal. (AZEVEDO, 2011, p. 25)

As casinhas adquirem uma energia de existência como se fossem animadas. Elas começam a se reproduzir como se copulassem e engravidassem do ente geminado e semelhante. A sexualidade pululante no enredo atinge a representação das pequenas construções, as quais se multiplicam da mesma maneira que seus moradores. E elas povoam o terreno vazio e deixam o rastro similar ao da serpente do pecado original – agora

²⁸ *Visões da Liberdade*, de Sidney Chalhoub, é permeado de casos de resistência dos escravos à conjuntura de exploração e de disputas judiciais impetradas no intuito de litigar a soltura de libertos por meio de testamentos.

transfigurada em “pedra e cal” (AZEVEDO, 2011, p. 25). Esse jargão naturalista consome diversos profissionais contratados para edificarem as moradias que se tornam irrelevantes aos anseios narrativos. Enquanto, no outro trecho citado, os labutadores se presentificam a partir da quantidade e, sobretudo, do lucro desfrutado pelo lusitano – nesse último, eles são estrategicamente apagados. O narrador observa de longe as empreitadas na estalagem e apenas enuncia as modificações aparentes ocorridas na paisagem antes exígua e desvalorizada. Ele ocupa o espaço do conselheiro de fazendeiros, o qual se interessa somente pelo produto do consumo da energia do escravo.

A preocupação do enunciador se fixa sobre o germinar do cortiço sem nenhum constrangimento de apagar os indivíduos esgotados pelas atividades da obra. Novamente, bloqueia-se a representação do cotidiano estafante dos indivíduos pobres sem elucubrações de riqueza. E, ao invés de enunciar a conjuntura de espoliação presente no laço hierárquico entre João e os seus empregados, semelhante ao vínculo entre senhor e escravo, a visão paira sobre a atmosfera alterada, pois a finalidade é expor como se inicia a escalada social do proprietário estrangeiro. Ao mesmo tempo, a condição dos trabalhadores espremidos e expurgados por Romão é negligenciada, pois todos os envolvidos são apenas pobretões inofensivos. Nessa primeira parte, importa pouco a denúncia das pessoas esgotadas pela ganância alheia; é imperioso reportar o modo acelerado como o taverneiro acumulou suas finanças num tempo tão diminuto. Como no texto de Antonil, a notoriedade da mercadoria precede a do escravo e adquire maior significação narrativa. Na obra do jesuíta, é percebida como algo digno, porque beneficia os rendimentos de uma camada social quase sem porosidades. Já, n’*O Cortiço*, é condenada com traços de pecado capital, quando passa a servir também aos interesses dos aventureiros de outras bandas. No meio das disputas, os vestígios da brutalidade ambiciosa são varridos para debaixo do tapete do enunciado. Para tanto, as frases passivas se multiplicam tanto em *Cultura e opulência do Brasil*, quanto em *O Cortiço*.

Conforme Alfredo Bosi menciona sobre o texto do século XVIII, “os escravos são os pés e as mãos dos senhores, e esta figura redutora lhes tira a integridade de atores” (BOSI, 1996, p. 165), pois os reduz à condição de artigos de valor inferior. No caso do romance, os anônimos também são encarados como integrantes dos anseios do personagem principal, dos quais ele se desfaz ao longo de todo o romance, limpando-se de obrigações e das pejas de miserável, quando não têm mais função. Por sua vez, esses descartes estão submergidos por ornamentos linguísticos de cunho biológico-evolutivo, os quais pontuam a aparente metamorfose da estalagem e o descaso com o estado dos humildes. No andamento romanesco, esse desmembramento entre o proprietário e o funcionário escravizado ficará evidente

principalmente na morte de Bertoleza. Assim, os subordinados pagos pelo português são tratados em *O Cortiço* como se fossem também *pés e mãos* dominados pela sua cabeça avarenta.

É interessante notar que alguns personagens ganham importância narrativa ao se afastarem do condicionamento direto ao amigo de Bertoleza. A explicação pode estar na certa autonomia que detêm frente aos desígnios do lusitano, uma vez que não são funcionários do português. Todas as lavadeiras, Firmo, Jerônimo abasileirado, Alexandre e os vendedores que circulam pelo pátio são exemplos. Talvez recebam corpo por não labutarem de sol a sol enclausurados na estalagem ou na pedreira. Nesse sentido, a rotina deles é menos constante e mais suscetível a alternâncias desencadeadas por acontecimentos inesperados. Essa jornada inflexível, no entanto, não impede as burlas laborais de Manuel – caixeiro de Romão – e seus encontros amorosos com Florinda, os quais não são descritos. Os operários passam pela mesma circunstância. Também por permanecerem o dia inteiro na fábrica de massa, o cotidiano deles se confunde com os hábitos da indústria – que têm pouca validade para o movimento do romance. Privilegiam-se, então, – com finalidades duvidosas – os homens e mulheres livres que exercem a sua liberdade, pois possuem algum tempo ocioso para praticarem outras atividades. Eles são propícios à narrativa justamente por não estarem engajados com seus empregos, motivo pelo qual também são condenados pela moral e ideologia compartilhadas pelo enunciatador. Desse modo, cobra-se dos indivíduos que trabalhem exatamente para que sumam das vistas da elite bem postada e leitora de jornais. Bem-comportados e satisfeitos com a existência difícil e rotineira, eles não incomodam os beneficiados com a mão de obra excedente. Por isso, os “problemáticos” são os que escapam à configuração original de quieta pobreza.

O ponto de narração é, portanto, o “pátio de quartel” do cortiço. Nele, ouvem-se os barulhos da fábrica “com o seu arfar monótono de máquina a vapor”; as marteladas da pedreira, “donde vinha agora o retinir dos alviões e das picaretas”; os reclames da taverna, “onde gentalha daquelas redondezas ia cair lá, ou então ali ao lado, na casa de pasto, onde os operários das fábricas e os trabalhadores da pedreira se reuniam depois do serviço” (AZEVEDO, 2011, p. 39). Ainda, observa-se dali a chegada dos comerciantes ambulantes. O local fundamental para *O Cortiço* é o ponto de comunhão e divertimento dos moradores de emprego fixo, quando descansam. Por ali, quem lida são as lavadeiras, das quais se tratará no próximo tópico ao se abordar o exercício profissional autônomo. Das funções e agruras das tarefas dos cavouqueiros pouco se descreve, e das peculiaridades operárias, próprias a alguns italianos, nada se sabe. No primeiro caso, o ponto de vista do romance, que acompanha os

personagens principais, segue João e Jerônimo na visita ao monte de pedra no capítulo IV. Desse modo, o marido de Piedade conhece – junto com o leitor – o modo de extração e o cotidiano do lugar. Ao abrir o portão situado entre o pátio e os fundos – surge um espaço apenas sinalizado nos três primeiros capítulos e que perderá força ao longo da história.²⁹ Os homens desaparecidos do miolo da estalagem fervilham na disputa cega com o paredão e “de mulher nem sinal” (AZEVEDO, 2011, p. 56). E, no entanto, apenas se conhece um personagem ao se cruzar a abertura de madeira: Bruno. Isso avigora a ideia de os mineradores e a pedreira não serem muito significativos para o conjunto, pois parecem ser afigurados como propriedade de Romão. São mensurados pela “fecundidade prodigiosa do seu dinheiro” e integrantes do “esforço inquebrantável” do mercenário, tal como eram os escravos das fazendas examinadas por Antonil. Esses aspectos ficam evidentes na passagem em que se lê: “No fim de dois meses já o vendeiro esfregava as mãos contentes e via, radiante, quanto lucrava com a aquisição de Jerônimo; tanto assim que estava disposto a aumentar-lhe o ordenado para conservá-lo em sua companhia”. (AZEVEDO, 2011, p. 62).

O ponto mais expressivo desse fragmento está no uso do vocábulo “aquisição” para especificar o vínculo entre os dois homens livres. O termo é componente do raciocínio financeiro do patrão e da voz narrativa. Se na primeira parte, há um discurso direto: “o vendeiro esfregava as mãos contentes” – na sequência, o “lucrava com a aquisição do Jerônimo” tanto é a consideração direta do narrador, quanto o pensamento do personagem. E essa confusão se dá justamente pelo substantivo em destaque. Desse modo, a palavra aponta para o regozijo de João com a “compra” de Jerônimo, e é partilhada sem restrições por quem relata – pois, também, esse considera as relações de trabalho uma demanda de propriedade. No tempo do decurso narrativo, pessoas são obtidas e alienadas compulsoriamente, e a percepção arraigada à mentalidade desse País perdurará, infelizmente, ainda por muitos anos. Nesse contexto, “aquisição” cristaliza o modelo laboral ao qual estava submetido o assalariado e a maneira como o pacto produtivo é compreendido pelos nobres ou enricados. Dessa maneira, os subordinados são entendidos tais quais fossem utensílios lucrativos com determinados donos. Esse discernimento sofre reveses pela incipiente e relativa liberdade concedida aos empregados no final do século XIX – sobretudo quando se trata dos europeus do Tejo. Por isso – para não ficar sem o profissional especializado e muito rentoso – o patrão decide, até mesmo, lhe oferecer um aumento. Assim, por um lado, reflete-se na linguagem a retomada da realidade do indivíduo-livre-de-ofício-fixo com condições de sobrevivência

²⁹ A pedreira e o trabalho de lá funcionam como composição do cenário para a traição de Leocádia, para a menstruação de Pombinha, para a morte de Agostinho, sempre de forma lateral no eixo da ação e no enredo.

iguais às da vigente escravidão. Por outro, já se antevêm disputas de interesse entre contratado e contratante, nas quais o segundo precisa ceder para conservar sua posse e impor suas vontades. Esse excerto marca, então, com justeza, a passagem da circunstância da mão de obra compulsória à livre, bem como a permanência do ponto de vista dos patrões-senhores.

Esses fatos lançam luz para a pequenez dos personagens dirigidos por João, os quais – como foi mencionado – são enquadrados como não mais do que bens do mercenário em *O Cortiço*. Além disso, ressalta a posição essencial do pátio para o romance. Nele, circulam todo o dia os habitantes que se sustentam longe da fábrica de massa ou vela e da pedreira. Segundo escreve Antonio Candido, “a descrição das relações de trabalho revela um nível mais grave de animalização, que transcende a redução naturalista, pois é a própria redução do homem à condição de besta de carga, explorada para formar o capital dos outros” (CANDIDO, 2004, p. 114). Esse apontamento é de ampla valia para o entendimento do romance de Aluísio Azevedo, sobretudo no capítulo IV, onde se torna evidente o caráter desumano de labor na mineração. A falta de dignidade e a bestialização laboriosas saltam à vista, embora a quase completude dos homens submetidos àquela brutalidade não seja conhecida do leitor – o que intensifica ainda mais as circunstâncias de *redução do homem à condição de besta de carga*. Essa parte do romance concentra de maneira impressionante os argumentos traçados até esse momento. Ali, os homens são puramente motos da fábrica de dinheiro alheio, emparelhados a animais de tração e movidos pelo anseio da sobrevivência. Ao lado do paredão com o qual lutam, vê-se “uma miserável estrebaria, cheia de capim seco e excremento de bestas, com lugar para meia dúzia de animais” (AZEVEDO, 2011, p. 54). As ambiguidades de *bestas* e *animais* da passagem realçar a indignidade da localidade e o choque com aquela realidade bizarra. Enquanto os mineiros furam o paredão sobre andaimes improvisados, o sol lhes torra os miolos. Quando os pedregulhos estão dispostos no chão, outros os recolhem e carregam as charretes com destino desconhecido.

Nesse universo, é possível, inclusive, apreender certa e incipiente partição na prática produtiva com o intuito de acelerá-la. Assim, há o sujeito da picareta, o do picão, o do escopro e o do macete, todos num concerto “de retintim de ferramentas” (AZEVEDO, 2011, p. 54). Nessa passagem, a constituição do indivíduo é substituída pelo utensílio servido na decomposição da rocha, o qual é bem de Romão. Portanto, o sujeito destituído dos instrumentos de labuta não é naquele ambiente, e, ao empunhá-lo, é parte do rol dos domínios do patrão. Naquele meio embrutecido, o funcionário pobre se transfigura num objeto ao comercializar a força de trabalho, submetendo-se a tal situação mortificante devido à inexistência de hipóteses dignas de sustento. A ênfase sobre os instrumentos de fabricação

lhes reforça a inferioridade, uma vez que os esforços físicos e os ofícios manuais são práticas depreciativas para os homens livres, os quais concebiam que o desempenho dessas atividades os perfilaria à posição dos escravos. Assim, tanto João quanto o narrador ocupam a postura do senhor, “que assumia uma atitude mercantil face às pessoas, sobretudo à escravaria, menos gente, a seus olhos, do que instrumentos eficazes ou não, lucrativos ou dispendiosos de negócios” (RIBEIRO, 2010, p. 263). Esse episódio da vista acompanhada aos fundos da taverna é fundamental para o entendimento das relações de produção baseadas no vínculo entre contratado e contratante, as quais se assemelham à antiga aliança desigual e abominável entre proprietário e propriedade humana. Desse modo, como explicita Antonio Candido, a discussão a respeito da animalização humana se assenta num patamar afastado do simples viés estético predeterminado pelo ideário científico e literário.

No entanto, é imperioso refletir igualmente sobre o motivo de cenas da redução do homem à *condição de besta de carga* pelo labor fixo não serem tão frequentes. A maioria das vezes, a bestialização acerca-se do caráter escatológico e sexualizado dos inquilinos, aos quais faltariam bons costumes e moral. Esses traços superdimensionados conexos ao grau de miséria e de violação de direitos insistentes estão apartados em boa parte do livro – cuja composição é feita de um ângulo que não privilegia a combinação consequente do trabalho exploratório e da vida difícil. Por que não se percorrem as fábricas e não se acompanham os dias dos homens amarelos de picaretas ou dos caixeiros? Como fica a história sem esses conhecimentos?

O desinteresse pelo mundo de fora do cortiço – onde o pátio é o marco – talvez advenha da falta inicial de vinculação direta entre a exterioridade e a ascensão social de João Romão – ideia fixa no livro. Desse modo, as fábricas e as mudanças do entorno valem na medida em que fornecem consumidores para a taberna e atraem moradores para o bairro.

A rua lá fora povoava-se de um modo admirável. Construía-se mal, porém muito; surgiam chalés e casinhas da noite para o dia; subiam os aluguéis; as propriedades dobravam de valor. Montara-se uma fábrica de massas italianas e outra de velas, e os trabalhadores passavam de manhã e às Ave-Marias, e a maior parte deles ia comer à casa de pasto que João Romão arranjara aos fundos da sua varanda. (AZEVEDO, 2011, p. 23).

A palavra essencial nessa passagem parece ser “lá”, pois marca a posição do enunciador e seu ponto de referência. Há uma marca espacial que localiza quem conta. Observa-se de dentro e sem muito interesse pelas alterações ocorridas no subúrbio de Botafogo. Por isso, o excerto é permeado por inúmeras indeterminações: quem construía?

Quem eram os arrendatários da localidade? Qual o motivo real dos aumentos? Essas imprecisões amoldam certa oposição dialética entre o universo interno e externo d' *O Cortiço*. O foco é autocentrado no pátio da estalagem, onde acontecem – na quase completude – os acontecimentos mais decisivos do romance, com algumas exceções interessantes³⁰. É o que explica a maior recorrência de cenas a respeito da faina das lavadeiras.

No início do romance, não há maiores implicações narrativas na alusão à presença das fábricas achegadas aos domínios de Romão. No entanto, as afinidades de produção e comércio dele se espraiam em negócios de importação de mercadorias e fornecimento das demais tavernas do bairro, que evidenciam a limitação do enquadramento. O olhar narrativo continua parado entre as casinhas, enquanto os arredores se desenvolvem até atingirem os domínios mensurados pelos bens do amigo de Bertoleza. As posses e a riqueza do mercenário também se irradiam a ponto de tocar outros empreendimentos da região. “João Romão fizera-se o fornecedor de todas as tabernas e armarinhos de Botafogo; o pequeno comércio sortia-se lá para vender a retalho” (AZEVEDO, 2011, p. 254), ou seja, o entorno da *Avenida São Romão* também se desenvolve, embora essa transformação esteja obscurecida e constrangida pelo ponto de vista imóvel da obra. Enquanto a finalidade é relatar os acontecimentos das noventa habitações, da bodega e do sobrado de elite-de-calcular-nos-dedos, o ângulo se satisfaz. Sente-se a necessidade de conhecer mais a pedreira e os cavouqueiros ou o fabricante de massas e seus operários, porém as ocorrências nesses ambientes raramente influem no cotidiano dos personagens conhecidos. O ponto de visão se torna cada vez mais míope quando as duas opostas habitações ganham a companhia da cercania em crescimento – a qual, por sua vez, talvez sofra com as especulações imobiliárias no centro da cidade do Rio de Janeiro e da nascente mobilidade urbana da época. “O crescimento da cidade para novas áreas tornou-se factível a partir dos anos 1870 devido à expansão das linhas de bonde. Pouco a pouco, fazendas e chácaras nos subúrbios foram sendo compradas e loteadas, numa conjunção de interesses entre empresários da área de transportes e agentes do capital imobiliário” (CHALHOUB, 1996, p. 52). O que explica a chegada dos novos inquilinos quase no final da história, os quais representam a gênese de uma classe média baixa. Entre os habitantes, há funcionário do correio, contínuos de repartições públicas, condutores de bonde, estudantes

³⁰ Os episódios ocorridos longe do pátio são momentos privados: uma traição, a primeira menstruação, os quais serão enunciados aos brados no local de encontro dos moradores; são atitudes condenáveis, como o assassinato por vingança de Firmo, ou demandas legais, como comparecer a uma delegacia após a briga com dois feridos. Nesse sentido, irremediavelmente, esses instantes são ensejados ou compartilhados entre os muros da estalagem, ressaltando o viés coletivo do livro. Há, ainda, a visita de João Romão à Rua do Ouvidor, na qual é acompanhado pela família de Miranda. Assim, enquanto os inquilinos labutam duro no cortiço, o proprietário desfila suas roupas novas na glamourizada rua, o que sinaliza o seu distanciamento social e financeiro do contexto desgastante de produção.

pobres, artistas de teatro, caixeiros de botequim e vendedores de bilhetes de loteria (AZEVEDO, 2011, p. 235). Na casa de pasto, não é diferente:

E ali ia de tudo: o alto e o baixo negociante; capitalistas adulados e mercadores falidos; corretores de praça, zangões, cambistas; empregados públicos, que passavam procuração contra o seu ordenado; empresários de teatro e fundadores de jornais, em apuros de dinheiro; viúvas, que negociavam o seu montepio; estudantes, que iam receber a sua mesada; e capatazes de vários grupos de trabalhadores pagos pela casa; e, destacando-se de todos, pela quantidade, os advogados e a gente miúda do foro. (AZEVEDO, 2011, p. 255).

Os clientes são atraídos pelo conforto dos alojamentos reformulados, mas apenas estão ali por modificações estruturais ocorridas também no ambiente citadino que possibilitam o deslocamento deles até aqueles lugares. Assim, a zona retirada – na qual Miranda decide criar a filha supostamente pelos ares mais limpos – é tomada pelo frege e pela circulação de pessoas. Com essas relativas possibilidades de locomoção, é consequência esperada o aparecimento de interessados em locar moradias. Eles procuram o abrigo mais próximo aos postos de emprego e aos meios de transporte. E – nesses pontos – o *Carapicus* já era privilegiado antes mesmo dos câmbios nos seus arredores. Sem esses apontamentos, obscurecidos na narrativa, o surgimento dessa classe média pobre parece fruto de geração espontânea, abocanhada pela “feroz engrenagem daquela máquina terrível, que nunca parava, ia já lançando os dentes a uma nova camada social que, pouco a pouco, se deixaria arrastar inteira lá para dentro” (AZEVEDO, 2011, p. 234). A impressão é de que as mudanças decorrem completamente da modernização imposta pelo inimigo número um. Para acompanhar a correlação existente entre a passagem do caráter provinciano e *orgânico* do cortiço e do bairro à feição urbana e *dirigida* de ambos, o foco necessitaria de afastamento para configurar a completude do problema e das mudanças, o que não é o caso. Embora a percepção se mantenha na altura do olhar e enclausurada entre os muros do cortiço-avenida, a reformulação da arquitetura das habitações e do boteco aponta que esta é resultante também da atualização em curso no entorno – a qual igualmente alegoriza. O leitor e o narrador necessitariam percorrer outros espaços para além do terreno onde brotam as casinhas do lusitano para terem consciência do imbricamento entre os acontecimentos externos e internos. Todavia, a falibilidade e a visão restrita³¹ são representativas da inteligência atrelada à antiga condição de minimundo de *O Cortiço* – o qual tencionava apenas sobrado e cortiço (casa-grande e senzala).

³¹ Outros exemplos de narrativas de percepção enclausurada na Literatura Brasileira são *O Homem*, de Aluísio Azevedo, *O Ateneu*, de Raul Pompéia, e *Suor*, de Jorge Amado.

Essa transição entre o *Carapicus* e a *Avenida São Romão*, aliás, é um forte indício crítico contra a modernização conservadora do Rio de Janeiro pré e pós-abolição. Entre o *cortiço-senzala* e o *cortiço-avenida*, ocorre, portanto, a dispersão e a morte de diversos conhecidos da parte inicial, os quais são substituídos por locatários externos, mais livres e detentores, na ampla maioria, de atividades formais menos estafantes. Após a reconversão interna, os quartos desocupados e construídos recentemente são preenchidos pelos atuais transeuntes do subúrbio de Botafogo. Dessa feita, são poucos os inquilinos antigos que sustentam as elevações na cota de aluguel e se mantêm vivos. E, dos personagens identificados e moradores do lugar na primeira parte, apenas nove chegam ao final da narrativa.

Quadro 1 - Destino dos personagens d' *o cortiço*

MORTOS (7) ³²	Agostinho, Bertoleza, Delporto e Pompeo, Firmo, Libório, Paula.
DESPEJADOS (1)	Marciana
MUDANÇAS (6)	Dona Isabel, Jerônimo, Piedade de Jesus, Pombinha, Rita Baiana, Senhorinha.
PERMANÊNCIAS (9)	Albino, Alexandre, Ana das Dores, Augusta Carne-Mole, Bruno, Florinda, Leandra “machona”, Leocádia, Neném.

Fonte: o autor (2014)

Os problemas e as transformações se ampliam a tal ponto, que a antiga forma de enquadrá-las fica pequena; a paisagem se alarga mais que a moldura. A percepção plantada não consegue abranger a totalidade das “mutações” ocorridas dentro do cortiço, pois os fatos relevantes para o seu crescimento transbordam o quadrante. Por exemplo, o incêndio empreendido por Paula é importante para a efetivação da “metamorfose” da propriedade. No entanto, ela só é possível com a quantia do seguro bancário feito pelo vendeiro. E a queima não seria possível se não fossem os conflitos ensejados no pátio e a resposta quase imediata dos policiais que tentam invadi-lo. O suicídio de Bertoleza é fundamental para denunciar o escravismo no Brasil, porém perderia força se também não se apresentasse a ignorância do grupo abolicionista, que desconhece a real situação da quitandeira nas mãos de seu chefe. Desse modo, a suposta liberdade dela é discernida pelos de fora como avanço e, pelo leitor, como abjeto embuste – dissonância própria à História do País perpetrada de aparências.

³² No incêndio em que morrem Libório e Paula, também falece uma filha de Augusta e de Alexandre, porém essa menina não tem destaque da no romance até este trágico incidente.

Nesse mundo urbanizado no qual se modela *O Cortiço*, os vínculos trabalhistas, comerciais e de inquilinato prefiguram-se mais abstratos. No começo, sabia-se das relações negociais de João, feitas pessoalmente. Era acordado diariamente pela Bertoleza para “ir buscar o peixe, que ela tinha de preparar para os seus fregueses” (AZEVEDO, 2011, p. 129) e, a certa altura, adquiria o “vinho aos quintos nas casas de atacado” (AZEVEDO, 2011, p. 16). Mas já, no início, a remessa da bebida de gosto português é feita diretamente da Europa. E, no fim, de comprador de gêneros, o vendeiro faz-se “o fornecedor de todas as tabernas e armazinhos de Botafogo” (AZEVEDO, 2011, p. 16). Numa imagem, se ele decidisse, agora, aumentar os lucros encarecendo seus mantimentos, esse fato não afetaria mais somente os habitantes de sua estalagem, mas uma rede de pessoas de diversas freguesias que dependessem dos bens revendidos. O roubo localizado e presentificado na balança ou na medida se torna amplo e de difícil identificação.

Esse alheamento das alianças comerciais também se presentifica no mercado de trabalho constituído de patrões e empregados. Ao longo do romance, há a passagem da exploração avizinhada própria à época para a gradativa ausência do vulto do empregador com o advento dos moradores novos e com as rotinas nobres de João Romão. Eles, em grande parte, servem em outros lugares e exercem, na maioria, serviços burocráticos. São indiretamente sugados pelo capitalista lusitano e possuem contratos de profissionais menos informais, nos quais os superiores hierárquicos podem ser – até mesmo – desconhecidos deles, e, certamente, são do leitor – pois essas atividades se cumprem além do cortiço. Esse distanciamento é característico da maneira de o narrador se relacionar com esses funcionários. Não se sabe origem étnica e racial deles ou os motivos de estarem ali: trocaram de serviço? Separam-se? Foram demitidos ou despejados? O cotidiano retilíneo desses burocratas tais quais os quebradores de pedra, os caixeiros ou os proletários italianos não contribui narrativamente. No fundo, as suas histórias não fornecem lances importantes para o romance, porque a vida pública e privada deles não se erige dentro dos limites do pátio, o qual “serves as the social centre of the tenement” (SÁ, 2010, p. 197).

Para o final da obra, surge um mercado de trabalho com irradiações menos localizadas, pois há ligações mais proficientes entre outros pontos da cidade do Rio e Botafogo. Não se fala mais de um sobrado e um cortiço perdidos no meio do nada, mas de um lugar em que pessoas circulam, compram e trabalham mais autonomamente e de parte considerável de pessoas submetidas a João Romão pelo aluguel, não pelo trabalho. Passa-se do anonimato da submissão própria aos ganhos diretos com o esforço braçal do pobre sem opções – o qual ergue a estalagem – para a condição de labutador desconhecido

aparentemente livre. Assim, embora haja uma relação direta entre os empreendimentos do capitalista e as condições econômicas da região, ela é narrada de maneira oblíqua – o que fica evidente ao se analisarem os tipos de ofícios e suas dimensões na história. Desse modo, percebe-se que os postos de afazeres remunerados e cindidos pela dualidade patrão e empregado são preenchidos na maioria dos casos por homens – com a exceção importante de Bertoleza, a qual está submetida às vontades do superior e, ao mesmo tempo, possui um laço produtivo e afetivo com ele. É explícita, ainda, a existência de um perfil escravista de suplantação do subalterno por meio de irrisórios ganhos e pelo descaso do Estado com a sua sorte e com a sua falta de cidadania, o que compõe a sua trajetória de infelicidade e insegurança. A essa instância de labor coexistem o enriquecimento alheio e o rechaço à marginalidade desses indivíduos de lidas braçais. Quanto mais indignas forem as atividades, tanto menos serão remuneradas e, por consequência, mais os indivíduos que as desempenham estarão suscetíveis aos expurgos. Essa herança escravocrata e a modernização seletiva do Brasil do final do século XIX se combinam nas instâncias formativas da *Avenida São Romão*. Dessa feita, os caixeiros, os quais dividem espaço com Romão, são separados no arranjo “complicado de primeiros, segundos e terceiros caixeiros, além do guarda-livros, do comprador, do despachante e do caixa” (AZEVEDO, 2011, p. 254), e a pedreira, importante fonte primitiva de riqueza, perde valimento diante dos quatrocentos quartos locados à camada intermediária, a qual pode arcar com as novas despesas. Ambos, no entanto, têm um cotidiano pouco narrativo, seja porque são percebidos como mercadorias de idêntica rotina, seja porque se ausentam do eixo narrativo do livro, o qual privilegia o lugar onde se combinam vida profissional e íntima.

3.2 DAS MULHERES LIVRES AOS AMBULANTES: A INFORMALIDADE E A AUTONOMIA

O sol timidamente nasce, e os homens do cortiço de Botafogo já saem para o desempenho de suas atividades nos arredores das locadas habitações. No córrego, as esposas e vizinhas se preparam para principiar a limpeza das roupas angariadas em diferentes bairros do Rio. E, na companhia dessas trabalhadoras, o ponto de vista e o leitor permanecem. “Agora, no lugar das bicas apinhavam-se latas de todos os feitios, sobressaindo as de querosene com um braço de madeira em cima; sentia-se o trapejar da água caindo na folha” (AZEVEDO, 2011, p. 39). Competindo em intensidade com as modinhas brasileiras e os fados portugueses,

os pregões do homem das sardinhas e dos mascates ressoam no pátio emoldurado e enchem a manhã.

Os reclames, anunciantes das andanças desses vendedores independentes e próprios às ruas, incorporam-se ao movimento coletivo do começo do dia. E, embora os seus locutores sejam anônimos tais quais os cavouqueiros e os caixeiros, esses comerciantes se individualizam do conjunto pelo seu “modo especial de apregoar” (AZEVEDO, 2011, p. 39) – o qual “imprime traços [...] de uma vida concreta, particular, no anúncio ouvido coletivamente pela multidão” (GARCIA, 2012, p. 33). E, por isso, chama a atenção no burburinho “o homem das sardinhas, com as cestas do peixe dependuradas, à moda de balança, de um pau que ele trazia ao ombro” (AZEVEDO, 2011, p. 39). No entanto, pelo caráter diligente do ofício do ambulante, ele desaparece ao regressar à rua na procura de outros clientes e o seu clamor abranda. Distintiva também é a música das lavadeiras, a qual aponta as origens e a base cultural delas. Portanto, diferente dos ruídos impessoais advindos da mineração e das fábricas, as canções personificam os trabalhadores que as empregam com finalidades utilitárias – seja para clamar atenção para a mercadoria vendida, seja para cadenciar o ritmo da lavagem – pois também carregam circunscrições subjetivas.

Essas musicalidades apontam, assim, para as presenças efêmeras e os modos de subsistência disponíveis no pátio da estalagem. Eles se atrelam à especificidade da conjuntura social do lugar, o qual une o âmbito doméstico e público por meio de pequenas relações econômicas interpessoais. Consequentemente, as funções comerciais se coadunam às residenciais assim como as vozes se confundem e invadem os domicílios de janelas e portas abertas.

A configuração do trabalho no romance mimetiza, então, as oportunidades de remuneração para além do mercado formal. Contrastando com o aumento da população, a deficiente absorção da mão de obra torna dificultosa a concorrência das mulheres. Além disso, “a existência de preconceitos [...] restringia muito as ocupações que podiam ser desempenhadas por [elas]” (ENGEL, 1989, p. 25). Com isso, o emprego das mulheres livres é limitado na esfera da atividade assalariada. O que fica evidente nos dados arrolados por Eulália Maria Lahmeyer Lobo. Em 1870, segundo a pesquisadora, das 80.717 pessoas relacionadas na categoria de “sem profissão conhecida”, “45.719 eram mulheres – 40.187 livres e 5.532 escravas – ou seja, 56,64%” (LOBO, 1976 apud ENGEL, 1989, p. 25). Assim:

Não restavam à mulher livre e pobre ou mesmo à escrava de ganho, muitas alternativas, além do serviço doméstico, do pequeno comércio – quitadeiras, vendedoras de quitutes etc. – do artesanato – costureiras, por exemplo – e outras

atividades como lavadeiras, cartomantes, feitiçeras, cortistas, dançarinas, cantoras, atrizes e prostitutas – quase todas, ocupações profundamente depreciadas na sociedade da época (ENGEL, 1989, p. 25).

Diante desse quadro, as personagens pobres d’*O Cortiço* e as suas profissões retratam as possibilidades de emprego feminino naquela sociedade. A título de exemplo, citaremos algumas delas. Pombinha, inicialmente dançarina de bailes, ganha “dois mil-réis por noite, nas terças, nas quintas e nos sábados” (AZEVEDO, 2011, p. 123), ensinando caixeiros. Rita Baiana, Augusta Carne-Mole, Machona, Marciana, entre outras, são lavadeiras. Paula, a Bruxa, é lavadeira, cartomante, curandeira e cortista. Léonie, Pombinha, futuramente, Senhorinha e Juju são/serão prostitutas. Nessa conjuntura, a realidade profissional comum as aproxima e reforça os laços de companheirismo afetivo e laboral. Desse modo, o fortalecimento das vinculações pessoais pela similaridade no desempenho de ofício é exclusivo das lavadeiras e das prostitutas.

Como se abordará o contexto social e de trabalho das meretrizes no próximo capítulo, o cotidiano e as relações das lavadeiras serão enfocados com mais vagar nesse momento. Essa bipartição é própria ao enredo, no qual as prostitutas estão separadas economicamente entre o centro do cortiço e o da cidade. O que permanece semelhante entre elas é o sustento adquirido por meio das ocupações autônomas que desempenham. Nesse sentido, não possuem empregadores e não estão submetidas ao mesmo processo de exploração de Bertoleza e dos homens de labor fixo – o que enseja o preconceito e o menosprezo pelos seus papéis na sociedade. Elas e os clientes se ligam por meio de uma circunstância de freguesia. Precisamente no caso das madames, há um relacionamento de subordinação invertida, no qual a escolha pela prostituição de luxo é uma maneira de dominar o subjugante.

Diferentemente dos homens contratados por João Romão, as lidadoras do riacho são independentes; arrecadam afazeres pela cidade (roupas) e ganham por serviços e produção. Adquirem o necessário para subsistência e, eventualmente, para algum festejo. Por não estarem a serviço de um chefe, por vezes, são relapsas com as encomendas. Simpatizante de pândegas, Rita Baiana se ausenta por dias do cortiço “sem dar conta da roupa que lhe entregaram” e, como censura Augusta, “assim há de ficar sem um freguês” (AZEVEDO, 2011, p. 53). A atitude dela é sintomática da relativa liberdade das lavadeiras. Dessa feita, a mulata se dedica às tarefas apenas o suficiente para não perder os fregueses, a fim de saldar o aluguel e festejar com o minguado lucro.

Por essa particularidade, Rita e suas companheiras não são expropriadas como se fossem escravas, sujeitas à imposição e à vigilância laboriosa. Antes são marginalizadas pelos

ganhos diminutos com seus ofícios, pouco recompensados devido ao estigma de serem encargos braçais e prolongamento de trabalhos domésticos encarados como próprios aos escravizados. Logo, a espoliação da qual padecem transpõe os limiares geográficos compreendidos pelo romance. Ela é sustentada pela desigualdade social que restringe as oportunidades de emprego e que rebaixa as atividades femininas, as quais são subvalorizadas por fregueses com quem não convivem. No caso delas, não parece existir uma realidade exemplar à do mundo dual escravocrata, no qual se personifica o explorador que submete e supervisiona o labor. O que há é uma iniquidade sobrevinda da falta de reconhecimento social do serviço que prestam – inerente à realidade nacional.

A mentalidade do mundo agrário e escravista interfere nas receitas financeiras delas, pois historicamente deprecia os afazeres manuais. Entretanto, não descreve a informalidade e a abrangência dos aspectos envolvidos na penúria dessas mulheres. Como já se referiu, essa razão pressupõe o emprego imposto pela força física ou ditames legais, bem como certo nível de compromisso constante entre as partes, embora se saiba que esse *compromisso* é sempre vilmente desigual. Esse *modus operandi* se aproxima do convívio e da submissão por que passa o Jerônimo não abasileirado, no campo e na cidade. No entanto, condiz pouco com a realidade das lavadeiras, caso se analise como são subjugadas. Em outro contexto, surge outra forma de exploração. Por isso, Romão não as consome “direta e predatoriamente por meio do trabalho muscular” (CANDIDO, 2004, p. 127). Ele se prevalece da “renda imobiliária arrancada do pobre” (CANDIDO, 2004, p. 127) e da quantia do empréstimo das tinas. Mais abstrato que a sujeição escravocrata, esse abuso não se vincula diretamente aos ganhos com o trabalho excedente do empregado, mas à cobrança de uma dívida criada entre pessoas livres. Os lucros não advêm do excedente da produção, mas do endividamento.

A ocupação das inquilinas ou por onde elas andem pouco importam ao dono mesquinho do cortiço, uma vez que cumpram com seus débitos. Rita Baiana é um exemplo disso. Como se citou, ela se ausenta com frequência da estalagem. No entanto, o capitalista não se questiona sobre o paradeiro da lavadeira, contanto que quite o aluguel da casa. Desse modo, uma das primeiras cenas da narrativa é justamente a volta da mulata, que retorna “depois de uma ausência de meses, durante a qual só dera notícias suas nas ocasiões de pagar o aluguel do cômodo” (AZEVEDO, 2011, p. 74). Novamente, percebe-se a coexistência de reminiscências do contexto de submissão brutal e do controle dos indivíduos (rural/escravista) que se abrem agora para questões mais abstratas, como a relação de inquilinato, de endividamento e o trabalho autônomo depreciado. O liame econômico entre a clientela e as

trabalhadoras se aparta de tal forma que as roupas estendidas no cortiço são os únicos vestígios palpáveis dele – conforme escreve Lúcia Sá:

Thus the clothes of the best families in Rio were hung out to dry in the public spaces of the tenement, erasing not only the limits between the private and the public, but more specifically, between the private of the richer and the public of the working class (SÁ, 2010, p. 199).

Aqui, o confinamento do ponto de vista – o qual reproduz o cotidiano factível naquelas habitações – deixa marcas novamente da descontinuidade entre interior e exterior. No entanto, essa fratura não divide a vida pública (laboral) e particular (íntima) das mulheres, pois a estrutura da estalagem de portas e janelas voltadas para o largo, onde calha o riacho, favorece o intercâmbio entre acontecimentos e tarefas caseiros e a rotina funcional, o que se vê na briga entre Leocádia e Bruno. O marido traído, ao arremessar os pertences da esposa para fora, acerta as roupas penduradas de Marciana, que “queixava-se de que lhe respingaram querosene na roupa estendida ao sol” (AZEVEDO, 2011, p. 99). No momento seguinte, “um saco de café, cheio de borra, deu duas voltas no ar e espalhou o seu conteúdo, pintalgando de pontos negros os coradouros” (AZEVEDO, 2011, p. 99). E a desavença particular compromete o serviço de quem nem estava envolvido na confusão, pois o espaço de comunhão e ponto de convergência das casas é onde se *lava a roupa suja* nos dois sentidos conhecidos.

The washing tubs also establish a relationship between the public space of the patio and the private space of the house. Ironically, washing laundry is a definition of the private, as in the expression ‘don’t wash dirty linen in public’, a recommendation that cannot be taken literally in [that] society [...] (SÁ, 2010, p. 199)

Essa indissociável proximidade entre o ambiente comunitário e o privado – bem como a participação às companheiras dos dilemas pessoais – reforça, porém, a amizade entre as labutadoras do córrego. Por isso, quando Leocádia é escorraçada pelo ferreiro, Rita intercede pela amiga e “arvora [sic] em protetora” (AZEVEDO, 2011, p. 107). Soluciona o desabrigo e o desemprego da conhecida ao aboletá-la na “casa de umas engomadeiras do Catete, muito suas camaradas” (AZEVEDO, 2011, p. 107). O estreitamento afetivo decorre do coleguismo e do grau de vulnerabilidade compartilhado pelas mulheres. A portuguesa separada certamente penaria para encontrar nova moradia e outro posto de trabalho; a brasileira parece reconhecer essa situação e não se furta de ajudá-la. Nem a diferença de nacionalidade e de raça – que, no universo masculino, é impeditivo grave de aliança – embaraça a intercessão da dançarina. A

índole apaziguadora da baiana mais a demanda intrincada da vizinha não lhe frustram o movimento, o qual descreve uma rede de camaradagem ocupacional que escapa ao subúrbio de Botafogo.

Em *O Cortiço*, o número dessas profissionais é tamanho que, por vezes, é representado por meio de enunciados coletivos à semelhança do coro teatral. Esse unísono registra discursivamente o viés corporativo delas, e o anonimato enunciativo é a expressão do seu tom coletivo e engajado, parecem concordar nas suas posições e dizeres. Essa feição harmônica advém, da mesma forma, da dificuldade de identificação de alguma voz dissonante no conjunto de trabalhadoras comprimidas naquela pequena localidade. Na briga entre o casal, da qual também são vítimas, o alvoroço sobe e:

Fez-se logo um alarido entre as lavadeiras. “Aquilo não tinha jeito, que diabo! Armavam lá as suas turras e os outros é que haviam de aturar?!... Sebo! que os mais não estavam dispostos a suportar as fúrias de cada um! Quem parira Mateus que o embalasse! Se agora, todas as vezes que a Leocádia se fosse espojar no capinzal, o bruto do marido tinha de sujar daquele modo o trabalho da gente, ninguém mais poderia ganhar ali a sua vida! Que espiga!” (AZEVEDO, 2011, p. 99).

No excerto, o narrador baliza o discurso direto com aspas para não confundir suas palavras escritas com as orais das aborrecidas. Consequentemente, registra os vocábulos populares “sebo” e “espiga”, os quais caracterizam a maneira de expressão e a ira daquelas mulheres. No entanto, os termos que as unificam, com mais ênfase, são “os outros”, “os mais”, “da gente”. Neles, a voz comunitária proclama a insatisfação recíproca com os rompantes de fúria do casal. É um protesto de consenso em que se defende o direito de trabalhar sem contratempos; o que é dificultado pela arquitetura e pelo lugar de labor no cortiço. Essa sobreposição conflitante do âmbito privado e compartilhado é recuperada justamente ao se privilegiar o pátio como espaço narrativo. O que fica latente quando se representar o dia a dia das mulheres, pois – mesmo labutando – se mantêm próximas aos acontecimentos domésticos, próprios e alheios. Nos dias de semana, os escândalos (a traição de Leocádia, a visita de Leónie, a gravidez de Florinda, a briga de Rita e Piedade) atrapalham a rotina dividida. Essa particularidade laboral afeta o registro da fala – na qual a postura corporativa se presentifica.

Os domingos e as festas também são essenciais pelo aspecto coletivo e confuso. No fim da semana, os homens estão livres e convivem com os eventos da estalagem junto às mulheres cujas tinas repousam. Nos festejos de descanso, os episódios particulares se vinculam às celebrações. Novamente se depara com a afinidade das mulheres que trocam

pratos de comida em contraste com a competitividade dos homens que irão brigar pela amada. A casa aparece, então, como a paragem a partir da qual a alegria cresce. Ela incomoda o vizinho ilustre ao ocupar o pátio. Nele, ela enfraquece quando se torna o rebuliço de navalha e pau e há a resposta das mocas ordeiras de fora. A diferença pessoal reparte os moradores, os quais assumem a dor do branco ou do negro por razões nacionais. No entanto, no outro dia, as mulheres voltam a conversar cordialmente diante das águas correntes.

O engajamento entre as lavadeiras ocorre também ao se descobrir a gravidez de Florinda. Ao se cientificar da “desgraça”, o *mulherio em massa* se dirige para a taverna de Romão para cobrar o reparo daquela lástima. Lá a irresignação de Domingos para o casamento produz “o efeito de um grito de guerra entre as lavadeiras, que se reuniram de novo, agitadas por uma grande indignação” (AZEVEDO, 2011, p. 113). Na figura da filha de Marciana, elas defendem claramente o porvir das jovens pobres, as quais – naquela sociedade machista – são denegridas por serem “impuras” ou mães solteiras. Por isso, a mais “indignada com o fato era a Dona Isabel” (AZEVEDO, 2011, p. 113), que protegia a castidade da filha para somente entregá-la na certeza do casamento redentor. Essa questão da virgindade feminina é também amplamente discutida em *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto. A história gira em torno das conquistas de Cassi Jones de Azevedo, rapaz de classe média que corteja as garotas pobres de Jacarepaguá e as abandona tão logo durma algumas noites com elas. A certeza de impunidade pela fragilidade social das vítimas e pelo acobertamento de sua mãe o incentiva a continuar. E Clara dos Anjos, filha de um funcionário do correio e de uma dona de casa, entra na lista de suas vítimas. Por fim, tal qual no exemplo de Florinda e Domingos, Cassi foge para São Paulo e Clara termina solteira e grávida. Nesse sentido, o grupo de trabalhadoras d’*O Cortiço* exige a responsabilidade do caixeiro para Florinda não ficar desamparada.

A comoção se fundamenta também na importância moral da castidade, aspecto que tornava crime “deflorar mulher virgem, menor de dezasete annos”, cujo casamento redimia a pena “de desterro para fóra da comarca, em que residir a deflorada, por um a tres annos, e de dotar a esta”, conforme o art. 219, do Código Penal do Império do Brasil de 1830. Porém, a necessidade de advogado para encaminhar a denúncia e o processo restringe as possibilidades de condenação e de recompensa pela mácula, pois os honorários do defensor são encargos pesados para labutadoras que recebem pouquíssimo. Desse modo, Marciana e a filha...

[...] passaram todo esse sábado na rua, numa roda-viva, da secretaria e das estações de polícia para o escritório de advogados que, um por um, lhes perguntavam de quanto dispunham para gastar com o processo, despachando-as, sem mais

considerações, logo que se inteiravam da escassez de recursos de ambas as partes. (AZEVEDO, 2011, p. 124).

A mãe da menina talvez esteja, no entanto, mais preocupada com a retratação material que acolhe a jovem do abandono, do que com a contrapartida simbólica para a “castidade”. O instituto do matrimônio entre os populares d’*O Cortiço* tem diminuto significado na aparência social postulada às mulheres, tanto que inúmeras são solteiras e separadas sem perturbação ou preconceitos. Nem o narrador condena os divórcios delas e não desqualifica, por exemplo, a das Dores por “largar o marido para meter-se com um homem do comércio; e que este, retirando-se para a terra e não querendo soltá-la ao desamparo, deixara o sócio em seu lugar” (AZEVEDO, 2011, p. 40). Nesse sentido, o episódio de Florinda acentua a fragilidade assistencial das famílias pobres com filhas grávidas e solteiras. E, valendo-se dessa debilidade, João Romão consegue dispersar a revolta com a promessa de dotar a desvirginada, o que cumpre. Por fim, irritado com as ameaças de Marciana, coloca-a na rua.

Nesse instante, Paula se solidariza do infortúnio da vizinha e amaluca de vez. O marco para as duas tentativas de incendiar a propriedade de Romão é o despejo da inquilina. A velha é “a única deveras impressionada com a [prisão da amiga]” e com a recolha de seus “cacarús ao depósito público por ordem do inspetor público” após permanecer diante da taverna (AZEVEDO, 2011, p. 136). Consequentemente, passa a tentar se vingar do *luso-monarca* por meio das iniciativas de prender fogo às casinhas. E, feliz, consegue. “Ela ria-se, ébria de satisfação, sem sentir as queimaduras e as feridas, vitoriosa no meio daquela orgia de fogo, com que ultimamente vivia a sonhar em segredo [...]” (AZEVEDO, 2011, p. 136).

A ausência de concorrência entre as trabalhadoras da estalagem é outro fator esclarecedor do pacto de confiança e de colaboração mútuos. Um funcionário da pedreira, ao contrário, necessita demonstrar serviço e disputa em produtividade com o companheiro, a fim de o seu esforço ser reconhecido para não ser dispensado. A figura do supervisor e a ameaça do desemprego acirram a rivalidade, a qual pode assumir contornos de preconceito racial ou incentivar a denuncia da inabilidade alheia, no intuito de ocupar o cargo do concorrente. Jerônimo age dessa maneira quando ambiciona se empregar. Ele aponta vários supostos defeitos no processo de extração dos paralelepípedos e lajedos e se propagandeia como solução para aquelas falhas. Nas palavras do cavouqueiro luso, “sempre o mesmo serviço malfeito e mal dirigido!... [...] melhor seria tomar dois bons trabalhadores de cinquenta, que fazem o dobro do que fazem aqueles monos e que podem servir para outras coisas! Parece que nunca trabalharam! Olhe, é já a terceira vez que aquele que ali está deixa cair o escopro!”

(AZEVEDO, 2011, p. 57-58). Claro que o patrão ávido de lucros rápidos lhe dá ouvidos. Dessa contenda empregatícia, brota a rivalidade quase inexistente no cotidiano das lavadeiras. O reconhecimento de semelhanças particulares e laborais, além da liberdade das mulheres, constituem, então, os acordos comunitários e a concórdia em meio a conflitos averiguáveis no mercado de trabalho masculino.

A confiança e o vínculo de amizade são tamanhos que Piedade chega a substituir Leocádia no serviço para que a amiga possa ir aos encontros no capinzal. Não há nenhum receio de delação, e a troca de favores parece corrente. Portanto, quando o doente Jerônimo interroga se a esposa não cuidaria do serviço, ela diz: “não te dê isso cuidado! Não parou o trabalho! Pedi à Leocádia que me esfregasse a roupa. Ela hoje tinha pouco que fazer e... [...] Ora! Não há três dias que fiz outro tanto por ela... E demais, não foi que tivesse o homem doente, era a calaçaria do capinzal!” (AZEVEDO, 2011, p. 90-91). Nessa parte do romance, o leitor desconhece ainda as andanças da esposa de Bruno pelos fundos, o que ficará evidente na cena seguinte à da convalescença do cavouqueiro, ou seja, as traições são frequentes antes mesmo de as descobrirem o marido e o leitor. No entanto, são, assim, mantidas em sigilo pela parceira de tina, a qual assume os encargos da lida para que a outra saia. Essa troca e o segredo distinguem a união delas e a burla da vigilância patriarcal (do esposo e, por que não, do narrador).

Leocádia não se restringe a praticar os seus anseios, porque não depende do marido financeiramente. E a hipótese de engravidar de um amante – dada a hipotética infertilidade do marido – lhe sinaliza a probabilidade de virar ama-de-leite na cidade. Ela tinha notícia de ganhos de setenta mil-réis com esse emprego. Esse possível serviço aponta para outra maneira de subsistência feminina autônoma e presentifica a mentalidade e as práticas escravistas vigentes nos hábitos da sociedade urbana do final do século XIX. Como se julgava a amamentação uma prática enfadonha e havia (há) o uso de cativas nela, fica qualificada depreciativamente. Logo, costuma-se – na falta das labutadoras compulsórias – proceder à contratação de grávidas pobres para desempenhá-la.

A ex-mulher do ferreiro privilegia a independência econômica em detrimento do relacionamento que não tem contorno muito afetivo. Desse modo, ao invés de implorar para permanecer junto ao antigo companheiro, é ele quem lhe pede o retorno. Ela apenas regressa compelida pelo carinhoso pedido e para auxiliar no cuidado dos ferimentos do ex-marido, o qual havia se acidentado no episódio da queima do cortiço. Portanto, o seu retorno não se vincula a possíveis dificuldades financeiras ocorridas na sua ausência. A passagem da antiga agressividade ao atual arrependimento lacrimoso decorre da impossibilidade de Bruno

conduzir a vida conjugal e o destino da companheira, o que se exigia do homem naquela sociedade. Enquanto no sobrado é necessário manter as aparências para que a sociedade não descubra os desvios morais, e o divórcio é impossibilitado, no cortiço, a mulher ganha a rua em busca de sobrevivência livre. O mesmo ocorre na relação entre Firmo e Rita Baiana e, depois, Jerônimo e a mulata. Como já foi argumentado, a representatividade moral do casamento é pequena na classe pobre, de tal maneira que não há discriminação e interesse em definir, por exemplo, se a Machona é viúva ou desquitada – dessemelhança que, por sua vez, alteraria consideravelmente o tratamento concedido à senhora nas classes altas. Nenhum morador esconjura a esposa de Bruno depois do retorno, embora se saiba “que ela dava ainda muito que fazer ao corpo sem o concurso do marido” (AZEVEDO, 2011, p. 234). Cada inquilino atenta para sua vida, conquanto se tenha conhecimento do que acontece no vizinho. E, no caso das lavadeiras, há ainda a defesa mútua dos atos das integrantes do grupo, mesmo que, por ventura, não se concorde com eles.

No universo dos estereótipos, a expressão da sexualidade de Leocádia é traço constitutivo de um abasileiramento amulatado, conforme foi descrito quando mencionadas as divisões raciais e as figurações femininas nelas. No entanto, quando se deixa de lado a zona de determinações preconcebidas, percebe-se com mais concretude a relação entre homens e mulheres nas classes pobres. Vê-se que a realização do desejo feminino decorre da liberdade afetiva e material do sexo *frágil*, o qual também cambia parceiros. Sob o jargão biológico, viceja uma camada histórica e representativa das tensões no estrato popular, no qual se percebem insurgências feminis advindas de “atividades remuneradas que lhes possibilitavam certa independência em relação ao homem” (CHALHOUB, 2008, p. 212) e no qual *virtudes* patriarcais encontram resistências para se erguerem.

A remuneração erige certo patamar de igualdade entre o casal, todavia esse nível é mensurado por baixo. Ambos recebem muito pouco e sofrem com a prestação mensal da morada, o que se acentua com o encarecimento do reerguido cortiço. Com isso, decresce “o número das lavadeiras, e a maior parte das casinhas eram ocupadas agora por pequenas famílias de operários, artistas e praticantes de secretaria” (AZEVEDO, 2011, p. 255). Além disso, elas se acham suscetíveis a calotes e à violência por parte dos clientes. Albino, o único lavadeiro, é agredido quando vai cobrar o pagamento do rol das colegas numa república de estudantes. Com receio da recorrência, abdica do encargo da cobrança. Historicamente os estudantes despontam como maus pagadores por esses tempos. Em *Suor*, as mulheres “não gostam de lavar para estudantes, conhecidos como caloteiros e demorados no pagamento” (AMADO, s/d., 227). A velha Maria, a exceção na recusa das demandas dos colegas, manda

as filhas para receber. Elas também sofrem violências e a mais velha delas é sexualmente abusada. Como recompensa e para estancar o escândalo, o pai do rapaz gratifica a matriarca, que substitui a primogênita pela mais nova nas cobranças.

Não é somente por serem afetadas pelo mesmo desrespeito que essas lidadoras carentes se assemelham. Em *Suor*, existe também uma forte solidariedade entre as profissionais avizinhas de habitação e de pátio. O trecho abaixo ilustra, então, diversos pontos abordados e também presentes nesse romance de Jorge Amado, bem como o cotidiano muito análogo de personagens distantes por volta de quarenta anos.

Apesar de dizerem que a velha árabe do sótão, a mais afreguesada das lavadeiras, era amasiada com o filho e tirava o sujo da roupa mas o juntava no corpo, que Dos Reis era pancada, que Josefa deitava com os homens para quem lavava, que Vitória apanhava do marido – existia entre elas uma solidariedade que as levava a emprestar sabão à companheira sem dinheiro e a emprestar trabalho àquelas de freguesia reduzida. Estas, quando conseguiam freguesia boa, pagavam o trabalho emprestado nos dias maus. Até mesmo à velha Maria, antipatizada por todas, elas ajudavam. Sabiam que não receberiam paga. A velha fazia era rogar praga aos molecotes, filhos das outras, que pisavam na roupa estendida no pátio (AMADO, s/d., 227).

Esses dois romances, cujo ideal de criação é o romance francês zolariano, ao representarem as companheiras de tinas se distanciam da figuração de *L'Assommoir*³³ nos mesmo pontos. No caso de *Suor*, a questão se arrazoaria com um esclarecimento que privilegiasse o arrolamento de influências entre Jorge e Aluísio, o que apontaria muitas semelhanças e disparidades entre as obras. Talvez se possa dizer que são “texto[s] primeiro[s] na medida em que filtra[m] o meio; texto[s] segundo[s] na medida em que vê[em] o meio com lentes tomadas de empréstimo” (CANDIDO, 2004, p. 106). As diferenças entre o maranhense e o baiano advêm também do grau das lentes apanhadas. No caso de Aluísio, elas são de tamanha intensidade que quase desfiguram a imagem. No entanto, a paisagem dos autores brasileiros é muito semelhante – o que aproxima as reproduções. Nesse sentido, o transcurso histórico entre *O Cortiço* e *Suor* abrange o incentivo para a vinda de estrangeiros e a *territorialização* da mão de obra (ALENCASTRO, 1987, p. 20). Nesse decurso, a situação de depauperamento e de imposta informalidade das domésticas-autônomas – as quais cozinham,

³³ Já foram abordadas algumas semelhanças compositivas entre *L'Assommoir* e *O homem em O Cortiço e Gota d'água: a trajetória de dois Rios e os reflexos em duas obras literárias* (2011). A respeito das similaridades entre o romance de Zola e *O Cortiço*, Antonio Candido expõe algumas no seu ensaio *De cortiço a cortiço*. No caso de *Suor*, é comprovável a coexistência do arranjo verticalizado do cortiço europeu (*Pelourinho 68*) combinado com a organização horizontal do conjunto habitacional brasileiro (*K. T. Espero*). Sendo mais enfático, *Suor* é a união do modelo de moradia concebido em *L'Assommoir* e em *O Cortiço*. Além disso, há claramente personagens de *Suor* inspirados tanto em *L'Assommoir* quanto em *O Cortiço*.

lavam e passam para si e para outros – não se altera. Por isso, os mecanismos de proteção entre elas também continuam iguais³⁴.

Em *L'Assommoir*, as lavadeiras se encontram num outro estágio de organização. Elas labutam para a dona de um estabelecimento. O caso de Gervaise é sintomático. Primeiro, ela é contratada por madame Fauconnier para quem lava. Os pagamentos recebidos são tão mínguaos quanto os do Brasil. No entanto, a personagem vislumbra a possibilidade de alugar uma peça para a criação de uma lavanderia própria, algo inimaginável no Brasil de Aluísio Azevedo e Jorge Amado. Na França, mesmo com a remuneração mínguaada, a mãe de Naná acumula a soma necessária para a locação da loja. No entanto, ocorre o acidente de Coupeau, o qual sofre uma queda quando trocava o telhado de uma residência. Gervaise não aceita interná-lo no hospital público e consome suas economias no tratamento feito em casa. Embora sem o dinheiro, “cette boutique recommençait à lui tourner la tête; la nuit, quand la lumière était éteinte, elle trouvait à y songer, les yeux ouverts, le charme d’un plaisir défendu” (ZOLA, 1879, p. 156). Essa obsessão pela propriedade é sanada com o auxílio de Goujet – rapaz apaixonado pela protagonista. Ele lhe empresta a quantia para abrir o negócio, a qual estava destinada a um futuro casório. Com os quinhentos francos emprestados, a empregada abre seu próprio empreendimento. Lida forte e passa noites em claro quando possui muita demanda. Assim, chega a tirar algumas freguesas “à son ancienne patronne, madame Fauconnier” (ZOLA, 1879, 173). Já na segunda quinzena de labor, a esposa de Coupeau contrata duas funcionárias, “madame Putois et la grande Clémence” (ZOLA, 1879, p. 172), além de tomar Augustine como aprendiz.

É possível apreender dos eventos citados que as senhoras remediadas da “rue béante du Faubourg-Poissonnière” ou os vizinhos pobres do Goutte-d’Or entregam as suas vestimentas exclusivamente para lavanderias. Inexiste a relação interpessoal mediada pela confiança presente aqui no Brasil. Nesse sentido, a informalidade é obstada pela falta de hábito de se fundar um pacto de prestação de lide avulsa. E a impessoalidade é tamanha que a clientela se fideliza às firmas apenas quando eficientes. Por isso, Gervaise perde os fregueses para a Fauconnier ao decair em qualidade – decorrência das suas perturbações no triângulo

³⁴ O labor doméstico é historicamente desqualificado no Brasil, conforme observamos em questões abordadas nesse capítulo. Porém, a mobilização pelo reconhecimento profissional produziu melhorias legislativas para essas trabalhadoras. Até o ano de 2013, as empregadas domésticas recebiam acolhimento desigual pela Constituição de 1988 em vários pontos, tais como: hora extra; seguro contra acidente de trabalho; adicional noturno; recolhimento do FGTS e férias. Esses direitos inerentes ao satisfatório desempenho da profissão se mantinham apartados muito pela conjuntura de informalidade da atividade. E, até a aprovação dessas medidas, debateu-se muitíssimo sobre o aumento dos encargos aos empregadores, na grande maioria pessoas físicas, e sobre o suposto crescimento do vínculo empregatício sem registro, os quais seriam consequências primeiras dos novos ditames.

amoroso com o mau caráter, Lantier, e o alcoolista inveterado, Coupeau. Os problemas aumentam a ponto de ela se desfazer da lavanderia, o que lhe encerra a possibilidade de ascensão social, existente no momento em que era patroa.

Essa esperança de enriquecimento e o relativo grau de formalização da atividade de lavar e passar são impensáveis na realidade brasileira registrada por Aluísio Azevedo e Jorge Amado. No contexto nacional, a falta de opção e o preconceito com a contratação feminina restringem as chances de entrada no mercado de trabalho. O exercício dos afazeres domésticos para terceiros torna-se, então, uma alternativa com raras exceções. E “sem profissão conhecida” é como se descreve nos censos o que elas desempenham diariamente. Essa indefinição é intrinsecamente conexa ao passado recente, no qual:

O aviltamento da idéia de trabalho, relacionado ao caráter escravista da sociedade colonial, bem como o traço agroexportador da economia, conferem especificidade e abrangência ao significado das expressões vadio e vadiagem, que serviam para designar todo o universo de atividades que se situavam fora da estrutura básica da produção colonial (ENGEL, 1989, p. 28).

A conjectura de transposição do percurso narrativo da lavadeira francesa para o contexto nacional é impossível de saída. As brasileiras pobres encaravam o cotidiano do trabalho doméstico juntamente com os encargos e prazos de entrega das encomendas, o que lá é responsabilidade da dona do espaço, a qual também fornece os utensílios para a limpeza. No século XX baiano, elas ainda trabalham em córregos, o que é impensável na França haussmanniana. Outro ponto de dissonância é a questão do nomadismo das lavadeiras as quais procuravam os melhores lugares para lavar e andavam pela cidade com suas trouxas na cabeça pegando e largando roupas. Essas imagens são recorrentes na nossa literatura e traduzidas também nos quadros *A lavadeira*, de Anita Malfatti (1920); *Lavadeiras*, de Candido Portinari (1937) e *Lavadeiras*, de Francisco Rebolo (1937). Na pintura de Anita, é retratado o dia laborioso na beira do rio. Portinari pinta a rotina de andanças das lavadeiras com os cestos redondos sobre a frente. Rebolo aponta para o princípio da rotina nas insurgentes lavanderias de São Paulo, as quais substituíam a “água suja das lavagens que escorria pela cidade [e que] era considerada grande foco de propagação de pestes e epidemias” (MATOS, 1995, p. 108-109). Na literatura, a representação das lavadeiras sobrevém da sugestão zolariana e do solo histórico, no qual as obras de Aluísio Azevedo e Jorge Amado germinam. O contexto brasileiro as torna realistas e similares entre si e com outras figurações artísticas.

À exceção de Bertoleza, as outras mulheres – para o bem ou para o mal – não estão subordinadas a uma jornada determinada de expediente com salário ou relativa estabilidade financeira. Pelo contrário, realizam atividades esparsas de maneira independente. O romance de Aluísio Azevedo retrata com fidelidade a submissão e o poder do mercado de trabalho masculino e os problemas da sobrevivência das mulheres no meio urbano. Nas estalagens, encontram-se as lavadeiras, e nascem as prostitutas. Durante o dia, entrando no cortiço, percebe-se que, enquanto os homens saem para o trabalho, as mulheres e suas filhas permanecem desenvolvendo afazeres que são extensão do âmbito doméstico. Nesses horários, adentra-se num contexto regulado pelos trabalhos informais.

O *largo portão de cocheira* não impede a entrada matutina dos ambulantes, os quais comercializam diferentes produtos. As mercadorias frequentes são mantimentos, portanto o contato deles é maior com as mulheres, as quais estão encarregadas também de cozinhar. É interessante que determinados artigos vendidos estão disponíveis no botequim de Romão, o que revela certa concorrência entre os andarilhos e o lusitano. Talvez o caráter precário do primeiro cortiço dificultasse o impedimento dessas visitas indesejadas. Por isso, o locador se regozija quando o recém-chegado Jerônimo afirmar que as compras da sua família sairiam da sua venda (AZEVEDO, 2011, p. 58). O leiteiro, o padeiro e os mascates compõem o painel *orgânico* da abertura do romance. Com as sucessivas mudanças infligidas ao arranjo da estalagem, esses personagens desaparecem. Os italianos são os únicos ambulantes remanescentes à reformulação. E resistem devido à união. “Habitavam cinco a cinco, seis a seis no mesmo quarto” (AZEVEDO, 2011, p. 235). Essa soma acentuada dos ítalo talvez advinha da perseguição sofrida por esses trabalhadores considerados não muito higiênicos em outras partes do Rio, combinada com a maior introdução desses estrangeiros no Brasil. Ainda, esse convívio improvisado denota certa solidariedade entre esses imigrantes, semelhante à percebida entre as mulheres do riacho. Unem-se para resistirem ao despejo e dividem a mesma atividade remunerada, na qual não parecem concorrer. Os rendimentos individuais compõem a subsistência precária do grupo no cortiço encarecido.

O entendimento higienista do final do século idealiza o extermínio dos focos da propagação de doenças, das quais as mais temidas são a febre amarela e a tísica. Os alvos elegidos são as estalagens e as antigas profissões, impróprias para a cidade *civilizada*. Além disso, o aniquilamento do expediente dos vendedores é uma forma de inviabilizar um jeito-constrangedor-e-atrasado-de-subsistir-na-Corte. De um lado, ataca-se a moradia e, do outro, a subsistência possível dos pobres, bem como seu comportamento, considerado negativo pelos de fora.

As ocupações dos ambulantes são condenadas por pontuarem, ainda, a existência do feitiço rural do Rio, no qual se conservava o abate de animais tratados nos arrabaldes da cidade³⁵, o que denota o aparecimento dos “tabuleiros de carne fresca e outros de tripas e fatos de boi” (AZEVEDO, 2011, p. 40) na propriedade de Romão. O ideal de modernização do Rio e do cortiço da parte final se contrapõe à insalubridade e ao improvisado do comércio, cuja incriminação é de proliferar epidemias mortificantes. As transformações prefiguradas em Botafogo e a falta de convívio do capitalista com os velhos hábitos da população na revitalizada estalagem são as variáveis para a redução da informalidade encontrada no início d’*O Cortiço*. As forças externas (governamentais e abstraídas no romance, apenas presentificadas pela polícia, que é toda porretes para com os pobres), juntamente com os interesses econômicos do lusitano avarento, são empecilhos para a circulação dos comerciantes populares daquele tempo. Os interesses privados dos dirigentes do País se embarçam às preocupações públicas de salubridade e sanidade da urbe-prestes-a-se-metamorfosear-na-Paris-tropical, na qual futuramente será possível avistar os antigos moradores dos subúrbios cariocas nos altos morros.

Em tributo à saúde da população, os trabalhadores informais são condenados, pois poderiam transmitir doenças, devido à ausência de acuidade com a conservação dos alimentos que comercializavam. Porém, a razão essencial para o combate contra eles não parece ser essa. É mínimo o zelo pela existência dos despossuídos por parte dos governantes, os quais os consideram apenas em função da necessidade de manter a mão-de-obra excedente. O ideal é reduzir as enfermidades que acometiam também os ricos, remodelar os costumes dos grupos populares e purificar localidades com potencialidades imobiliárias, aspectos cobertos pelo tapete da finalidade-filantrópica-de-civilizar.

No caso do *carapicus*, a rejeição pelos hábitos dos inquilinos e pelo expediente dos vendedores é pontuada igualmente pelas consequências sofridas pelo coirmão. O *Cabeça de Gato* é invadido com frequência devido ao desrespeito pelas diretrizes salutares reiteradas pelas pauladas das autoridades, as quais João elimina depois da reforma. O intuito é

³⁵ Leandro Soares dos Santos aprofunda os traços rurais constitutivos ao ambiente urbano do Rio de Janeiro do final do século XIX em *A desruralização da cidade do Rio de Janeiro de fins do século XIX*. O estudioso abrange as iniciativas de modernização da Corte e as perseguições aos cortiços, às profissões condenáveis pelo aspecto insalubre e aos costumes populares, inerentes ao passado-presente citadino.

disciplinar o âmbito doméstico e as rotinas populares³⁶, “obliterar formas sociais e de convívio dissonantes ao projeto modernizador, negar a diversidade da nação por meio [da força e de um discurso que homogeneizava]” (WISSENBACH, 2012, p. 112).

Na cidade moderna projetada pelos reformadores dos inícios do século XX, não haveria lugar para tais aglomerações [cortiços], que cresciam de maneira interessante, nem para traços do mundo rural, nem para resíduos do passado, nem para as festas populares. Mas, ao contrário das expectativas, eles estavam ali diante dos olhos e atrapalhando os projetos de modernização da cidade. A cidade seria uma cidade sem memória, sem tradições e os laços que a uniam ao passado. (WISSENBACH, 2012, p. 97)

O anseio de João é, justamente, desvincular o passado de confusões e regabofes do seu investimento modernizado. Isso pressupõe que a “vaca, seguida por um bezerro amordaçado, [a qual] ia, tilintando tristemente o seu chocalho, de porta em porta, guiada por um homem carregado de vasilhame de folha” (AZEVEDO, 2011, p. 40) não iria mais circular por ali. Aliás, segundo as recordações de Luiz Edmundo, “o mais vergonhoso de todos esses ambulantes do início do século XX é o leiteiro com a esquelética vaca, que hoje, felizmente, esconde a sua tuberculose no fundo dos estábulos que recuaram para bairros distantes” (EDMUNDO, 2003, p. 35). Nessa citação, está posta a marginalização do serviço do fornecedor de leite, o qual é demovido a morar e labutar em bandas longínquas pelo risco gerado pela sua vaca tísica. Ao invés de assistir o homem, o Estado o escamoteia e lhe

³⁶ O controle dos hábitos e do cotidiano por meio da violência se sobressai na agressividade de cunho ordeiro dos policiais que invadem (ou tentam invadir) o *Cabeça de Gato* e o *Carapicus*. Três anos depois da publicação de *O Cortiço*, em 1893 – o Estado bane os moradores do Cabeça de Porco, varrendo essa estalagem, signo do atraso do Rio e inimiga mais notória da imprensa da época. Cem anos após a expulsão desses pobres, em 1993 – outro grupo de policiais mata 21 moradores de Vigário Geral em represália a uma ação armada de traficantes, os quais assassinam cinco policiais que requeriam propina para não os prenderem por tráfico de drogas. As pessoas mortas na chacina não possuíam envolvimento com atividades ilícitas e não estavam envolvidas na confusão da morte dos fardados. Esses fatos lembram em vários pontos a ação tresloucada e com objetivo puramente cruel que é predominante na brutalidade dos guardas representados no romance de Aluísio. E a fala do subdelegado, a quem os personagens denunciam a ferocidade dos seus subordinados, é a tônica da impunidade e da percepção de parte da opinião pública diante dos eventos, até hoje: “- Bem feito! bradou o subdelegado. Não resistissem!” (AZEVEDO, 2011, p. 86). No caso do crime contra os moradores de Vigário Geral, não houve nem tempo de resistência, dada a covardia dos armados-justiceiros. Entre 2008 e 2009 – em meio à escolha e ratificação do Brasil como sede da Copa do Mundo – o Rio de Janeiro recebe as primeiras Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), as quais visam o extermínio das organizações criminosas. Com uma denominação que soa quase irônica, elas também se caracterizam pela manutenção da ordem acima de qualquer valor e – nos primeiros anos de sua implementação – já apresentam casos de abusos de autoridade, dos quais o desaparecimento do pedreiro Amarildo foi a mais noticiada. No intuito de moralizar e *pacificar* os conflitos internos à comunidade pobre no Rio do passado e do presente, o poder público se presentifica principalmente por meio dos agentes de segurança, que – por vezes – estão despreparados para solucionar os problemas da população excluída. Assim, as dificuldades dos habitantes não se resolvem e a atitude do governo é de repressão, a fim de que o universo externo (da cidade planejada) não seja alvo da revolta ou da visão da miséria do país desigual. A determinação policial sem diálogo se empenha em garantir a lei e a *ordem* sem contrapartida de assistência para solucionar as causas da *desordem*, tais como a falta de sistema de educação, trabalho digno ou serviço de saúde.

concede a peja de desencadeador do problema. O romance de Aluísio Azevedo compreende esse fator ao contrapor o âmbito *orgânico* (rural) do começo ao *dirigido* (urbano) do final. E a atuação higiênica e ordeira da polícia é marca entre as duas fases. Dessa feita, retrata-se a violência sofrida pelos moradores da estalagem *incivilizados*, mas não há menção sobre a atuação das autoridades contra os mascates, o que se explica pelo foco fechado d’*O Cortiço* e pela imprevisibilidade da rotina desses labutadores. No entanto, a supressão do cotidiano comercial do pátio já aponta para a sorte dos leiteiros, padeiros e dos homens dos tabuleiros de carnes.

A coação policial do Estado motiva as reformas de viés higienista desenvolvidas por Romão, as quais têm um cunho puramente pecuniário. Por isso, instala “seis latrinas, seis torneiras de água e três banheiros. Desapareceram as pequenas hortas, os jardins de quatro a oito palmos e os imensos depósitos de garrafas vazias” (AZEVEDO, 2011, p. 233). Além de cobrar mais caro pelo asseio, o português se vacina contra as invasões dos *morcegos*. A extinção das hortas aumenta a dependência dos locadores para com a venda do mercenário e, por consequência, diminui o número dos perseguidos empobrecidos. Ainda, o maior controle sobre o entra e sai na parte interna da estalagem prejudica a rotina feminina e as suas economias. Divididas pela dupla jornada, elas esperavam a vinda matutina dos vendedores para suprir as suas necessidades sem precisarem se ausentar. O contato pessoal e a relação de freguesia poderiam propiciar a barganha de descontos. Quando restar apenas a bodega do Romão, não haverá escapatória e todos estarão entregue às suas vontades.

O lusitano precisa, para aumentar os lucros, desfazer-se de vários dos primeiros inquilinos, bem como se purificar de certas usanças deles. Carece sanar a informalidade e reduzir os trejeitos rurais persistentes por ali. A fim de continuar os negócios, age do mesmo modo que o sardineiro, que para “ver-se livre por um instante dos importunos era necessário atirar para bem longe um punhado de sardinhas, sobre o qual se precipitava logo, aos pulos, o grupo dos pedinchões” (AZEVEDO, 2011, p. 40). Dessa feita, Romão arremessa no *Cabeça de Gato* alguns ex-*Carapicus* para não ser atrapalhado pelas ávidas *mocas* dos urbanos.

4 DOS LUSITANOS ÀS MERETRIZES

4.1 OUTROS ASPECTOS SOBRE A ASCENSÃO SOCIAL DE JOÃO ROMÃO OU PORTUGUESES RICOS E ALIANÇADOS

João Romão abandona a sombra da irrelevância para figurar como peça central do romance apenas quando se torna proprietário. O parágrafo inicial de *O Cortiço* é emblemático nesse sentido, uma vez que resume os seus doze anos como modesto ajudante em meia dúzia de linhas. A existência do jovem *João ninguém* desembarcado no Brasil, sem família e acolhido por um compatriota se cristaliza, sobretudo, em “foi, dos treze aos vinte e cinco anos, empregado de um vendeiro” (AZEVEDO, 2011, p. 11).

O caixeiro perverte o ciclo incontornável de penúria, flagrante na rotina dos pobres, por meio de roubos, cobranças, investimentos e trabalho. Avesso à trajetória paradigmática dos lusitanos enriquecidos, permanece aqui e corrompe também a sequência esperada do arrivista que vem, vence e volta. Todavia, esses percursos de exceção somente são possíveis, porque é acolhido ao chegar ao Brasil e, posteriormente, recebe a bodega e os pagamentos atrasados, quando o antigo chefe regressa a Portugal. Por isso, esse abrigo dado a João é essencial para que se compreenda a discrepância entre o seu percurso de vida e o de Jerônimo, por exemplo. O segundo aporta aqui sem eira nem beira, com a família e a ilusão de enriquecer. O ideal de Romão é o mesmo, porém a conjuntura é distinta. Além de sozinho e jovem, obtém, de saída, a residência e o posto de trabalho no meio urbano. Conforme Gladys Sabina Ribeiro, as oportunidades dos imigrantes recepcionados por outros portugueses já fixados na Corte são maiores, pois esse aceno significa “trabalho garantido” (RIBEIRO, 1990, p. 20). Desse modo, o recém-chegado se sujeita à exploração do patricio por causa dos benefícios da relativa estabilidade e da crença de virar dono do botequim no qual é funcionário. Assim, essa aliança dos lusitanos é fundamental tanto para os contratados pobres, quanto para os contratantes em enriquecimento. Essa situação antecede o começo d’*O Cortiço*. Em retribuição, o vendeiro enricado à custa do empregado deixa, “em pagamento de ordenados vencidos, nem só a venda com o que estava dentro, como ainda um conto e quinhentos em dinheiro” (AZEVEDO, 2011, p. 11).

João abandona, então, a condição de subalterno e é beneficiado integralmente com os lucros do seu esforço. Portanto, “proprietário e estabelecido por sua conta, o rapaz atira-se à labutação com mais ardor” (AZEVEDO, 2011, p. 11). A prosperidade do caixeiro também se deve ao fato de saber ler e calcular. Num contexto de ínfimo percentual de escolaridade, esses

conhecimentos lhe proporcionam vantagens em relação a Jerônimo e aos demais inquilinos e empregados. O marido de Piedade tem certa consciência desse prejuízo, pois matricula a filha no colégio interno porque “a queria com outro saber que não ele, a quem os pais não mandaram ensinar nada” (AZEVEDO, 2011, p. 62). Outro ponto importante para caracterizar o decurso ascensional do vendeiro é o casamento com Zulmira, o qual lhe oportuniza o acesso à elite fluminense – o que é possível, principalmente, porque é rico e desimpedido legalmente. Portanto, devido à falta de oportunidades dos inquilinos e à conjuntura favorável do taverneiro acolhido no desembarque,

Tudo se passa como se duas temporalidades atuassem na organização do romance. Na linha centrada em Romão, isto é, no âmbito das novas formas de exploração, verifica-se a atuação de um tempo progressivo, enquanto na linha centrada nos moradores do cortiço encontra-se uma temporalidade marcada pela repetição. (OTSUKA, 2009, p. 183)

“A permanência das condições da vida dos pobres no conjunto se manifesta no ritmo repetitivo do padrão narrativo” (OTSUKA, 2009, p. 183). O estalajadeiro conserva e se aproveita (d)essa irremediável reiteração de infelicidades para enricar. O andamento biográfico de João se alarga num traçado ascensional e reto, pois se ampara no turbilhão de desgraças do restante dos personagens do *Carapicus*. Embora Aluísio de Azevedo aposte algumas fichas em ideologias deterministas para escrever *O Cortiço*, com certeza tinha consciência de que o *Sol* não era o corruptor dos desvalidos. Na crônica *Casas de Cômodo*, o maranhense escreve:

Há no Rio de Janeiro, entre os que não trabalham e conseguem sem base pecuniária fazer pecúlio e até enriquecer; um tipo digno de estudo - é o "dono de casa de cômodos"; mais curioso e mais completo no gênero que o "dono de casa de jogo"; pois este ao menos representa o capital da sua banca, suscetível de *ir à glória*, ao passo que o outro nenhum capital representa, nem arrisca, ficando, além de tudo, isento da pecha de mal procedido. Quase sempre forasteiro, exercia dantes um ofício na pátria que deixou para vir tentar fortuna no Brasil; mas, percebendo que aqui a especulação velhaca produz muito mais do que o trabalho honesto, tratou logo de esconder as ferramentas do ofício e de fariscar os meios de, sem nada fazer, fazer dinheiro. Foi a um patrício seu, estabelecido no comércio, pediu e dele obteve uma carta de fiança, alugou um vasto casario de dois ou três andares, meteu-se lá dentro, pregou escritos em todas as janelas; e agora o verás! (AZEVEDO, 1954, p. 35).

Nesse trecho, o autor denuncia novamente o pacto entre os compatriotas. No caso destacado, outro estrangeiro procura alguém conhecido a fim de obter crédito para se instalar e criar o próprio negócio. Com a *carta de fiança*, o homem que chegou para encorpar a mão-de-obra do País passa a locar quartos e a ganhar bem sem esforço. A diferença principal entre

o imigrante retratado na crônica e o no romance é justamente o trabalho. Enquanto o primeiro acumula dinheiro apenas por meio dos alugueis, o forasteiro d’*O Cortiço* também labuta e lucra diretamente com a lida dos empregados. No entanto, os dois se nivelam quando o ex-companheiro de Bertoleza se *purifica* dos afazeres desgastantes quase na metade da história.

O desamparo de Jerônimo e de seus vizinhos (sem direitos, ou quem os valha) ratifica de modo cruel que, por mais esforço que fizessem, não chegariam à posição de Romão – dono de suas casas e, por vezes, de seus serviços. A fim de ascender, não é suficiente trabalhar como *bicho* dia e noite, de domingo a domingo – são necessários também acordos e trocas de favores que propiciam ou aumentam os rendimentos financeiros. Além disso, a falta de embarço para especular com a fragilidade do outro e o roubo direto aceleram o processo de subida. Por isso, o abandono dos sujeitos pobres é tão fundamental para o endinheiramento do capitalista, quanto a sua fúria produtiva e as privações a que se submete. Dessa maneira, trabalho e *roubo puro* não ocupam polos antagônicos na trajetória do taverneiro bem-sucedido, como registra a passagem abaixo.

Sempre em mangas de camisa, sem domingo nem dia santo, não perdendo nunca a ocasião de assenhorear-se do alheio, deixando de pagar todas as vezes que podia e nunca deixando de receber, enganando os fregueses, roubando nos pesos e nas medidas, comprando por dez réis de mel coado o que os escravos furtavam da casa dos seus senhores, apertando cada vez mais as próprias despesas, empilhando privações sobre privações, trabalhando e mais a amiga como uma junta de bois, João Romão veio afinal a comprar uma boa parte da bela pedreira, que ele, todos os dias, ao cair da tarde, assentado um instante à porta da venda, contemplava de longe com um resignado olhar de cobiça. (AZEVEDO, 2011, p. 15).

Nesse excerto, o narrador enumera os artifícios usados por João a fim de adquirir a pedreira. Para tanto, não distingue nessa descrição a prática da rapinagem do esforço laboral. Essa união recompõe perfeitamente a rotina do caixeiro, que, ao atender seus clientes, frequentemente os engana tanto nos pesos, quanto nas medidas. As nove primeiras orações caracterizadas pelos verbos nominais se encaixam pela aparência estrutural e pela assonância das desinências -endo e, sobretudo, -ando. Esse uso sucessivo do gerúndio reforça o liame entre as frases e reproduz textualmente a ininterrupção das práticas vis as quais estão sujeitos os fregueses da venda. A repetição lexical contém de maneira gráfica o cotidiano de desfalques e o acúmulo financeiro provindo deles. Portanto, a série de ladroagens a que estão submetidos os clientes e, posteriormente, os inquilinos se materializa na continuidade semântica presente na primeira metade do parágrafo. Todos os dias a gaveta do pequeno armazém de secos e molhados mistura o lucro das vendas com o do furto – o que se

intensifica com o surgimento do cortiço. A utilização da dupla negação *não perdendo nunca*, dos advérbios *sempre*, *nunca* e das expressões *todas as vezes* e *cada vez mais* reforçam a habitualidade das fraudes, bem como a ganância aberrante do personagem. Por isso, os vizinhos devem *sempre* atentar para *nunca* lhe deixar sob a visão-calculadora algo de valor. Os fornecedores necessitam cobrá-lo com frequência, e os escravos não conseguem mais do que ninharias pelos bens que surrupiaram. O cinto das despesas se aperta *cada vez mais*, enquanto as privações se dilatam. E tudo isso com o fim predeterminado de comprar a pedreira. Nesse sentido, a estrutura de *O Cortiço* representa as iniquidades relacionando as desventuras periódicas dos habitantes do cortiço ao desenvolvimento econômico constante do estrangeiro. É interessante perceber que essa pequena amostragem do romance encerra a dinâmica presente no conjunto³⁷.

O olhar de Romão apenas se *resigna* ao *contemplar* o morro dos fundos. Quanto mais *longe* ele parece, mais os abusos se reproduzem a fim de obtê-lo. João parece apaixonado pela *bela pedreira*; sem dúvida está enternecido pelos atributos materiais que vicejam no monte. Aqui, novamente, a palavra *bela* recebe uma conotação própria do mercenário-sem-conceito-estético-e-furtado-de-sentimentos-afetivos. Esse arrebatamento pelas *pedras* dá a nuance da *secura* desse sujeito, que nunca abandonaria uma demanda financeira por uma afeição desinteressada, igual ao que faz Jerônimo. Nos seres emotivos, a separação e a aparente

³⁷ Aluísio Azevedo segmenta o romance em vinte três capítulos sem títulos. Embora essa distribuição seja assimétrica, o livro é composto de várias simetrias – inclusive no arranjo do número de segmentos. Caso a harmonia fosse perfeita e consciente, o autor centralizaria a metade da história entre o capítulo XI e o XII. Entre eles, justamente, ocorre a menstruação de Pombinha. No episódio, a menina transtornada sai de casa faltando onze minutos (XI) para o meio-dia (XII). Durante o intervalo, ela passará pelo iluminado delírio sexual e despertará com os sinos da igreja, anunciando as doze horas e do décimo segundo capítulo. Esse evento é uma espécie de segundo marco zero no romance – no qual incide um recomeço – e na vida da jovem, a qual reconhecerá a fragilidade masculina e se casará. No capítulo XIII, a flor do cortiço já se mudara, e a abertura menciona que “à proporção que alguns locatários abandonavam a estalagem, muitos pretendentes surgiam disputando os cômodos desalugados” (AZEVEDO, 2011, p. 166). Afora a permuta quase completa dos moradores, a segunda parte é balizada pelo agravamento das injustiças e pelas mortes de inúmeros dos antigos inquilinos. Dada à estereotipia e às desgraças que acometem os despossuídos, os decursos e as indignas oportunidades de vida se espelham entre as partes. Isso se evidencia na recorrência de acontecimentos, conforme se especifica no quadro abaixo.

QUADRO DE SIMETRIAS E RECORRÊNCIAS ENTRE A PRIMEIRA E A SEGUNDA PARTE		
EVENTOS	1ª	2ª
SURGIMENTO DE CORTIÇOS	SÃO ROMÃO	CABEÇA DE GATO
BRIGAS	FIRMO E JERÔNIMO	RITA E PIEDADE
ABRASILEIRAMENTOS	JERÔNIMO	PIEIDADE
INCÊNDIO	CASA 12	CASA 88
PROTEÇÃO E AMADRINHAMENTO	LEONIE – POMBINHA	POMBINHA – SENHORINHA
ESCRavidÃO	BERTOLEZA (DE ESCRAVA A APARENTE LIBERTA)	BERTOLEZA (DE APARENTE LIBERTA À ESCRAVA)

impossibilidade de concretizar o desejo (a posse) são os motores da fúria íntima e recebem feição consumista no caso do taverneiro. Todavia, os seus anseios advêm menos da gana de *comprar* (material) do que do lucro projetado (imaterial). No fim, os pedregulhos não são pedregulhos; são os valores que encarnam ou a expectativa do que podem render. Por isso, a pedreira, os homens e as mulheres não se diferenciam diante dos seus olhos contemplativos. Ele os trata como operações financeiras em que investe sempre antevendo o retorno imediato do valor aplicado.

Ainda sobre o excerto em destaque, é interessante a ordenação entre as ideias. O narrador organiza a escrita de maneira a estabelecer um vínculo conclusivo: *João rouba e trabalha, por isso compra a pedreira*. No entanto, o sentido é claramente causal: *João rouba e trabalha, porque quer comprar a pedreira*. A inversão realça os métodos de enriquecimento e denuncia a situação do oprimido, sem, no entanto, defendê-lo. Embora o enunciador não esteja alheio aos fatos e repudie as práticas do comerciante, não compartilha (não se coloca) (n)a posição daquele freguês. Nesse sentido, a combinação causal entre os fatos e os argumentos talvez soasse mais enfática, mais direta (engajada na denúncia da condição do despojado). Esses outros apontamentos reforçam a ideia de que o fragmento citado emana os dilemas da totalidade do livro e reúne pontos fundamentais para caracterizar a ascensão financeira: trabalho, privação, roubo – os quais se enleiam. Essa trança gera o pecúlio futuro usado na aquisição do morro dos fundos, no qual a fortuna continuará a se reproduzir também por meio do roubo, agora, do que se retira do empregado sem ele perceber.

Apesar de João Romão ser exaltado como um dos maiores trabalhadores da Literatura Brasileira, poderia ser qualificado também como um dos maiores golpistas da nossa ficção. Por isso, como se mencionou acima, os atos de fraudar e de laborar ocupam igual patamar no processo de elevação social do sujeito. A vítima mais próxima e evidente do mercenário é Bertoleza. A pobre coitada com medo dos gatunos que poderiam lhe invadir a quitanda, no bairro inseguro, confia as suas economias ao vizinho. Com o dinheiro e por meio da carta de alforria forjada, o avarento amplia seus domínios adquirindo “com as economias da amiga, alguns palmos de terreno ao lado esquerdo da venda, e levanta uma casinha de duas portas, dividida ao meio paralelamente à rua, sendo a parte da frente destinada à quitanda e a do fundo para um dormitório que se arranjou com os cacarecos de Bertoleza” (AZEVEDO, 2011, p. 12). João lhe desempenha a função de banco aplicando em benefício próprio as economias da vizinha. Ao enganá-la, ele lhe retira o direito à liberdade, pois se adona da quantia destinada à liquidação dos “prejuízos” do senhor da escrava. Em troca, concede a ela a fajuta aparência de independência. O montante que retroalimentaria a economia escravocrata

financiará os planos de enriquecimento do arrivista estrangeiro e, ironicamente, retornará multiplicado aos bancos do Império. O capital inicial para o crescimento de suas posses é feito, então, por meio do fundo particular e nacional de origem escrava. Poucas coisas podem ser mais historicamente brasileiras do que um estrangeiro (português) oprimir um nativo, nesse caso de origem africana, para aumentar seu patrimônio. Assim, “um ano depois da *aquisição* da crioula, indo em hasta pública algumas braças de terra situadas no fundo da taverna, arrematou-as logo e tratou, sem perda de tempo, de construir três casinhas de porta e janela” (AZEVEDO, 2011, p. 14). Nessa passagem, a palavra *aquisição* remonta à ambivalência já mencionada do trabalho livre permeado de desigualdades escravistas, o que coloca Jerônimo e Bertoleza em semelhante conjuntura de espoliação. Todavia, a penúria é mais grave, pois lhe faltam as suas economias para se desligar do estalajadeiro. Por isso, as palavras que configuram a atração de cunho determinista da escrava pelo português são falsas no andamento do romance, pois desconsideram vínculo comercial estabelecido entre os dois. Dizer que “Bertoleza não queria sujeitar-se aos negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua” é conduzir (subestimar) a visão do leitor, que acompanha durante quase duas páginas o estreitamento da confiança e a entrega paulatina das economias por parte de Bertoleza. Toda a complexidade composta na concessão do dinheiro e nas artimanhas do taverneiro para se aproximar da quitandeira é desconsiderada no período direto, cujo defeito (o qual tem raízes históricas) é anular a percepção da mulher no episódio. Como se espera que o espectador compartilhe dos ideais racistas do enunciador, aquela sentença soa verdadeira. No entanto, caso o leitor solte a mão do narrador e reconstitua o contexto da aliança entre João e Bertoleza, notará que a iniciativa para o ajuntamento parte *sempre* do caixeiro. As únicas pretensões almejadas por ela – ao longo de todo o romance – são, primeiro, desfazer-se da condição de escrava e, depois, conquistar uma vida digna – por isso trabalha tanto. Dessa maneira, abandonar o “Seu João” (caixa, procurador e conselheiro) é abdicar de seus bens e postergar os seus reais objetivos. Nesse ponto, o português conhece mais do que o narrador. Caso o mercenário julgasse que a amiga se coloca numa condição de inferioridade ou intuísse certo interesse apaixonado dela, não se empenharia em conquistá-la, tampouco postergaria a união. Por desconhecer e não serem reais as fantasias dos intelectuais, “o taverneiro vai ganhando confiança no espírito da mulher” (AZEVEDO, 2011, p. 12) sem pressa para não afugentá-la e “quando deram fê estavam amigos” (AZEVEDO, 2011, p. 12).

É fundado nessa confiança que João não remunera a quitandeira, forra os bolsos e adquire terrenos periféricos ao seu estabelecimento. Além dos réis de Bertoleza, ele se

aproveita dela também para desviar materiais das construções próximas a fim de edificar os primeiros cômodos.

João Romão observava durante o dia quais as obras em que ficava material para o dia seguinte, e à noite lá estava ele rente, mais a Bertoleza, a removerem tábuas, tijolos, telhas, sacos de cal, para o meio da rua, com tamanha habilidade que se não ouvia vislumbre de rumor. Depois, um tomava uma carga e partia para casa, enquanto o outro ficava de alcatéia ao lado do resto, pronto a dar sinal, em caso de perigo [...] (AZEVEDO, 2011, p. 15).

Até aqui, João possui uma tenda; uma empregada; parte da pedreira e três casas. Com os rendimentos dessas propriedades mandará erguer a sua mercadoria mais conhecida e lucrativa: o cortiço. Nessa mesma época, vende-se um sobrado contíguo ao armazém. Outro lusitano, sua mulher, sua filha, seu filho, agregados e criadas são os novos moradores. O ódio entre os patrícios avizinados brota da discussão por um pedaço de terra, o qual avança em direção à casa grande.

Essa ojeriza-cheia-de-mútua-inveja produz a disputa social entre eles. Dificilmente, Miranda (o outro lusitano) superaria pecuniariamente o taverneiro, uma vez que estava atrelado às vontades da esposa e não reduziria o padrão de vida da sua família. Desse modo, o título de nobreza lhe parece a hipótese de “empregar dinheiro, sem ter, nunca mais, de restituí-lo à mulher, nem ter de deixá-lo a pessoa alguma.” (AZEVEDO, 2011, p. 29). Essa honraria se corporifica ao comprador e o diferencia publicamente – o que gera o pretenso desnível entre os adversários. Por se colocar imaginariamente acima, o aspirante a aristocrata passa a desprezar o reles vendeiro, “disfarçando a sua inveja pelo vizinho com um desdenhoso ar de superioridade condescendente.” (AZEVEDO, 2011, p. 29). Por sua vez, a raiva de João somente cresce. Ela se acentua, justamente, ao saber do festejo para a concessão da insígnia de Barão, para o qual é convidado. Depois desse episódio, – o qual ocorre no capítulo X (o mesmo do incêndio) – o locador começa a questionar a sua qualidade de homem providente e sua rotina de privações. E o narrador não perdoa a iniciativa de *metamorfose* do ambicioso maltrapilho, conforme o trecho abaixo.

Sim, senhor! aquele taverneiro, na aparência tão humilde e tão miserável; aquele sovina **que nunca saíra dos seus tamancos e da sua camisa de riscadinho de Angola**; aquele animal **que se alimentava pior que os cães**, para pôr de parte tudo, tudo, que ganhava ou extorquia; aquele ente atrofiado pela cobiça e **que parecia ter abdicado dos seus privilégios e sentimentos de homem**; aquele desgraçado, **que nunca jamais amara senão o dinheiro**, invejava agora o Miranda, invejava-o deveras, com dobrada amargura do que sofrera o marido de Dona Estela, quando, por sua vez, o invejara a ele. (AZEVEDO, 2011, p. 126-127, grifo nosso).

O narrador abre essa passagem se dirigindo diretamente ao leitor, com o qual compartilha a suposta reação de surpresa. Prevê a indignação do espectador diante daquela circunstância pretensamente inusitada e a sinaliza textualmente. Revoltado, fica a poucas linhas de dizer: *Sim, leitor! Aquele arrivista sujo também deseja ser como eu e tu!* Não usa “sujo”, mas não economiza nos xingamentos contra o lusitano: *humilde, miserável, sovina, animal, ente atrofiado pela cobiça, desgraçado*. O insulto mais baixo talvez seja o último, quase digno de briga de rua. E nem se fez referência às quatro orações adjetivas, grifadas. Todos os qualificadores não divergem do perfil do *ente atrofiado pela cobiça*; mas possuem o exagero nervoso do narrador culto e pretensamente impessoal. Essa perturbação provém da dificuldade de se isentar diante da ameaça que o forasteiro simboliza. De cima, aquele outro também poderia colocar em risco os privilégios sociais da elite nacional. Como desforra final, o enunciador afirma que João *sofre* e se *amargura* mais com a prosperidade de Miranda do que o contrário. Portanto, toma partido do também detestado marido de Estela para inferiorizar o capitalista – o que dá o tom da rixa pessoal.

Os protestos do narrador não mudam, todavia, o andamento reformador de João, que – a partir do décimo capítulo – também condena a sua aparência e os seus costumes, bem como os hábitos dos inquilinos. E, transcorridos os prejuízos das chamuscas e alguns meses, o comerciante aparece refeito no capítulo XIII.

Desde que o vizinho surgiu com o baronato, o vendeiro transformava-se por dentro e por fora a causar pasmo. Mandou fazer boas roupas e aos domingos refestelava-se de casaco branco e de meias, assentado defronte da venda, a ler jornais. Depois deu para sair a passeio, vestido de casimira, calçado e de gravata. Deixou de tosquiá o cabelo à escovinha; pôs a barba abaixo, conservando apenas o bigode, que ele agora tratava com brilhantina todas as vezes que ia ao barbeiro. Já não era o mesmo lambuzão! E não parou aí: fez-se sócio de um clube de dança e, duas noites por semana, ia aprender a dançar; começou a usar relógio e cadeia de ouro [...] (AZEVEDO, 2011, p. 168).

No embate particular entre os portugueses avizinados, o dono do cortiço reduz a distância, embora ainda esteja em desvantagem. As brigas desabridas sucumbem à *polidez*, a qual compõe a aparência de proto-aristocratas. Miranda é só sorrisos e, entre um encontro e outro, troca “dois dedos de palestra à porta da venda” (AZEVEDO, 2011, p. 169). Esses gestos falsos camuflam a inimizade em estado de latência e permitem – no entanto – a aproximação entre os desafetos. A cínica intimidade encobre a surda vontade de um abocanhar os bens do outro. Para tanto, é necessário estreitar ainda mais os laços de

confiança, o que levará à constituição de uma família em comum. Nesse ponto, a personagem de Botelho é ativa no processo de aproximação entre o taverneiro e a família de Dona Estela.

A aliança entre Botelho e Miranda vem da época em que eram colegas no comércio. A origem portuguesa³⁸ comum fortalece o vínculo entre os imigrantes, que se distanciam ao abandonarem o dia a dia de balcão. Depois do tempo como comerciário, Botelho se torna traficante de escravos e aporta “mais de uma vez na África [a fim] de negocia[r] escravos”. Mas sucumbe após sucessivos fracassos econômicos. Na penúria, é atendido pelo amigo, que já angariara o devido dote do casamento.

No sobrado, o velho desempenha a função de confidente, tanto de Miranda, quanto de Estela. De posse dos segredos relatados e descobertos, o homem se converte em peça essencial na manutenção da aparência ordeira da família e, assim, se salva dos contratemplos econômicos. Ele quase não tem importância na primeira parte do romance, já que a pequena lonjura entre os dirigentes do sobrado e cortiço parece intransponível. Desse modo, a sua atuação se resume em ouvir, aconselhar e silenciar. Na outra metade, exerce o papel de intermediário entre os desejos de Miranda e de João. O primeiro aspira a se acercar do novo rico, e esse recebe a sugestão de casamento como a chance de se apoderar da riqueza do desafeto. Nesse leva e traz, o parasita conserva o seu lugar na família e retira certa quantia dos bolsos do pretendente.

Essa afinidade interesseira transparece nada mais do que a instância do *favor* que Roberto Schwarz especifica ao estudar a obra de Machado de Assis. Note-se que se está no terreno movediço e fértil das relações sociais e afetivas, descritas por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, e no qual Schwarz fundamenta suas análises³⁹. O problema surge pelo fato de que n’*O Cortiço* não se trata de brasileiros, tal como José Dias ou do Rubião pré-

³⁸ A passagem que apresenta a nacionalidade portuguesa de Botelho é a seguinte: “o Botelho ficava possesso e vomitava frases terríveis, para a direita e para a esquerda, como quem dispara tiros sem fazer alvo, e vociferava imprecções, aproveitando aquela válvula para desafogar o velho ódio acumulado dentro dele. - Bandidos! berrava apoplético. Cáfila de salteadores! E o seu rancor irradiava-lhe dos olhos em setas envenenadas, procurando cravar-se em todas as brancuras e em todas as claridades. A virtude, a beleza, o talento, a mocidade, a força, a saúde, e principalmente a fortuna, eis o que ele não perdoava a ninguém, amaldiçoando todo aquele que conseguia o que ele não obtivera; que gozava o que ele não desfrutara; que sabia o que ele não aprendera. **E, para individualizar o objeto do seu ódio, voltava-se contra o Brasil, essa terra que, na sua opinião, só tinha uma serventia: enriquecer os portugueses, e que, no entanto, o deixara, a ele, na penúria.**” (AZEVEDO, 2011, p. 32-33, grifo nosso). Devemos essa e outras indicações ao Prof. Antonio Sanseverino.

³⁹ A esse respeito, sugere-se a leitura do ensaio *A volubilidade derivada da cordialidade: um encontro entre Sérgio Buarque, Antonio Candido e Roberto Schwarz*, de Homero Vizeu Araújo (2011).

herança. Os três personagens ligados pelo favor⁴⁰ são portugueses que se põem a jogar de modo brasileiro e sob as variáveis daquele período. No primeiro capítulo desse estudo, mencionou-se a ausência dos homens brasileiros brancos e pobres no romance, o que explicitaria certa proteção do narrador para com esse tipo social. Essa característica do texto completaria a conjuntura da sociedade: brancos ricos, de um lado; negros pobres, do outro; e, fora da narrativa, os homens livres brancos, pobres e nacionais (abrigados da denúncia e da sua parcela de culpa pelo atraso do País). Dessa maneira, embora tenha se utilizado dos lusitanos – por razões ideológicas –, Aluísio Azevedo não se privou de apresentar “o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm.” (SCHWARZ, 1981, p. 30). E apresenta o agregado como imprescindível para o desenrolar da história e para os conchavos que aceleraram a costura do vendeiro endinheirado à camada dirigente. Portanto, para a compreensão da estrutura interna e do desenrolar narrativo d’*O Cortiço*, é imperiosa a compreensão “da dinâmica das relações de favor e compadrio de que eram dependentes os chamados homens livres na ordem escravocrata. Assim, os laços afetivos

⁴⁰ O favor é também apoio da relação entre o pai de Henriquinho – que não aparece na história – e Miranda. Henriquinho é um dos diversos jovens presentes na nossa literatura que saem da terra natal para estudar e não o fazem. Em *Casa de pensão* e *O Coruja*, Aluísio já apresenta duas trajetórias decadentes de adolescentes que migram para o Rio a fim de cursar Medicina ou enfrentar os preparatórios para ingresso na faculdade. No primeiro caso, Amâncio se envolve em algumas tramas amorosas na Corte. Uma delas é com Amélia – a irmã de um amigo recente, João Coqueiro. Na verdade, o maranhense é vítima do plano de Mme. Brizard e de João, donos da pensão onde mora e cujo objetivo era casá-lo com Amélia para depois extorqui-lo. Assim, no embarque de retorno à sua província, após desistir da proposta de matrimônio, o rapaz é preso devido à acusação de ter deflorado a ex-pretendente. Sofre um processo pelo suposto crime, do qual é absolvido. Injuriado com a decisão, Coqueiro persegue e mata o estudante num quarto de hotel.

Em *O Coruja*, o aspirante a médico é Teobaldo, amigo do personagem principal, André, que atende pela alcunha de coruja devido a sua feiura. Os dois são de Minas Gerais e partem para morar no Rio. A finalidade inicial são os exames de ingresso nos cursos universitários. Porém, Teobaldo é obcecado por ostentação e desperdiça tanto, no dia a dia longe dos livros, que dilapida o patrimônio da família. Depois de o pai anunciar a derrocada da família, o jovem é assistido pelo amigo em todas as suas dificuldades financeiras. Assim, André habitua-se à penúria para sustentar as extravagâncias do outro. Não acostumado com as dificuldades, Teobaldo se casa por interesse com Branca, filha de um comendador e, por meio de alianças, chega a Ministro. Nesse posto, renega o amigo. E, após a morte da esposa, a qual sofria com as suas atitudes, Teobaldo morre de desgosto.

É comum também a ida de jovens para Coimbra e Paris. Para Portugal, é mandado Raimundo, de *O Mulato* – caso raro de formação acadêmica e disciplina. Para a França, são enviados Brás Cubas, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (Machado de Assis); João Miramar, de *Memórias Sentimentais de João Miramar* (Oswald de Andrade); e Paulo Rigger, de *O país do Carnaval* (Jorge Amado) – apenas para citar três rapazes que adoraram a instrução parisiense. É a essa família que Henriquinho se filia, conquanto desfrutasse das benesses do Rio – a exemplo dos seus antepassados literários: Amâncio e Teobaldo.

A decadência dos alunos remetidos para o Rio de Janeiro – na obra de Aluísio Azevedo – parece se fundar no ideal de que a cidade corrompe e de que os jovens longe da autoridade patriarcal tendem ao fracasso. A inspiração literária para esses provincianos consumidos pelo meio urbano pode advir do romance balzaquiano e/ou alencariano em especial: *Pai Goriot* e *Senhora*, respectivamente. Eugène Rastignac também se deslumbra com o ambiente citadino, tem dificuldades para se adaptar a ele e, quando consegue, está irremediavelmente corrompido. O empenho nos estudos de Direito fica, então, em segundo plano. Fernando Seixas deixa a Faculdade de Direito em São Paulo devido à dificuldade de a mãe manter sua mesada. Volta para a Corte, começa a trabalhar na imprensa e procura o casamento redentor. Aliás, Roberto Schwarz caracteriza mesmo Seixas como “um neto atenuado de Rastignac” (SCHWARZ, 1981, p. 42).

presentes nas relações (e na confusão) entre o âmbito de convívio coletivo e o doméstico estariam mimetizados na estrutura do livro, para além do caráter documental do romance” (HOMERO, 2011, p. 56), como Antonio Candido examina em *Memórias de um Sargento de Milícias*. Nesse sentido, o ascenso do caixeiro é marcado inicialmente pela tutela do compatriota, o qual lhe transmite a propriedade da venda, e se completa com o casamento de conveniência adquirido por meio da amizade e da troca de benefícios com o agregado do sobrado.

João se torna convidado frequente na casa de Zulmira depois de Botelho supostamente interceder por ele. A adoção das novas maneiras e o iminente matrimônio lhe abrem outros horizontes (Rua do Ouvidor, teatro, bailes, corridas e passeios) – os quais, às vezes, lhe figuram massacrantes. Como adaptar os pés aos sapatos apertados? Como se sentir bem com o colarinho sufocante? De que modo se comportar nas jantãs? Mas, enfim, ele supera as dificuldades dessa nova realidade e, quando pode, está nas ceias da futura família. Com isso, o empreendedor conquista uma meta antiga. No início da briga com Miranda, Romão profetiza a Bertoleza: “deixa estar [...]; deixa estar que ainda lhe hei de entrar pelos fundos da casa, se é que não lhe entre pela frente!” (AZEVEDO, 2011, p. 22). O acesso pela porta de trás parece denotar a compra do terreno ou o avanço sorrateiro sobre ele. Essas são as práticas comuns e maciçamente empregadas pelo negociante de secos e molhados. A hipótese de entrar pela frente seguiria também a lógica comercial. Nesse momento, João talvez anteveja a aquisição do sobrado, a exemplo do que faz com tudo. É difícil conceber que o português econômico (que possui uma trajetória de exceção na narrativa) se aliará ao patrício que abomina e aceitaria os seus convites para as comemorações do casarão. Mas é o que ocorre. Ele abre os salões da alta classe à brasileira: amenizando o conflito e o atrito direto.

Aluísio Azevedo, como cronista, repudia justamente a incorporação dos comerciantes enriquecidos à elite, a qual lhes dá entrada digna. Segundo ele, “nas grandes capitais do velho mundo civilizado” (AZEVEDO, 1954, p. 65), a divisão social é tripartida e menos condescendente com o negociante sem sobrenome ilustre. Conforme o autor, a primeira camada se formaria “pelos homens de espírito, pelos sábios, pelos homens de letras, pelos artistas de talento, pelos investigadores e reformadores científicos, pelos exploradores notáveis” (AZEVEDO, 1954, p. 65). A segunda seria composta pelos “incapazes de criar, mas que servem de veículo à grande obra dos artistas criadores” (AZEVEDO, 1954, p. 65). Na parte mais rasteira, “no último plano, chega a vez dos mercadores, isto é, daqueles que, por falta de talento para conceber e por falta de técnica para executar ou reproduzir qualquer

trabalho científico ou artístico, limitam-se a servir de intermediários entre a ciência, a arte e a indústria e entre o público que o consome.” (AZEVEDO, 1954, p. 66). Por fim, afirma:

Esta última camada social constitui o comércio, em grosso e a retalho. Na Inglaterra, na Alemanha, na Itália, e na Rússia, as portas da boa sociedade lhe são vedadas escrupulosamente. A França, depois que se democratizou, limita-se a empurrá-la para o fim da ordem social, e, se lhe não fecha as portas da alta sociedade, faz pior: despreza-a, trata-a com desdém e até com repugnância. Em França, hoje essa classe só serve para fornecer sogros ricos e noivas com bom dote. (AZEVEDO, 1954, p. 66)

Nesse último trecho, é interessante a diferença que o escritor traça a respeito da maneira como são tratados os membros do “terceiro escalão” na França. Embora seja menos rígida na rejeição dos vendedores, a elite francesa mantém os pequenos burgueses na penumbra. Os endinheirados recebem o encargo de nutrir o conforto da nobreza, mas não figuram nela, ou seja, enriquecem, mas não ascendem de classe. A reconversão social é quase exclusiva às suas filhas, as quais podem subir por meio do casamento com membros dos outros estamentos. A representação dessa conjuntura é feita por Honoré de Balzac em *Eugênia Grandet*⁴¹ e *Pai Goriot*⁴², por exemplo.

⁴¹ Em *Eugênia Grandet*, o avaro enricado é Félix Grandet, que é pai de Eugênia. Ele é um tanoeiro e – ao desposar a filha de um “rico negociante de tábuas” – obtém 2000 luíses de ouro. Após certas insurgências políticas, torna-se Prefeito de Saumur. Porém, as moedas engrossam mesmo quando a esposa embolsa três heranças de ascendentes avarentos. O velho investe esse dinheiro no ramo de vinhos; é bastante atilado nas transações financeiras e multiplica os cobres. Mesmo com os ganhos, a família e a empregada (Nanon) convivem em plena pobreza. No entanto, os habitantes de Saumur reconheciam nele um homem rico. Por isso, a sua filha é desejada por vários rapazes. A disputa se acirra entre as famílias: Des Grassins e Des Cruchot. O Sr. Grassins é banqueiro e o Sr. Cruchot é advogado, ambos prestam serviços a Félix. De um lado, o membro dos Grassins gostaria de casar o filho, e, do outro, o integrante dos Cruchot adoraria unir o sobrinho à filha do capitalista. Todavia, nem todos os Grandet são avarentos. Guillaume, irmão de Félix, vai à falência em Paris devido ao gosto pelo luxo e a uma sucessão de negociações desastrosas. Por isso, o derrocado envia uma carta a Félix para explicar a sua situação e pedir que abrigue o sobrinho. Segundo Guillaume, não existe outro parente a quem confiar o filho, pois “ele não tem parentes do lado materno, e bem sabes por quê. Por que não obedeci aos preconceitos sociais? Por que cedi ao amor? Por que casei com a filha de um grão-senhor? Carlos não tem mais família.” (BALZAC, 1971, p. 61). Conforme relata Aluísio Azevedo, os preconceitos sociais franceses não consentem a união da filha do grão-senhor e do jovem arrivista.

No tempo em que fica na casa do tio, Carlos tem um relacionamento amoroso com a prima. Porém, no anseio de enricar novamente, o rapaz se transfere para a Índia, onde se tornará um abastado traficante de escravos. Numa viagem de retorno a Bordeaux, Carlos se aproxima de uma família aristocrática decadente, os Aubrion. A Sra. Aubrion percebe no rapaz a oportunidade de socorrer as economias. E o jovem discerne, no matrimônio com a filha dos Aubrion, a chance de adotar nome ilustre. Após descobrir os planos do primo, Eugênia se unirá num matrimônio de aparências com Cruchot des Bonfons, presidente de tribunal em Saumur e que será “nomeado conselheiro na corte real de Angers.” (BALZAC, 1971, p. 223). Antes disso, pede ao futuro marido que quite as dívidas restantes do tio Guillaume, as quais impediriam o casamento de Carlos. Como se vê, a união entre os parentes é obstada pela falta de nobreza de Eugênia, a qual apenas serve – consonante o argumento de Aluísio Azevedo – como uma “noiva de bom dote” (AZEVEDO, 1954, p. 66). Por isso, a trajetória dos jovens Grandet é oposta.

⁴² Os episódios em *Pai Goriot* são similares, em certa medida, aos de *Eugênia Grandet* com relação aos casamentos e à ascensão social. Pai de Anastasie e Delphine, Goriot enriquece com a fabricação de massas italianas e amido. Ele se aposenta do ofício após casar as filhas, porque não é condizente com a posição das jovens serem vinculadas ao vendedor. Anastasie é desposada pelo conde de Restaud, o qual é mais nobre que o marido da irmã, o banqueiro alemão, Barão de Nuncigen. Pela condição mais elevada da primeira, Goriot é

Nessas duas obras, ficam claras as palavras do autor maranhense. É evidente a intolerância da aristocracia, a qual restringe a entrada dos negociantes. Os novos ricos dificilmente conseguem se inserir no clã dos nobres parisienses. Por isso, a ascensão social pelo casamento é uma possibilidade feminina, com raras exceções. Na periferia, a elite brasileira urbana é muito incipiente e mais receptiva aos nobres de ocasião. É importante esclarecer, no entanto, a cor do pretendente, a sua origem e, claro, a sua renda. A discrepância entre a trajetória narrativa dos mercenários franceses e a do lusitano funda-se, então, numa diferença de ordem social.

Parece plausível argumentar, todavia, que há muitos dos trejeitos dos personagens de Balzac no perfil do caixeiro. Nesse sentido, João Romão é, claramente, um personagem da família literária de Félix Grandet, por exemplo. Os dois encerram o impulso desmedido do trabalho e da economia e, para ambos, não existe atitude imoral na multiplicação de seus lucros. São calculistas que concentram as suas forças e anulam os seus sentimentos no intuito de enriquecer a qualquer custo e sem remorso. Igualam-se ainda na maneira como concebem as relações humanas. Fazem delas extensão das atividades produtiva, comercial e acumuladora e, por isso, nivelam os indivíduos a objetos. Coisificados, os amigos, parentes e empregados (inquilinos) compõem-se de valor e de funcionalidade aos olhos dos capitalistas.

Em *Eugênia Grandet*, o pai utiliza a solteirice da filha para desenvolver seus planejamentos rentáveis com a ajuda dos Cruchot e dos Grassins, que a disputavam. Ainda, a forma como trata a empregada, Nanon, lembra muito como João se vale de Bertoleza. Nanon também tem uma existência de dificuldades. Ela é “forçada a abandonar uma granja incendiada, onde cuidava de vacas” (BALZAC, 1971, p. 33) e ir para Saumur procurar um emprego, porém não consegue e passa a viver como andarilha. Ao avistá-la, Grandet – ainda solteiro – abstrai a feiura dela e se concentra apenas nas suas qualidades corporais propícias para o labor. Por isso, acolhe a mulher.

O Sr. Grandet pensava na ocasião em casar-se, e já queria montar casa. Reparou naquela moça, rejeitada de porta em porta. Sabendo avaliar a força corporal, na sua qualidade de tanoeiro, adivinhou o partido que podia tirar de uma criatura fêmea talhada como um Hércules, plantada sobre pés como um carvalho sexagenário sobre suas raízes, forte de ancas, quadrada de ombros, com mãos de carreteiro e uma probidade tão vigorosa como a sua intacta virtude. (BALZAC, 1971, p. 33). [Durante o tempo em que dividiu a moradia com o patrão solitário, Nanon] [...] fazia tudo: cozinhava, fazia a barrela, ia lavar roupa no Loire, trazia-a de volta no ombro; levantava-se cedinho, deitava-se tarde; dava de comer aos vindimadores durante a

completamente renegado por ela. A segunda enfrenta diversas dificuldades financeiras, por isso tende a fingir estima pelo pai, embora o encontre apenas às escondidas. O velho que mora na pensão da Sra. Vauquer não se priva de ajudá-la e, quando preciso, penhora os seus já poucos bens para sustentar os costumes dela.

colheita, vigiava os catadores; defendia, como cão fiel, a propriedade do amo; tinha, enfim, uma cega confiança nele, obedecendo sem murmúrio aos seus caprichos extravagantes. (BALZAC, 1971, p. 34).

Félix não desposa a empregada, mas também não se desfaz dela. Ele a estimava como “a um cão, e Nanon deixou que lhe pusessem no pescoço uma coleira provida de pontas cujas picadas não lhe doíam mais.” (BALZAC, 1971, p. 34). A devoção de Nanon pelo Sr. Grandet é bastante similar à existente entre o caixeiro e a quitandeira d’*O Cortiço*. “Para uma mulher do campo, que na mocidade só recebera maus tratos, para uma infeliz recolhida por caridade, o riso equívoco do Pai Grandet era um verdadeiro raio de sol.” (BALZAC, 1971, p. 35). Os mercenários tiram proveito desse sentimento das subordinadas para explorá-las. Embora o vínculo entre Félix e Nanon seja pontuado por certo compadecimento do avarento com o destino da funcionária, esses lapsos de humanidade não dissipam os xingamentos rotineiros, nem retiram Nanon do “fundo daquele corredor, num desvão sombrio, iluminado por uma claraboia” em que dorme (BALZAC, 1971, p. 36). Segundo o narrador de *Eugênia Grandet*, pode-se dizer que Félix e João apoiam suas vidas em “dois sentimentos: o amor-próprio e o interesse; mas, como o interesse é de certo modo o amor-próprio sólido e bem compreendido, a comprovação permanente de uma superioridade real, o amor-próprio e o interesse são duas partes de um mesmo todo, o egoísmo.” (BALZAC, 1971, p. 110). Esses egoístas sofrem da “febre de possuir” e “todos os seus atos, desde o mais simples, visam um interesse pecuniário. Só [têm] uma preocupação: aumentar seus bens.” (AZEVEDO, 2011, p. 23). Por isso, as suas personalidades são marcadas pelo pragmatismo insensível. Mesmo diante de fatos trágicos, não se arrependem ou se envergonham da sua mesquinhez, e não há peso na consciência. Embora a brutalidade do convívio entre patrões e empregados seja parecida e a ganância do mesmo tamanho, o pai Grandet não rompe a camada dos pobres apenas a subjugando ou labutando. O dinheiro de investimento do francês advém do dote e das heranças, como é comum nos romances brasileiros do século XIX – o que Aluísio Azevedo rompe em *O Cortiço*. Conquanto o autor também tenha procurado sugestões compositivas em *Eugênia Grandet*, ele as adapta “com liberdade e força criadora” (CANDIDO, 2004, p. 108) às circunstâncias espoliantes próprias do Brasil Império, as quais já foram abordadas nesse estudo.

O perfil do personagem francês rejeitado no velho mundo e vitorioso no Brasil já pontua a denúncia que o escritor realça na crônica em 1892. Nesse sentido, a comercialização dos títulos nobiliários é outra das deturpações do País jovem. É recorrente, na obra de Aluísio Azevedo, a presença de novos ricos, que se diferenciam socialmente por meio dos brios

nobiliários. Normalmente são lusitanos ou seus descendentes e ambos desfrutam dos lucros advindos do trabalho. Isso causa revolta em vários personagens brasileiros. Em *O Mulato*, os maranhenses xenófobos são José Roberto – que atende pelo apelido de Casusa, um jovem boêmio, republicano e defensor das ideias abolicionistas – e Sebastião Campos, senhor de engenho, bairrista, racista e violento com seus escravos; segundo ele, “preto é preto; branco é branco! Moleque é moleque; menino é menino!” (AZEVEDO, 1994, p. 66). Numa conversa com Sebastião, Casusa defende uma *revolução* que refizesse a ordem social – igual ao que Aluísio defenderá no jornal, como já se mencionou na nota 27:

Olhe, meu Sebastião, aqui no Brasil vale mais a pena ser estrangeiro que filho da terra!... Você não está vendo todos os dias os nacionais perseguidos e desrespeitados, ao passo que os portugueses vão se enchendo, vão se enchendo, e as duas por três são comendadores, são barões, são tudo! Uma revolução! exclamou repelindo o Campos com ambas as mãos. Uma revolução é do que precisamos! (AZEVEDO, 1994, p. 66)

O conjunto de escritos de Aluísio é permeado pela discussão sobre a valorização dos estrangeiros no Brasil. Entre 1881 e 1892, Aluísio espera a reforma redentora que devolvesse o lugar de destaque aos brasileiros com algum nome, mas sem dinheiro. Com crítica, em *O Cortiço*, encerra o decurso ascensional de Romão com o seu planejamento de adquirir o título de Visconde e, futuramente, Conde. A distinção ilustre é importante quando se almeja alcançar mais poder no contexto competitivo do Rio de Janeiro. Ainda, o apego “aos títulos e sinais de reverência” (BUARQUE, 2012, p. 148) representa o costume dos lusitanos desterrados. Por aqui, os certificados acadêmicos compõem o quadro de enobrecimento no âmbito urbano e ensejam a rivalidade entre o bacharel (poeta, artista, jornalista) e o Barão ou o Conde (vendeiro) – tudo no intuito de despontar num posto de relevo na vida pública e/ou obter um casamento com moça rica. O objetivo é conseguir ascender, tonar-se reconhecido (conquistar certa cidadania) e elevar (adquirir) o sobrenome naquela sociedade de aparências.

4.2 AS PROSTITUTAS E A ASCENSÃO SOCIAL DE POMBINHA

Queria ser uma mulher desejável, usar calcinhas e sutiãs vermelhos, sentir os homens em meu corpo, transar muito e nunca me faltar. Não queria casar nem viver junto com ninguém. Somente ver e sentir muitos homens me desejando. Por que eu não poderia viver como eles, que sempre estavam com mulheres diferentes? Por que nós, mulheres, tínhamos que nos contentar em ter um único homem ao longo de toda a vida? Eu queria ter a liberdade sexual deles e não sabia

por onde começar. (*Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*, Gabriela Leite).

No primeiro capítulo, abordou-se de que maneira as personagens estão divididas no arranjo d’*O Cortiço* e os estereótipos que cada mulher assume em consequência das determinações balizadas pela sua cor. Nesse enquadramento da mentalidade patriarcal, as brancas estariam destinadas ao casamento; as mulatas, a saciar os desejos sexuais, e as negras, condicionadas aos afazeres desgastantes. No entanto – como se viu também – essas injunções imaginárias não ficam representadas sem resistência feminina.

Essa contrariedade às generalizações preconcebidas se acentua, ainda mais, quando se analisa a trajetória das meretrizes. Além de rechaçarem a máxima da “branca para casar”, não se adequam à pretensa conjuntura de inferioridade, nem assumem um estado de subserviência perante os fregueses ricos. Pelo contrário, invertem a lógica que ajuíza o rebaixamento da prostituta em conformidade aos clientes. Por sua vez, os senhores maravilhados com os encantos delas se dispõem a procurá-las e pagam o quanto pedem. Desse modo, a liberdade delas e a vontade deles instituem uma dependência de mão trocada. E, por meio dos ganhos altos, a mulher pobre (Pombinha) subverte a rotina de trabalho da sua mãe, a conjuntura de sucessivos constrangimentos financeiros, a sujeição ao matrimônio e a intransponível imobilidade social. Ainda, elas repelem o perfil da prostituta vitimada pelas instâncias sociais e/ou a realidade da profissional descontente com seu serviço.

A autonomia financeira – presente no ramo das lavadeiras e importante para definir rompimentos e as desavenças conjugais nas classes baixas – cresce proporcionalmente aos maiores lucros auferidos pelas prostitutas. Por isso, o meretrício representa uma possibilidade relevante para o sustento feminino, pois oportuniza receitas mais significativas e, conseqüentemente, intensifica a independência social dessas trabalhadoras. Segundo Magali Engel, ““prostituir-se” pode representar uma escolha, na medida em que, em termos econômicos, sexuais e emocionais, o exercício da prostituição poderia viabilizar para a mulher a vivência de uma condição autônoma e independente” (ENGEL, 1989, p. 26). N’*O Cortiço*, é imperioso enfatizar que se aborda a vida das cortesãs. Com certeza, a rotina no baixo meretrício é mais precária e tem resultados pecuniários menos marcantes. No entanto, o cotidiano da rameira modesta não está composto no livro. Aluísio Azevedo contrasta, de um lado, o ramo das lavadeiras pobres e, do outro, o das prostitutas luxuosas. Nesse sentido, a oposição entre o aprisionamento dos indivíduos sem recursos econômicos e o enriquecimento propiciado por circunstâncias privilegiadas (João e Pombinha) está mantido – o que é

característica importante do romance. Por isso, a prostituição de altos rendimentos é privilegiada na obra, uma vez que ela modificaria significativamente a condição financeira da ex-inquilina. Os prazeres negociados permanecem, assim, não apenas “como uma alternativa importante de sobrevivência”, mas também oferecem “em alguns casos possibilidades de ganhos mais expressivos” (ENGEL, 1989, p. 25) e de elevação de classe. É necessário ampliar a análise para esse outro âmbito de trabalho feminino a fim de se abrangerem as variáveis da reconversão social de Pombinha e de se compreenderem mais as formas internas d’*O Cortiço*.

Um apontamento central sobre as prostitutas distingue que todas são claras e loiras. Num universo de miscigenação e diversidade racial, essa padronização reforça o preconceito contra as mulheres de cor. Nem mesmo as mulatas, fontes imaginárias de genuíno prazer, adquirem notoriedade entre a elite. Como frequentadoras ilustres dos grandes estabelecimentos da época, o perfil europeizado das meninas de Léonie é impositivo. Essa uniformidade as distingue e evidencia a primeira ressalva quanto à possibilidade de ascenso por meio desse trabalho, pois as cocotes selecionam as suas afilhadas a partir de um modelo predefinido. Nele, preconizam-se a pele e o cabelo claros, bem como certa educação. Conforme se percebe, o racismo e a desigualdade social também dão as cartas nessas escolhas. Nesse sentido, tão necessário quanto serem brancas, é possuírem instrução.

As inquilinas com escolaridade são as únicas, então, a terem a alternativa de deixar a estalagem. Pombinha lê, escreve e sabe francês – o que lhe dá destaque no cortiço. Senhorinha estuda em um convento – do qual é afastada por falta de pagamento. Já Juju – filha pequena de Augusta e Alexandre – é enviada para conviver com Léonie para ser educada. O espelho delas é a própria Léonie e – por extensão – as francesas, pois, conforme apresenta Cristiana Schettini:

As mulheres que se dedicavam à prostituição eram vistas pelos “consumidores” potenciais através da mesma lógica fetichista que cada vez mais guiava interesses e gosto dos brasileiros por produtos europeus na virada do século. As prostitutas européias começam a circular pelo Rio de Janeiro ao mesmo tempo em que a variedade de produtos de luxo de origem européia começa a ser objeto de consumo de setores médios e de uma elite urbana que procurava se identificar com a cultura franco-inglesa. [...] [Além disso, a elite urbana] identificava a França como o ideal de civilização da sociedade carioca e procurava se distanciar da presença e das influências africanas e portuguesas, associadas ao indesejável passado colonial. (SCHETTINI, 2006, p. 138)

Com isso, o perfil das prostitutas d’*O Cortiço* provém da inspiração literária (sobretudo da jovem e adulta Naná, de *L’Assommoir* e *Naná*) e das influências da sociedade

fluminense – o que explica o afrancesamento delas. Aliás, a diferença social gera contrastes muito significativos entre a composição de Émile Zola e a de Aluísio Azevedo.

Em *L'Assommoir*, a menina Naná se distingue pela sexualidade precoce e pelos trejeitos adultos. Ela exerce forte influência sobre os amigos como se fosse uma “grande personne ayant du vice. C’était, sous sa conduite, des jeux à se faire gifler.” (ZOLA, 1879, p. 196). Ainda, costuma sugerir às outras crianças que reproduzam a relação de pai e mãe nas brincadeiras. Por isso, é muito interessada pela rotina dos mais velhos, o que a faz testemunhar o encontro amoroso de Gervaise e Lantier. Ela rompe, então, prematuramente com o ar pueril da infância – de um lado – pelo seu jeito um tanto maduro e curioso e – de outro lado – pelos episódios presenciados às escondidas. Como contraponto, N’*Cortiço*, Pombinha se conserva inocente até estar prestes a casar. Com dezoito anos, é pacata e recatada sem conhecimento ou manifestação de desejo carnal. O corpo e a personalidade da jovem apenas se modificam após a experiência sexual com Léonie, a menstruação e o entendimento da fragilidade masculina. Em consequência, o narrador chega a lastimar a “perdição” da *flor do cortiço*, que é abocanhada pela “serpente”.

Em *L'Assommoir*, Émile Zola já fundamenta os motivos para Naná se tornar prostituta. O seu jeito espevitado, dominador e sexualizado nutrido pela imoralidade caseira prefigura a formação da meretriz, numa aritmética simples: personalidade “fraca” + depravação familiar = libertina. Em *O Cortiço*, Aluísio Azevedo também apresenta injunções licenciosas que supostamente “desvirtuam” a adolescente, mas inova ao não vinculá-las diretamente na construção e na mudança interna da personagem. Embora o estupro lhe acenda a sexualidade e a menstruação sinalize a maturidade física, a mudança de personalidade de Pombinha provém de um processo íntimo de conscientização sobre o relacionamento dos casais da vizinhança. Nesse sentido, a jovem é menos vítima do “entorno viciado”, do que da *própria inteligência* – conforme também entende o narrador – “aquela pobre flor de cortiço, escapando à estupidez do meio em que sabotou, tinha de ser fatalmente vítima da própria inteligência.” (AZEVEDO, 2011, p. 252). Ou seja, o desenvolvimento de Pombinha não se vincula a condicionamentos abstratos e irremediáveis – tão pesados quanto chumbo e tão perceptíveis quanto brisa – pelo contrário, existe materialidade embasando o amadurecimento da moça: experiências concretas as quais são racionalizadas e que acarretam a escolha da personagem pela liberdade e pelos prazeres ao lado de Léonie.

Essa diferença essencial surge da visão muito mais negativa que Émile Zola possui da prostituição. Segundo “George Holden, tradutor da edição da Penguin de *Naná*, tanto Zola quanto Dumas Filho responsabilizaram o colapso do Segundo Império (1870) à prostituição; e

foi justamente durante este período que a noção da prostituta como inimigo público número um começou a penetrar na consciência do público como um todo. E ali está desde então.” (ROBERTS, 1992, p. 270). Conforme se sabe, em *O Cortiço*, o inimigo público número um pelo atraso brasileiro é a ganância do lusitano, e o número dois, a suposta fragilidade moral do negro livre. Por isso, a situação da prostituta é ambígua: ora é vilã, ora, vítima para o narrador.

Pombinha chega a desempenhar o papel de redentora moral da estalagem, haja vista que tem pureza nos sentidos e se destina ao casamento. Em grande parte do romance, é caracterizada como uma flor que, infelizmente, brota naquele solo imundo. Há uma espécie de compadecimento afetivo pela personagem – o qual é compartilhado pelo narrador e que pode advir de razões étnico-nacionais. Como se argumentou no primeiro e nesse capítulo, em *O Cortiço*, excluem-se os brasileiros pobres e brancos da denúncia das imoralidades da sociedade, e eles não são representados no romance. A ressalva são as jovens: Ana das Dores, Nenen e Pombinha – todas de pele clara, fluminenses e sem dinheiro. Porém, a única relevante para o desenrolar da história é a filha de Dona Isabel. Sua trajetória distingue-se pela descrição da sua decência moral, a qual é pretensamente arruinada por Léonie. Por isso, a francesa é caracterizada como “a serpente” que abocanhou a “pombinha”. E, quando a moça decide pela vida de cortesã, lê-se: “a serpente vence afinal: Pombinha foi, pelo seu próprio pé, atraída, meter-se-lhe na boca” (AZEVEDO, 2011, p. 257). O narrador transfere a responsabilidade pela escolha da jovem à francesa, o que dá à relação algo de alegórico, pois reconstitui o maquinaísmo entre nacional (vítima) e estrangeiro (vilão), embora esse dualismo seja desmentido pelo representado no romance. Aos olhos do enunciador, a brasileira terá seu destino corrompido, mas – no enredo – Pombinha é quem procura a independência, a riqueza e os prazeres do meretrício. E, por fim, é quem se transforma em protetora de Senhorinha, embora se conheça pouco do relacionamento afável entre as duas.

O escritor maranhense também inova ao isentar as suas prostitutas do fim infeliz ou mortal⁴³. Nesse ponto, o obituário das meretrizes literárias é longo: Margarida Gautier, de *Dama das Camélias*, de Alexandre Dumas Filho; Fantine, de *Os miseráveis*, de Vitor Hugo; Élisabeth, de *La Fille Élisabeth*, de Edmund Goncourt; Marthe, de *Marthe, a história de uma prostituta*, de Joris-Karl Huysmans; Lucíola, de *Lucíola*, de José de Alencar – apenas para

⁴³ Em *Retrato do Imperador: negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil*, Leandro Mendes também faz menção ao fato de as prostitutas de *O Cortiço* não morrerem. Ele escreve: “[Aluísio Azevedo] cria dois raros exemplo de prostitutas que, na ficção do século 19, sobrevivem ao final das narrativas que contam as suas histórias”. Embora seja um apontamento importante para o entendimento de *O Cortiço*, não recebe muitos desdobramentos no estudo do autor.

citar algumas. Obviamente, Naná também está na lista das vítimas das desventuras da devassidão. A particularidade da narrativa de Émile Zola é o regozijo do narrador com a finitude da mulher. Ele sadicamente esmiúça cada um dos efeitos da varíola no corpo dela.

Era uma câmara mortuária, um montão de humores e de sangue, uma porção de carne em decomposição, largada ali, sobre o travesseiro. As pústulas tinham invadido todo o rosto, as bexigas ligadas umas às outras; e murchas, apagadas, com um aspecto acinzentado de lama, pareciam já um montão de terra, sobre aquele rosto informe, onde não se distinguiam já feições. Um olho, o esquerdo, tinha-se afundado completamente sob uma capa de purulência; o outro, semiaberto, enterrava-se, como um buraco negro e corroído. O nariz supurava também. Toda uma crosta avermelhada partida de um face, invadia a boca, que repuxava num riso macabro. E sobre aquela máscara horrível e grotesca do nada, os cabelos, os formosos cabelos, conservavam o seu brilho, estendiam-se como uma cascata de ouro. A Vênus decompunha-se. Parecia que o vírus por ela apanhado nas sarjetas, nas carcaças corroídas, aquele fermento com que ela envenenara um povo, acabava de lhe subir ao rosto, e o apodrecera. (ZOLA, 1982, p. 407).

Nesse excerto, o desprezo do enunciador é tal, que antecipa o enterro da Vênus ao imaginar o “montão de terra” cobrindo o rosto dela. Além disso, ao longo do romance inteiro, Naná é caracterizada como se fosse “um parasita de um burguês rico”, sobretudo do Conde Muffat (ROBERTS, 1992, p. 270). É negligenciada qualquer inteligência à personagem, pois, segundo Zola, seria “um erro [fazê-la inteligente]; ela não é nada além de carne” (ZOLA apud ROBERTS, 1992, p. 270). Conforme o autor “ela tem de morrer no auge da sua juventude, no auge do seu triunfo” (ZOLA apud ROBERTS, 1992, p. 270). Claramente, não se está falando de triunfo financeiro, uma vez que a cortesã convive com inúmeras dificuldades econômicas ao longo do livro – devendo para costureiras, donos de conduções e para o proprietário do imóvel que aluga. A sua vitória é conexas à quantidade de homens infectados pelas sífilis. “Esta era [...] a realidade da prostituta do século XIX: uma prostituta envenenada [...] que destruía a sociedade (masculina).” (ROBERTS, 1992, p. 270). Assim, o falecimento de Naná é celebrado pelo caráter “sanitarista com arroubos de misoginia. [...] Com a morte da Vênus, restauram-se as disciplinas médicas e sociais.” (MENDES, 2000, p. 97). Embora imerso nessas discussões sobre a sanidade física e moral da sociedade e do indivíduo – em *O Cortiço*, Azevedo não entra nessa celeuma e concede certa dignidade as suas prostitutas – aspecto nada comum na literatura. Embora a sorte delas possa também ser lida como um dado negativo, conforme o narrador pronuncia em vários momentos – a obra tensiona o ressentimento dessa voz e a felicidade das meretrizes ricas. Dessa maneira, a superficialidade narrativa continua conservadora, mas a trama aponta uma saída bem-sucedida para essas trabalhadoras. Conforme Leandro Mendes,

Sem rejeitar em bloco o paradigma das teorias deterministas de que era contemporâneo, o autor consegue, no entanto, matizá-lo de forma a retratar com sensibilidade e relativo respeito à prostituição, [...] passando ao mesmo tempo, breves juízos médico-moralizantes. (MENDES, 2000, p. 98).

O resultado é o discurso contraditório da obra, que descreve com fidelidade o cotidiano dos sujeitos pobres do subúrbio e das prostitutas, ao mesmo tempo em que analisa essa realidade por meio de um pensamento tradicional calcado em formulações deterministas, próprio à visão de quem relata. Por isso, o enredo se choca com enunciado a todo tempo.

No fundo, esse moralismo é permeado da hipocrisia à maneira da opinião pública brasileira, a qual é, sem preocupações, mentirosa e incoerente. Dessa feita, as palavras apologéticas de pudor e bons costumes do narrador contradizem-se com os seus rompantes de desejo sexual. São engraçados o contraste abrupto e a desfaçatez entre os brados pudicos contra as prostitutas e as inquilinas de João e, ao mesmo tempo, a atração sexual que nutre por elas. Esse sentimento é tão forte que o faz abandonar a impessoalidade narrativa por três vezes. Nessas passagens, o narrador se apresenta como “nós” compartilhando o desejo sexual dos homens representados, ou não. As passagens são as seguintes:

Afigurou-se-lhe estar nos braços de uma amante apaixonada: descobriu nela o capitoso encanto com que **nos** embebedam as cortesãs amestradas na ciência do gozo venéreo. (AZEVEDO, 2011, p. 19).

Sóbrio como era, e depois daquele dispêndio de suor, o álcool produziu-lhe logo de pronto o efeito voluptuoso e agradável da embriaguez nos que não são bêbedos: um delicioso desfalecer de todo o corpo; alguma coisa do longo espreguiçamento que antecede à satisfação dos sexos, quando a mulher, tendo feito esperar por ela algum tempo, aproxima-se afinal de **nós**, numa avidez gulosa de beijos. (AZEVEDO, 2011, p. 93).

Pombinha punha alegrias naqueles serões com as suas garrulices de pomba que prepara o ninho. Depois do seu idílio com o sol fazia-se muito amiga da existência, sorvendo a vida em haustos largos, como quem acaba de sair de uma prisão e saboreia o ar livre. Volvia-se carnuda e cheia, sazouava que nem uma fruta que **nos** provoca o apetite de morder. (AZEVEDO, 2011, p. 159).

O primeiro trecho apresenta as visitas noturnas do Miranda à Estela. Nele, comparam-se os rompantes sexuais da esposa ao arrebatamento carnal produzido pelas meretrizes. Quem relata a cena claramente é um frequentador dos prostíbulos, pois reconhece o deleite e a desenvoltura dessas profissionais em Estela. Justamente, a comparação de cunho pessoal e a

marca da primeira pessoa do plural (pronomes oblíquos *nos*) acusam o “eu” masculinizado (eu + outros clientes) presente em meio à escrita de aparência despersonalizada. O uso do tempo presente (*embebedam*) aponta, ainda, que as prostitutas não perderam a freguesia de quem está narrando. Inclusive, o narrador parece ostentar a sua extensa experiência no “capitosa encanto”, que Miranda acaba de descobrir nas madrugadas com a mulher, ou seja, o português não conhece os atrativos dos bordéis, sobre os quais se faz propaganda.

A passagem seguinte apresenta o encanto de Jerônimo pelos efeitos do *parati*. As sensações da bebida são comparáveis às do gozo físico no qual se desfalece de contentamento. Além disso, demonstra-se o conhecimento sobre o modo de agir feminino, que – segundo se argumenta – é manhoso, pois instiga os anseios masculinos com a espera, embora queira tanto quanto os companheiros o encontro e os carinhos. Esse comentário parece definir tanto o convívio do casal de ocasião, quanto o do par compromissado. Novamente, há o relato de saberes pessoais, pois o episódio parece tão instigante, que o narrador tem dificuldades de se isentar. O resultado é a impossibilidade de alheamento, quando se descreve certa impressão física da qual se possui conhecimento – o que converte quem relata num sujeito concreto e com experiências de vida.

Por fim, o terceiro segmento apresenta o fascínio do enunciatador pela beleza sugestiva de Pombinha. Após a menstruação, ele começa a observar a menina de outro modo. Antes a descrevia com uma aparência angelical de doente, agora salienta as suas curvas e a sua gradual desenvoltura. Ainda, assemelha a inquilina a uma fruta carnuda a qual se cobiça *morder*. Nessa passagem, Pombinha é caracterizada como uma mulher formada, a própria imagem do fruto proibido – o pecado original do qual não se logra fugir. Nesse sentido, ele demonstra a fraqueza que acusará nos rapazes e senhores que procurarão a filha de Dona Estela.

Nesses três momentos, evidencia-se uma contradição que não se consegue esconder entre o ato e o discurso. Esses instantes apresentam a falsidade dos brados moralistas da elite brasileira, feitos da inconsistência entre biografia e ideologia. O orador devasso está no cerne da arguição por um País mais ordeiro. Essa incoerência também pode ser uma explicação para que as prostitutas sejam acusadas pela voz narrativa, mas enriqueçam e ascendam de classe. O contraste entre os três momentos e o restante do romance explicita a real personalidade do narrador: uma combinação inusitada de libertino-divulgador-dos-prazeres-carnais e rígido-defensor-da-pureza-física-e-moral.

Essa incongruência constitui o modelo de organização da sociedade patriarcal brasileira, que antagoniza a mulher santa do lar (digna para administrar a vida privada) e a

diabólica cortesã (virtuosa em purgar a pulsão sexual contida em âmbito domiciliar). A diferenciação entre os homens – tidos como sexo forte – e as mulheres – tidas como sexo frágil – é acentuada, conforme se mencionou no primeiro capítulo. Essa dessemelhança legitima a posse e o pensamento de inferioridade do feminino pelo masculino. Em casa, a esposa-mãe-filha se distingue do marido-pai-filho também pela anulação da sua sexualidade. Enquanto, no contexto caseiro, engessa-se a mulher em contornos castos – nos bordéis, espera-se dela a liberdade para as práticas fantasiosas. A esposa – tida com “uma escrava, à qual ainda não chegou, nem chegará tão cedo, ao benefício influxo da emancipação” (AZEVEDO apud FREYRE, 1968, p. 117) – é o avesso da prostituta – mulher independente, emancipada dos conservadorismos sociais e, por isso, encarada como detentora de uma sexualidade desviante e, ao mesmo tempo, encantadora. A prostituição é enfrentada, então, como um “mal necessário”: “uma instituição profana para salvar a instituição sagrada” (RIBEIRO apud BARBOSA; WESTPHAL, 2012, p. 616). E a profissional é “identificada com tudo o que é “sujo” e “degradado” (a imagem cristã da própria sexualidade), a prostituta [é] vista tanto como necessária quanto nojenta; uma mistura ambígua de defensora da família e fossa obscena”. (ROBERTS, 1992, p. 265). Por isso, a cortesã e o exercício da sexualidade feminina são enaltecidos e, no momento seguinte, reprovados. Essa repulsa é essencial para o amparo dos princípios da exclusividade monogâmica, da castidade e da fidelidade do sexo frágil. Para engrossar mais a linha das contradições, a trabalhadora sexual também é elemento fundamental para conservar esses preceitos, uma vez que a dona do lar não pode ter acesso a sua libido. Essas normas do matrimônio acarretam na aversão àquela que se prostitui. Assim, essa atividade laboral é desqualificada, embora seja muito rentável devido ao número alto de clientes. Essas personagens são relegadas à “marginalidade e ao desamparo social”, além de serem caracterizadas como objetos sexuais – entendimento reforçado pelo narrador e contraposto pelas meretrizes. Elas se colocam – sem dilemas – num patamar de igualdade ou, até mesmo, de superioridade diante de seus clientes.

Nesse relacionamento de dominação entre o pai-marido e a prostituta, ocorre um jogo com polos invertidos. Como escreve Gilberto Freyre, “o homem patriarcal se roça pela mulher macia, frágil, fingindo adorá-la, mas na verdade para sentir-se mais sexo forte, mais nobre, mais sexo dominador” (FREYRE, 1968, p. 98.). É como se o patriarca cultuasse a sua força ao subjugar a suposta debilidade feminina. Nesse sentido, “esse culto pela mulher, bem apurado, é, talvez, um culto narcisista do patriarcal, do sexo dominante, que se serve do oprimido” (FREYRE, 1968, p. 98). Por ser a carne e o “temperamento fraco[s] [...] para resistir ao desejo” (AZEVEDO, 2011, p. 27), eles se valem dos serviços das cortesãs e pagam

alto para se julgarem superiores. Desses gastos provém o receio de se perder fortuna nos bordéis⁴⁴ e a força das prostitutas d'*O Cortiço*.

O autor maranhense esmiúça, justamente, a conjuntura de enriquecimento das cortesãs ao representar o vínculo comercial e de confiança entre elas e homens ricos. O narrador enuncia com ironia que Léonie e Pombinha “arrastavam para os gabinetes particulares dos hotéis os sensuais gordos fazendeiros de café, que vinham à corte esbodegar o farto produto das safras do ano, trabalhadas pelos seus escravos” (AZEVEDO, 2011, p. 252). Diante dessa cena, cria-se, então, uma escala financeira e se apresenta uma circulação econômica iniciada com os lucros da exploração do negro os quais oportunizam a contratação dos serviços da prostituta (o que possibilita o enriquecimento e o custeio do padrão de vida delas). Entra nesse cálculo também Henriquinho, o qual recebe dinheiro do pai fazendeiro a fim de estudar Medicina, mas que logo passa a visitar Pombinha. E, por fim, certamente algum desses cobres poderá cair nos bolsos de algum João Romão, como acontece no capítulo IX, no qual Léonie “[dá] a Agostinho dez mil-réis para ir buscar três garrafas de Carlsberg” (AZEVEDO, 2011, p. 124). Desse modo, os gastos movimentam a economia da cidade e, indiretamente, ampliam as receitas também do homem do empório. De um lado, eleva-se financeiramente a prostituta e, do outro, o taverneiro.

Além dos fazendeiros anônimos, os políticos também sem identificação se regozijam com os encantos das meretrizes. Pombinha e Léonie “chamavam para si os velhos conselheiros desfibrados pela política e ávidos de sensações extremas” (AZEVEDO, 2011, p. 252). Na algibeira delas, então, afora os pagamentos dos senhores de escravo, entra os dos servidores públicos. Assim, Léonie e Pombinha passam a controlar “o alto e o baixo Rio de Janeiro” (AZEVEDO, 2011, p. 252), embora sejam condenadas pelos discursos-morais-dos-cidadãos. Elas são discriminadas socialmente, uma vez que a opinião pública as enxerga como se fossem desocupadas, de vida fácil, ligadas à produção dos outros. “Apesar de designada, muitas vezes, como ocupação, ofício e comércio, a prostituição é vinculada à ociosidade e contraposta a trabalho”. (ENGEL, 1989, p. 94). Claramente isso não poderia acontecer de outro modo. Denunciar as meretrizes é responsabilizá-las pelas fraquezas de caráter dos homens do poder. No entanto, Pombinha e Léonie são indiferentes às acusações e mantêm a trajetória bem-sucedida com o exercício das suas liberdades sexuais, sem infortúnios e sem a necessidade de se manterem em casamentos arranjados.

⁴⁴ Sobre a questão da derrocada financeira nos bordéis, Magali Engel menciona que as prostitutas de luxo eram caracterizadas como “fadas da felicidade”, pois comercializavam prazer e – segundo o entendimento da época – geravam a “ostentação, o desperdício” e destruíam “o patrimônio da família (riqueza) para alimentar o luxo”. (ENGEL, 1989, p. 100).

Para se entender melhor a representação dessas mulheres e o ascenso de Pombinha, é importante examinar mais um pouco suas vidas. Uma constante: as meninas são criadas por mulheres solteiras. Assim, a pequena Juju é entregue pelos pais à madrinha, como foi dito. Pombinha é criada por Dona Isabel, e Senhorinha vai morar com a solteira e abasileirada Piedade. Conforme Edu Otsuka demonstra, *O Cortiço* é estruturado por meio de recorrências, de fatos multiplicados – a exemplo dos dois incêndios, os quais ele analisa (OTSUKA, 2009). Aqui novamente se nota a reiteração de acontecimentos que caracterizam as personagens, em especial as prostitutas. Por um lado, essas semelhanças encadeadas reforçam a independência feminina numa sociedade com poucas oportunidades de emprego. E, por outro, explicitam certa diferenciação entre as meninas educadas e os habitantes analfabetos da estalagem. A esse respeito, Rui Mourão é preciso ao apontar que “há esquemas de embates [na narrativa] que não alcançam as prostitutas” (MOURÃO, 2004, p. 9). Por exemplo, a filha de Dona Isabel não está no cortiço em nenhum dos dois incêndios. No primeiro, a menina está em visita a Léonie. E, no segundo, já tinha casado e se mudado. Assim, nos pontos culminantes da expressão coletiva do livro, Pombinha – uma das figuras centrais do romance – está ausente. A trajetória da futura meretriz parece correr em paralelo com a da estalagem. Em outras palavras, ao longo da reformulação e dos conflitos do cortiço, acontecem a reformulação e os conflitos pessoais de Pombinha – conforme se assinalou na nota 37. Inicialmente, à medida que as chamas anseiam consumir a estalagem, a menina é estuprada pela prostituta. Posteriormente, quando as chamas destroem por completo as casinhas, a mulher desgostosa do casamento trai o marido com um poeta e com um capoeirista e decide, por fim, morar com Léonie. Embora seja um pequeno cotejamento entre o decurso de vida da jovem e as mudanças ocorridas na estalagem, percebe-se a importância da composição de Pombinha para o entendimento da estrutura da narrativa, já que o desenvolvimento da jovem paira e se confunde com a do empreendimento de João Romão. É como se o andamento biográfico dela constituísse um pequeno romance de formação dentro da narrativa sobre o enriquecimento do lusitano. Assim, ao longo do desenvolvimento do cortiço e da ascensão social de João Romão, acontece o percurso formativo de Pombinha (relação sexual, menstruação, casamento, desencanto, prostituição e enriquecimento).

A recorrência do paradigma de concepção das prostitutas aponta para um universo de relações antipatriarcais. A importância do pai ou do marido é mínima no cotidiano dessas mulheres. No mundo dos de baixo, o patriarca é fraco ou violento, por motivos que se viu no primeiro capítulo, ou se suicida (o pai de Pombinha), ou se desemprega (o pai de Senhorinha). Pode ser agressivo (o marido de Leocádia), ou fatigante palerma sem ideal (o marido de

Pombinha). Pelo desamparo ou pelas dificuldades comuns, o relacionamento entre as mulheres é de solidariedade. E a união entre elas também se presentifica no contexto da prostituição. Textualmente, “agora, as duas cocotes [Léonie e Pombinha], amigas inseparáveis, terríveis naquela inquebrantável solidariedade” (AZEVEDO, 2011, p. 252). Como apontam Nickie Roberts, é comum “ha[ver] uma cultura de solidariedade entre as prostitutas” (ROBERTS, 1992, p. 283). No entanto – no romance de Aluísio Azevedo – o relacionamento entre as meretrizes não se limita à questão do companheirismo. Ele se define por um simulado grau de parentesco. Léonie amadrinha Juju e Pombinha; participa da infância delas e é bem quista pelas jovens. Como escreve o narrador, “gostavam-se muito uma da outra, [Pombinha e Léonie]” (AZEVEDO, 2011, p. 124). A história se repete com Senhorinha.

Dentro desse ambiente de familiaridade e de concórdia – mesmo ligadas por questões de trabalho – as prostitutas mantêm independência para administrarem suas vidas e não parecem exploradas. Pombinha não consulta Léonie sobre seus gastos, nem tampouco parece oprimida pela madrinha. Pelo contrário, ela é independente economicamente e domina “o alto e o baixo Rio de Janeiro” (AZEVEDO, 2011, p. 252) ao lado da francesa. É interessante que, embora obtenha sucesso pecuniário com uma atividade recriminada, Pombinha não assume o estereótipo da vítima do capitalismo, tal qual Lucíola, no romance de José de Alencar⁴⁵. Aliás, as duas são casos literários raros de sucesso na profissão. Todas as outras prostitutas ficcionais citadas acima conseguem um enriquecimento momentâneo e terminam pobres, avigorando o estigma de exploradas. Além disso – dos romances citados – *O Cortiço* é o único a apresentar um vínculo de reciprocidade entre as meretrizes. O mais frequente é trabalharem de maneira solitária ou serem abrigadas num bordel, onde pagam uma quantia para viver. Élis, de *La fille Élis*, é característica desse modelo. Ela passa por várias casas ao longo da história, mas não faz amizade com ninguém e não é ajudada por ninguém. Por vezes, há afinidade entre as meretrizes, mas não habitam juntas, como Marguerite Gautier e suas

⁴⁵ Em *Lucíola*, o drama de Maria da Glória (Lúcia) surge da situação de pobreza à qual a sua família estava submetida. Certo dia, todos os seus parentes adoecem (Pai, mãe, irmão e irmã), e a protagonista, desesperada, pede ajuda a um vizinho, o qual se vale da inocência da jovem e lhe dá algumas moedas de ouro. Embora tenha usado o dinheiro para ajudar na reabilitação dos enfermos, é expulsa de casa pelo pai, o qual julgava que a filha tinha um amante. O homem que a abusa é Couto – o capitalista da narrativa. Além do esquematismo que contrasta menina pobre (vítima) e homem rico (vilão), Lúcia assume a postura da mulher que condena o seu prazer: “Mas horrível era quando nos braços de um homem este corpo sem alma despertava pelos sentidos. Oh! Ninguém pode imaginar! Queria resistir e não podia! Queria matar-me trucidando a carne rebelde! Tinha instintos de fera! Era uma raiva e desespero, que me davam ímpetos de estrangular o meu algoz. Passado esse suplício restava uma vaga sensação de dor e um rancor profundo pelo ente miserável que me arrancara o prazer das entranhas convulsas!” (ALENCAR, 1997, p. 111). Ela encarna o perfil da meretriz sacrificada e arrependida, o que advém da carga moral internalizada. Por isso, ela é o oposto das cortesãs d’*O Cortiço*, sobretudo quando se fala da compreensão da prostituta sobre a sua atividade.

companheiras. Quando acontece de residirem conjuntamente, é normal haver uma hierarquização e o pagamento de uma porcentagem para a dona do lugar – o que também não é o caso d’*O Cortiço*. Assim, conquanto não sejam, por vezes, tão unidas, normalmente as cortesãs moram e labutam em:

Bordéis, pensões e hospedarias, [os quais são] em sua maior parte controlados por mulheres, e as próprias prostitutas tinham o controle em sua própria esfera, com grande número delas morando e trabalhando independentemente, em seus próprios quartos e apartamentos. Essa natureza do comércio, centralizada na mulher, propiciava um caráter distintivo, a sua cultura era comunal, desordeira, antipatriarcal e desprezava a moralidade burguesa. (ROBERTS, 1992, p. 281).

No caso brasileiro, a ausência da escala de superioridade entre as mulheres é tal, que, caso se fosse apontar uma dominadora no relacionamento Léonie/Pombinha, seria a ex-inquilina de João. Léonie é apaixonada pela moça e, por esse sentimento, chega a abandonar o seu sobrado para residir com Pombinha numa hospedaria, onde são encontradas por Dona Isabel (AZEVEDO, 2011, p. 251). Por isso, a natureza comercial entre as duas também não prevê preponderâncias, mas um relacionamento de ajuda mútua.

A ascensão de classe de Pombinha, assim, seria impossível, caso não fosse o acolhimento de Léonie. Conforme se caracterizou na reconversão social do caixeiro, a filha de Dona Estela necessita da proteção e do auxílio da estrangeira já assentada e proprietária no Rio de Janeiro. Se começasse labutando nas calçadas e de maneira solitária, estaria numa situação de fragilidade que talvez dificultasse a acumulação. Essa oportunidade decorre também de possuir características que possibilitam fugir do preconceito vigente e se parecer com uma europeia. Desse modo, ela adquire notoriedade social, frequenta teatros, desfila pelas avenidas ilustres da Corte com felicidade, riqueza e sem se importar com as recriminações dos cidadãos ou clientes amordaçados por discursos falsos. “A prostituição deve ser vista, portanto, como um espaço efetivo de resistência ao ideal da mulher frágil e submissa” (ENGEL, 1989, p. 27) tanto na Sociedade, quanto na Literatura.

5 CONCLUSÕES

De um desses meios [onde nascem e são criados os mulatos] – o cortiço – deixou Aluísio Azevedo no seu *O cortiço* um retrato disfarçado em romance que é menos ficção literária que documentação sociológica de uma fase e de um aspecto característico da formação brasileira. (*Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, Gilberto Freyre).

O Cortiço entranha o momento de transição histórica do Brasil no seu enredo e na sua estrutura profunda. Marca a chegada dos portugueses, viceja a libertação desassistida dos escravos por meio do ponto de vista dos antigos donos do poder, os quais, constrangidos, percebem essa nova realidade. Nesse contexto, emerge o padrão urbano desestabilizador da moral patriarcal, e o *pater familias* passa a ser contraposto pela rua – via de novidade de costumes e de contestação da sua autoridade (FREYRE, 1968, p. 34). As ruas – antes apenas espaço dos “pobres, escravos e moleques” (PESAVENTO, 2006, p. 210) – se “aristocratizam” com a chegada dos “homens de bem e pelas famílias” (PESAVENTO, 2006, p. 210). E fica evidente a decadência do âmbito rural autocentrado, descrito em *Casa-Grande & Senzala*, o qual sucumbe “à dependência da cidade” (BUARQUE, 2012, p. 175). As elites do *rur* têm de medir importância com os ricos donos das bodegas da *urbe*. Por isso, erige-se uma mentalidade que recompõe as relações entre empregados e empregadores, bem como homens entre mulheres, própria do contexto rural fortalecido, no qual o domínio do patriarca sobre as suas *coisas* era exercido de modo a satisfazer as suas vontades, fossem produtivas, fossem sexuais. Esse padrão de pensamento é transposto à cidade pré-capitalista por meio de ditos com aspecto de verdade que transparecem a concepção de mundo emoldurada em *O Cortiço*. É o que Antonio Candido explicitou com maestria em *De cortiço a cortiço* e que se procurou revisar – abordando, na medida do possível, outros vieses.

O Cortiço particulariza, ainda, as acusações dos desvios morais e da condição degradante de miserabilidade dos lusitanos e dos brasileiros negros, salvaguardando dessa denúncia o sujeito empobrecido, branco e brasileiro, com quem o narrador ou o emissor latente podem ter semelhanças. Nesse sentido, os indivíduos de instável condição social passíveis de parecença são poupados dos argumentos preconceituosos e revoltados do narrador e não figuram no universo autocentrado do romance, o qual coloca negros e brancos numa espécie de cárcere (rinha) no qual a violência é recíproca por diferenças nacionais ou raciais. E isso é feito a fim de comprovar a pretensa igualdade entre aqueles inquilinos. Esses

aspectos reforçam muito os argumentos apresentados em *De cortiço a cortiço* e demonstram a força elucidativa da combinação entre a matéria extraliterária (o *ditado dos três pés* e a sua história) e o literário, o qual descortina no enredo e, sobretudo, na sua estrutura interna tensões agudas presentes na sociedade populosa do Rio de Janeiro do final do século XIX. Por isso, acredita-se que *O Cortiço* pode elucidar muitas facetas do contexto histórico em que foi concebido. É um livro em que pequenos períodos e parágrafos descrevem as circunstâncias de amplos quadros do desenvolvimento do Brasil daquele período – os quais reverberam até hoje. Nesse sentido, a causa para a falta de avanços na análise d’*O Cortiço* talvez esteja na supervalorização que recebe o jargão determinista nas leituras acadêmicas e escolares, o qual nos engana a visão, levando-nos a considerações fáceis e artificiais. Por isso, os críticos que fugiram dessa armadilha retórica fizeram importantes apreciações a respeito dessa obra, particularmente: Antônio Candido, Rui Mourão, João Hernesto Weber e – mais contemporaneamente – Edu Teruki Otsuka e Angela Maria Rubel Fanini. Assim, a impressão – a qual se acredita confirmável – é a de que se possa apreender no relativamente breve romance de Aluísio Azevedo uma porção considerável do projeto de historiar a formação dos brasileiros antigos e modernos⁴⁶, apresentando micronarrativas dentro do enredo maior.

Ao longo da dissertação, percebeu-se, ainda, que as mulheres são tipificadas à semelhança do contexto rural e escravocrata, cada qual no seu espaço: brancas-ociosas-e-signos-de-ascensão, no sobrado; negras labutadoras e mulatas enfeitadoras, no cortiço. Essa recorrência de padrão de pensamento na representação da circunstância feminina ficou evidente ao se analisar o dito citado por Gilberto Freyre em paralelo a *O Cortiço*. No romance, fica claro que essa fórmula abjeta é contraposta pelas mulheres. O artificialismo da expressão – que é obstaculizada no enredo – denota as mudanças sociais do período e a sua irrealidade. Estela – a qual financia o renome de Miranda – espezinha o novo patriarca de passado pobre. Pombinha não se constrange em abandonar o marido remediado e escolher se tornar prostituta, ascendendo de classe com a ajuda de Leónie. Rita, Florinda e Leocádia – junto às viúvas e às mães solteiras de *O Cortiço* – são independentes e selecionam seus relacionamentos, sem aceitarem se sujeitar às agressões e às espoliações dos companheiros. As exceções ficam por conta de Augusta Carne-Mole, Piedade e Bertoleza, mulheres sem beleza e trabalhadoras incansáveis. As duas primeiras são mães e casadas, a última, amasiada e sem filhos. Augusta continua casada e tem uma trajetória plana na narrativa; as outras duas,

⁴⁶ Como escreve Angela Maria Rubel Fanini “Aluísio Azevedo no documento *Brasileiros antigos e modernos*, publicado por Valentim Magalhães no periódico *A Semana*, expressava claramente o seu projeto literário que vai ao encontro de um universo literário e cultural comum a outros escritores brasileiros que consistia em produzir literatura *interessada e empenhada* em dizer o Brasil e seu povo” (FANINI, 2003, p. 230).

após perderem as figuras masculinas, perdem-se na vida, afogando-se no álcool ou abrindo os buchos na cozinha. Assim, a decadência da portuguesa abandonada e a finitude da brasileira rejeitada, figuras típicas dos modelos de subordinação, são uma espécie de sinal da decadência das antigas relações entre senhor-escravo (ligados pela relação de compra do homem) ou homem-mulher (aliançados pelo casamento).

O Cortiço compreende, ainda, profissões com certo grau de formalização, nas quais a espoliação se vincula à aliança provisória e desigual entre patrão e empregados, e outras em que a informalidade é completa. Nas duas instâncias, o habitante do cortiço é roubado por João, embora de maneiras diferentes. As lavadeiras o são por meio dos altos aluguéis, e os labutadores, também, por meio do lucro direto do seu trabalho. Embora extenuados e compelidos a uma existência difícil, os pobres são desqualificados por várias causas: por não trabalharem; por conservarem hábitos tidos com atrasados; por não labutarem tanto quanto se espera; por serem supostamente relapsos com as suas atividades. Nesse quadro, ofícios domésticos são mais rebaixados do que outros afazeres manuais por serem desempenhados por mulheres. No entanto, a remuneração conquistada com esforço lhes concede liberdade material, cujo reflexo estará composto na irresignação feminina à autoridade incontestada dos homens.

A análise dos espaços de labuta diária na pedreira ou na fábrica e no córrego apresenta a importância formativa que possui o espaço do pátio em *O Cortiço*. A narrativa cresce e se concentra nele, pois é o recinto de intrínseca comunhão e rivalidade – características basilares do romance. O âmbito interno da estalagem é um “grande quadrilongo, espécie de pátio de quartel, onde podia formar um batalhão” (AZEVEDO, 2011, p. 25). A arquitetura que privilegia a observação dos acontecimentos de vários pontos (o que emana o feitiço de prisão) é escolhida como ponto de construção narrativa. Nele, consegue-se apreender a coletividade – principalmente, nos domingos e nas horas de descanso – e perceber os componentes de afeição e de rixa entre os moradores. Com o ponto de vista de dentro, João Romão e os inquilinos aparecem no ápice das brigas grupais sem distinções de classe ou de origem, lutando, lado a lado, contra os invasores externos (da rua), aspecto salientado por Edu Otsuka (2009).

Por ser o pátio a área de enquadramento, em *O Cortiço* se privilegia o exercício profissional das lavadeiras em que se coaduna a vida pública e privada. O dia a dia domiciliar se imbrica à rotina de compras e de lavagem. Por isso, essas personagens são mais complexas e se diferem dos empregados ordeiros de João. Eles aparecem, por vezes, como títeres do capitalista, que os utiliza para multiplicar seus rendimentos. Representam a coisificação de sujeitos despossuídos no dia a dia do livre-trabalho-sem-direitos. E, por fim, são

paulatinamente substituídos por empregados de outras bandas com mais dinheiro e, por isso, com condições menos indignas de habitação e labor. Essas chegadas e as partidas (mortes e despejos) apontam para as modificações externas e internas ao cortiço, alterações que acontecem no bairro do romance e que afetam diretamente o *Carapicus* e o *Cabeça de Gato*. Nessas mudanças, desaparecem indivíduos e profissões conhecidos no início da obra.

João Romão, portanto, ascende socialmente por meio da exploração financeira, dos alugueis, dos furtos, da exploração da mão-de-obra e dos investimentos que faz no seu cortiço. No entanto, nada disso seria possível se não fossem as suas alianças com os patrícios. O pacto com o chefe lusitano durante doze anos lhe possibilita a fixação no Brasil com certa estabilidade e lhe confere a chance de se tornar um proprietário. Com a autonomia, o ex-empregado começa a trabalhar de forma incessante, ao mesmo tempo em que se aproxima de Bertoleza, a qual engana e rouba. Na sua trajetória contínua de prosperidade fundada nas desgraças alheias, compra a pedreira – na qual explora a atividade produtiva do homem pobre – e constrói o cortiço, no qual multiplica suas finanças pela fragilidade dos desabrigados.

Esse movimento de enriquecimento independente, segundo a visão de Miranda, gera o rixoso mal-estar entre os vizinhos. Logo, aparentemente, essa raiva é amenizada pela elevação simbólica do marido de Dona Estela. O ódio passa a ser conservado na intimidade, o que possibilita a aproximação entre os antigos rivais – movimento impossível sem os serviços de Botelho. Os novos hábitos de João e a proximidade do parasita lhe concedem o casamento, que lhe abre os lugares de convívio da elite da Corte. Aqui, fica evidente que para a reconversão de classe são necessários vínculos íntimos e parcerias. Além disso, aborda-se a trajetória de cinco portugueses: o que enriqueceu e voltou, o qual era chefe de João Romão; o desamparado e consumido pela brutalidade brasileira (Jerônimo) e outros três que aprenderam a jogar (Romão, Miranda e Botelho). E – nesse jogo – Botelho é peça fundamental, sem os seus conchavos não haveria o casamento e a aliança entre os portugueses inimigos. O traficante de escravo – mediador por profissão – já geria as contendas entre o marido traído e a esposa desafiadora, claro, sempre pensando na sua posição naqueles arranjos. Se o casamento se desfizesse, o velho cairia junto com o patriarca sem fundos, por isso sobrevive de intermediar disputas e interesses. Essas uniões redentoras entre patrícios esclarecem que a derrota de Jerônimo é mais complexa do que tenta transparecer o narrador, sendo constituída de inúmeras frustrações advindas da situação degradante a qual é submetido e do seu abandono num país sem conhecidos.

O matrimônio de João e Zulmira sinaliza, assim, a união duradoura entre os compatriotas e o ensejo de uma família única, aumentando os invejosos anseios de

enobrecimento do quase Visconde, “e mais tarde, com certeza, Conde?” (AZEVEDO, 2011, p. 242). Ainda, é interessante perceber que – para a representação de um cortiço – Aluísio Azevedo procura inspiração em Émile Zola e que – para a construção do personagem central – busca sugestões nos mercenários enricados de Honoré Balzac, o qual também caracteriza os percalços da pequena burguesia enriquecida, mas, diferentemente, com poucas possibilidades de ascensão social. Aluísio – ao representar o surgimento do burguês no Rio e as alterações sociais na elite brasileira – recupera indícios em obras balzaquianas, as quais descrevem restrições mais duras à elevação da pequena burguesia francesa.

Ao focalizar o problema social em *O Cortiço*, perceberam-se, ainda, alianças de continuidade estilística e de influências semelhantes entre Aluísio Azevedo e Jorge Amado. Os dois são admiradores de José de Alencar e ávidos leitores de Émile Zola – inerente contradição da jovem nação criadora de romancistas. Essa incoerência de relógio europeu atrasado não é motivo de dilemas para Jorge Amado, por exemplo, segundo ele:

São os dois caminhos do nosso romance, nascendo um de Alencar, nascendo outro de Machado, indo um na direção do romance popular e social, outro com uma problemática ligada à vida interior, aos sentimentos e problemas individuais, a angústia e a solidão do homem, sem, no entanto, perder seu caráter brasileiro. (AMADO, 1961, s/d.)

Zola e Alencar se aproximariam ao explicitar o “social”. Assim, Aluísio Azevedo e Jorge Amado são descendentes da família, da vereda alencariana. E enquanto o primeiro assimila a dicção naturalista e a combina a certo lirismo romântico, o outro privilegia a sobriedade da linguagem, a qual – por vezes – se entrega aos encantos do sabor da culinária, da amplitude e da beleza da natureza e do gingado da mulata. Mas, sobretudo, “os escritores dessa família de Alencar escrevem menos com tinta do que com sangue, menos com as regras da gramática do que com o conhecimento da vida” (AMADO, 1961, s/d.). São rebentos do inusitado cruzamento de *Iracema* e *L’Assommoir*. Mas isso já é quase outra história...

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. **Iracema**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006. 130 p.
- _____. **Lucíola**. São Paulo: Ática, 1997. 127 p.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A Pré-Revolução de 30. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 18, p. 17-21, set. 1987.
- _____. Continuidade Histórica do Luso-Brasileirismo. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 32, p. 72-84, mar. 1992.
- ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Ática, 1998. 152 p.
- AMADO, Jorge. **Discurso de posse de Jorge Amado na ABL**. 17 jul. 1961. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=723&sid=244>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- _____. *O país do carnaval. Cacau. Suor*. São Paulo: Martins, 1971. 261 p.
- ANDRADE, Oswald de. **Memórias sentimentais de João Miramar**. São Paulo: Globo, 1998. 107 p.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. 88 p. Disponível em: <http://stoa.usp.br/puntoni/files/1033/5867/03_Antonil_1711.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2013.
- ARAÚJO, Homero José Vizeu. **Machado de Assis e arredores: Quincas Borba, Moby Dick e outras ideias fixas**. Porto Alegre: Movimento, 2011. 166 p.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. 507 p.
- AZEVEDO, Aluísio. **Casa de pensão**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1989. 192 p.
- _____. **Ficção completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005. v. 2.
- _____. **O cortiço**. Porto Alegre: L&PM pocket, 2011. 266 p.
- _____. **O coruja**. São Paulo: Martins, 1963. 366 p.
- _____. **O homem**. Rio de Janeiro: Garnier, 1940. 292 p.
- _____. **O mulato**. São Paulo: Moderna, 1994. 224 p.
- _____. **O touro negro**. Rio de Janeiro: Martins, 1954. 200 p.
- BALZAC, Honoré. **Eugênia Grandet**. São Paulo: Abril Cultural, 1971. 230 p.

- BALZAC, Honoré. **O pai Goriot**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2012. 304 p.
- BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. 574 p.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 412 p.
- BROOKSHAW, David. **Raça & cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 266 p.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 193 p.
- _____. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004. 283 p.
- _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2002. 395 p.
- CARVALHO, Ronald. **O naturalismo**: pequena história da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Briguiet & Cia., 1937.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p.
- _____. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Unicamp, 2008. 367 p.
- _____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011. 357 p.
- CHALHOUB, Sidney; RIBEIRO, Gladys Sabina; ESTEVES, Martha de Abreu. Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio: vivência de libertos, “galegos” e mulheres pobres. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 55, n. 8/9, p. 86-116, set. 1984/abril 1985.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 2007. 523 p.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 350 p.
- DUMAS FILHO, Alexandre. **A dama das camélias**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2004. 228 p.
- EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003. 656 p.
- EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação**: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 373 p.
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989. 149 p.

FANINI, Angela Maria Rubel. **Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo**: aventuras periféricas. 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Literatura. Centro de Comunicação e Expressão. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1976. 235 p.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Círculo do Livro, 1987. 587 p.

_____. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. 758 p.

GARCIA, Walter. De A preta do acarajé (Dorival Caymmi) a Carioca (Chico Buarque): canção popular e modernização capitalista no Brasil. **Música Popular em Revista**, v. 1, p. 30-57, 2012.

GONCOURT, Edmund. **La fille Éliisa**. 1877. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k64495s/f304.image>>. Acesso em: 03 abr. 2013.

GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura**. São Paulo: Ática, 1988. 130 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 220 p.

HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 343 p.

HUGO, Victor. **Os miseráveis**. São Paulo: Hemus, 1979. 516 p.

HUYSMANS, Joris-Karl. **Marthe**: história de uma prostituta. Curitiba: L-Dopa Publicações, 2012. 125 p.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 228 p.

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Os pensadores**. Tradução Leandro Konder. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATOS, Maria Izilda S. Do público para o privado: redefinindo espaços. **Cadernos Pagu**, v. 4, p. 97-115, 1995.

MENDES, José Sacchetta Ramos. **Laços de sangue**: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945). Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2010. 371 p.

MENDES, Leonardo. **O retrato do imperador**: negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 231 p.

MÉRIAN, JEAN-YVES. O negro na literatura brasileira versus uma literatura afro-brasileira: mito e literatura. **Navegações**, Porto Alegre, n. 1, v. 1, p. 50-60, 2008.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **Prosa de ficção de 1870 a 1920**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. 337 p.

MORETTI, Franco. **Signos e mitos da modernidade**. Tradução Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOURÃO, Rui. Um mundo de galegos e cabras. In: AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Ática, 2004.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985, 148 p.

OTSUKA, Edu Teruki. Conflito e interrupção: sobre um artifício narrativo em O Cortiço. **Revista Terceira Margem**, n. 21, v. 13, p. 177-186, 2009.

_____. Espírito rixoso: para uma reinterpretação das Memórias de um sargento de milícias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 44, p. 105-124, 2007.

PAIVA, Manuel de Oliveira. **Dona Guidinha do poço**. Rio de Janeiro: Escala, [1892]. 173 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PIAUI, n. 76, jan. 2013. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-76>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005. 321 p.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de Casaca: Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)**. São Paulo: UNICAMP, 2007. 260 p.

QUEIROZ JÚNIOR, Teófilo de. **Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira**. São Paulo, Ática, 1975. 123 p.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 155 p.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. 435 p.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 68 p.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998. 430 p.

SÁ, Lúcia. Zola in Rio de Janeiro: the production of space in Aluísio Azevedo's O cortiço. **Portuguese Studies**. v. 26, n. 2, p. 183-204, 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 89 p.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **O canibalismo amoroso**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V01A18.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

SCHETTINI, Cristiana. **Que tenhas teu corpo**: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 264 p.

SCHETTINI, Cristiana; POPINIGIS, Fabiane. Empregados do comércio e prostitutas na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro republicano. **ArtCultura**, n. 19, v. 11, p. 57-74, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1981. 169 p.

_____. **Seqüências brasileiras**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 249 p.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Editora 34, 2000. 251 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 393 p.

VASCONCELOS, Sandra G. T. **Reinventar o Brasil**: Gilberto Freyre entre história e ficção. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

VENTURA, Roberto. **Sexo na senzala**: casa-grande & senzala entre o ensaio e a autobiografia. **Literatura e sociedade**, n. 6, p. 212-223, 2001/2.

WEBER, João Hernesto. **Caminhos do romance brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. 156 p.

WESTPHAL, Douglas do Lago; BARBOSA, Claudia Maria. Trabalhadores Invisíveis: A Situação dos Profissionais do Sexo no Brasil. **Revista Jurídica Cesumar**, n. 2, v. 12, p. 605-621, 2012.

WISSENBACH, Maria Cristina C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v. 3.

WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: CosacNaify Portátil, 2011. 221 p.

XATARA, Cláudia Maria; SUCCI, Thais Marini. Revisitado o conceito de provérbios. **Vereadas on-line**, p. 33-48, 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo31.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ZOLA, Émile. **L'Assommoir**. Disponível em:
<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k96360z/f6.image.r=1%27assommoir,%20emile%20zola.langPT>>. Acesso em: 03 abr. 2013.

_____. **Naná**. São Paulo: Hemus, 1982. 407 p.